

RELATÓRIO E CONTAS 2023



FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

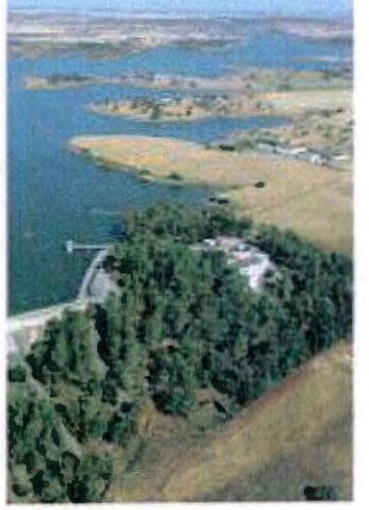
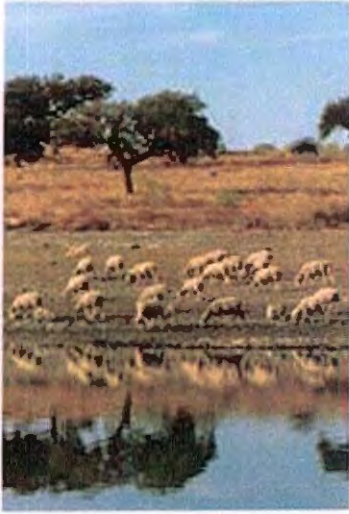
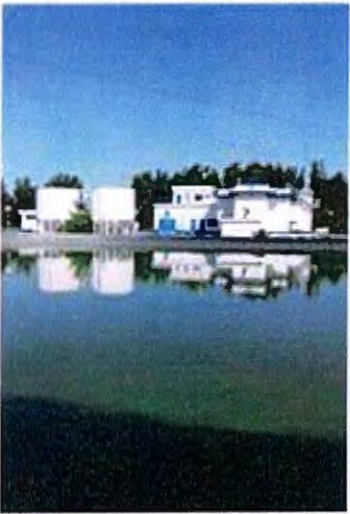
As empresas do Grupo Águas de Portugal desenvolvem atividades essenciais à vida humana, à saúde pública, à proteção do ambiente e ao desenvolvimento social e económico.

O esforço de infraestruturação e a implementação de modelos de governança adequados ao longo de 30 anos de existência do Grupo Águas de Portugal permitiram alcançar elevados padrões de qualidade, colocando Portugal entre os melhores desempenhos da Europa no que respeita a qualidade da água de abastecimento público e à cobertura dos serviços de saneamento.

São amplamente reconhecidos os progressos notáveis que Portugal registou no setor da água em três décadas deste roteiro de transformação.

Os impactos positivos da nossa atividade estão patentes na qualidade de excelência da água da torneira, na saúde e bem-estar, na qualidade das águas balneares, na preservação da biodiversidade, promovendo a economia circular, a valorização dos territórios e cidades mais sustentáveis

A AgdA – Água Públicas do Alentejo, S.A., orgulha-se de contribuir para estes resultados e reafirma o seu compromisso de responder aos novos desafios para continuar a fazer a diferença na vida das pessoas.



ÍNDICE:

MENSAGEM DA PRESIDENTE.....	4
2023 EM DESTAQUE	7
A EMPRESA	14
1. QUEM SOMOS.....	14
2. ORGANIZAÇÃO	18
3. O NOSSO PROPÓSITO.....	22
O NEGÓCIO	25
1. A ENVOLVENTE.....	25
2. O SETOR.....	28
3. A ENERGIA.....	34
4. CONTEXTO REGULATÓRIO	40
5. AS NOSSAS PESSOAS	43
6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	48
7. A ATIVIDADE.....	53
8. RISCO E CONTROLO.....	100
9. DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO	111
10. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES	116
11. PERSPECTIVAS FUTURAS	117
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	120
14. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	121
15. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS.....	149
16. ANEXO AO RELATÓRIO.....	150
AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023	152
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	216
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	218



MENSAGEM DA PRESIDENTE

Ao longo do ano de 2023, a agenda climática, quer a nível mundial, quer a nível nacional, foi pautada por uma série diversificada de registos meteorológicos relevantes, nomeadamente o aumento do número de ondas de calor, o atingimento de recordes de temperatura máxima e a ocorrência de precipitação em curtos períodos causando cheias e inundações. Muitos questionam se esta agenda será o novo normal, representando o agravamento e o aumento da frequência de determinados fenómenos.

No que se refere à região abrangida pela empresa, verificou-se durante quase todo o ano uma persistência na redução da precipitação, ou mesmo ausência, agravando ainda mais o efeito cumulativo de vários anos de seca, destacando-se os territórios do Baixo Alentejo e do Sudoeste Alentejano. Dos estudos conjuntos desenvolvidos pela empresa e por especialistas, tem-se constatado a antecipação dos cenários de redução da precipitação previstos no plano de gestão da região hidrográfica do Sado e Mira.

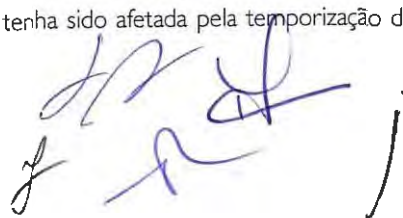
Tendo em conta a dinâmica de desenvolvimento do território e a evolução das disponibilidades hídricas, torna-se cada vez mais relevante que a Autoridade Nacional da Água assegure uma gestão integrada dos recursos hídricos, de modo a garantir o seu uso sustentável por todos os utilizadores. No caso da AgdA, sendo o abastecimento assegurado a partir de um número significativo de origens de água de superfície e subterrâneas, torna-se ainda mais premente a necessidade de fiscalização da utilização dos recursos.

Foi neste contexto que a equipa da empresa desenvolveu a sua atividade em 2023, tendo-se destacado uma vez mais a sua capacidade técnica, o seu empenho e a sua maturidade para a resolução das diversas situações, muitas delas não previstas, reforçando a abordagem de colaboração e parceria com os nossos 20 municípios. Para além disso, com a conclusão do período de elegibilidade do POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos e do COMPETE2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também deve ser destacado o esforço realizado para a conclusão tempestiva dos projetos e de todo o processo administrativo associado.

Ainda é maior o apreço por toda a equipa, pelo facto de se ter mantido a tendência crescente de rotatividade de trabalhadores, não permitindo a estabilização das equipas, sendo algumas delas já deficitárias à partida, com a consequente sobrecarga de atividades. À semelhança de anos anteriores, a empresa precisa evoluir na capacidade de retenção e atração de capital humano, sem o qual não será possível atingir as metas a que nos propomos.

O desempenho da empresa em 2023 reflete uma melhoria sustentada nos principais indicadores operacionais, nomeadamente no que se refere à qualidade da água abastecida, à percentagem da população com tratamento das águas residuais satisfatório e ao uso eficiente dos recursos hídricos. Esta evolução resulta da conjugação de medidas estruturais de redução de sistemas de abastecimento isolados com medidas de eficiência, cada vez mais suportadas em ferramentas de apoio à gestão da operação.

Representando os custos energéticos o maior encargo dos gastos operacionais da empresa, manteve-se a aposta no incremento da eficiência energética e da produção própria, embora esta última tenha sido afetada pela temporização de assunção de novos compromissos financeiros.



Apesar do esforço de investimento já concretizado pela empresa, numa primeira fase muito focado na área da garantia do abastecimento às populações, constata-se que, em 2023, o investimento nesta área ainda corresponde a cerca de 2/3 do total, sendo o remanescente afeto à área do saneamento de águas residuais. Esta situação é particularmente preocupante, tendo em conta os cenários de disponibilidades hídricas no território, com potencial necessidade de novos investimentos, bem como pela crescente dificuldade de operar as infraestruturas de saneamento ainda não intervencionadas. Neste contexto, importa também referir as oscilações dos preços dos materiais e a perspectiva de requisitos mais exigentes resultantes da revisão da Diretiva das Águas Residuais Urbanas.

Para além da transição entre os programas de financiamento comunitários, a perspectiva de alocação de fundos para o ciclo urbano da água em "alta" para a região do Alentejo fica muito aquém das necessidades de investimento identificadas. Desta forma, antevê-se a necessidade de ser ajustado o modelo de viabilidade económica e financeira da empresa, de modo a não comprometer ainda mais a concretização do Plano de Investimentos.

No âmbito da transição digital da empresa, destaca-se a conclusão do Plano Estratégico de Sistemas de Informação (PESI) suportado pela definição dos objetivos estratégicos do negócio e a avaliação da situação de referência da empresa, resultando na definição de uma estratégia de evolução materializada num conjunto de projetos a implementar. Destacam-se aqui as ferramentas de apoio à gestão da operação e da manutenção. Embora crucial para a evolução da empresa, há a consciência de que a concretização do roteiro estabelecido será desafiante, em termos de recursos técnicos e financeiros.

No âmbito da área de inovação, destacar a participação da AgdA no consórcio do projeto MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para a gestão da recarga de aquíferos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas financiado no âmbito do programa Horizonte Europa. O projeto tem a duração de 36 meses e um orçamento de cerca de 3,7 milhões de euros. Esta participação permitirá o estudo integrado dos princípios de economia circular e as águas subterrâneas.

O ano de 2023 coincide também com a aposentação do Eng. João Silva Costa, que fez parte, desde a sua criação, do Conselho de Administração da empresa. Com um percurso pautado pelo profissionalismo e foco nos objetivos, não podemos deixar de lhe agradecer e realçar a importância dos seus valiosos contributos para o sucesso alcançado. Também expressamos toda a gratidão ao Dr. Francisco Narciso, que num momento traumático para todos, assumiu a presidência da empresa em 2019, com o compromisso de respeitar o legado do Dr. Joaquim Marques Ferreira. Para além de expressar o privilégio pessoal de termos coincidido no conselho de administração durante o mandato em curso, destaco a sua determinação e o seu empenho, bem como a visão de mudança para a empresa.

Para finalizar, o Conselho de Administração entende que a evolução da empresa verificada em 2023 só foi possível graças ao compromisso e superação de toda a equipa, à excelente colaboração das Câmaras Municipais e ao apoio dos Acionistas AdP SGPS e AMGAP, da Comissão de Parceria e do Fiscal Único e, ainda, das diversas entidades da Administração Pública, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e respetivos serviços descentralizados: ARH Alentejo (Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.) e ARH do Tejo e Oeste (Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, I.P.), CCDDR Alentejo (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo), ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) que no



âmbito das suas competências específicas muito têm contribuído e colaborado para a importante melhoria dos níveis de desempenho dos serviços essenciais que prestamos às populações do nosso território e a todos os que nos visitam.

A Presidente do Conselho de Administração



(Simone Pio)



2023 EM DESTAQUE

1. FACTOS RELEVANTES DE 2023

Numa visão global, o ano de 2023 voltou a ser caracterizado pela persistência da situação de seca, com uma distribuição territorial mais extensa e consequente agravamento das disponibilidades hídricas. Esta situação, para além do desafio operacional de garantir o abastecimento de água às populações, obrigou a um constante diálogo com os vários utilizadores das origens de água e a uma comunicação consistente com os municípios, no sentido de promover um consumo mais racional da água. Neste âmbito foi dada continuidade às ações de sensibilização da campanha “Água é Vida. Não a desperdice” e às iniciativas de educação ambiental nas escolas. No que se refere à qualidade da água, destaca-se a persistência da quantificação do herbicida Mecoprope no sistema de abastecimento de água de Santa Clara, Odemira, em que apesar do envolvimento das várias entidades relevantes, ainda não foi possível resolver a situação de degradação da qualidade da água.

A nível interno, voltou-se a registar uma significativa taxa de rotatividade do quadro de pessoal, com a consequente sobrecarga das equipas para o desenvolvimento das respetivas atividades, agravada pelo contexto de maior exigência devido às circunstâncias externas de escassez hídrica. A aprovação tardia do plano de atividades e orçamento também não permitiu a atempada contratação de novos recursos. A estabilização do quadro de pessoal tem vindo a constituir-se como um dos principais desafios à evolução sustentada da empresa. Também deve ser destacada a revisão do Plano de Investimentos, tendo por base uma Matriz de Risco e a atualização dos valores de construção.

No início do ano, assinala-se a assinatura do contrato da empreitada de Reforço da Fiabilidade da Adução a Beja, intervenção que beneficiará mais de 26 mil habitantes, reforçando a fiabilidade e eficiência deste sistema de abastecimento de água.

No mês de fevereiro, destaca-se o lançamento do Concurso de Artesanato “Água e Alentejo”, promovido pela empresa, no âmbito das suas responsabilidades de promoção do desenvolvimento do território, de sensibilização para o valor da água e de responsabilidade social, em parceria com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, o Turismo do Alentejo, E.R.T. e a AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo. A cerimónia de entrega de prémios teve lugar em outubro, evidenciando as peças vencedoras a conexão única entre a água e a criatividade artesanal, a identidade alentejana e a capacidade humana de transformar elementos naturais em verdadeiras obras de arte.

No mês de março, assinala-se a assinatura do ACORDO H2O (Pacto para a Gestão Sustentável da Água) relativo à gestão sustentável da albufeira de Santa Clara, em que, para além da AgdA, são signatários a Câmara Municipal de Odemira, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a Associação de Beneficiários do Mira. No âmbito deste Acordo, e em conformidade com as respetivas competências, cada um dos signatários assume um conjunto de compromissos.

Também no mês de março assinaram-se os acordos estabelecidos no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, com o objetivo de valorização das remunerações dos trabalhadores, com alteração dos valores base das carreiras, alterações no regime de comissões de serviços e atualização da tabela salarial.

No mês de abril, destacam-se as alterações verificadas no Conselho de Administração da AgdA, com a saída do Presidente não executivo, Dr. Francisco Narciso, e a eleição por Deliberação Social Unânime por Escrito da Eng.^a Simone Pio, para o cargo de Presidente Executiva, pelo restante período do mandato 2021-2023.

Ainda no mês de abril, realça-se a renovação do compromisso com a PPI - Plataforma Portuguesa para Integridade, criada por iniciativa da Global Compact Network Portugal e da Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Com esta renovação, a AgdA reforça o seu empenho em prosseguir com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública. Neste mês, também se destaca a finalização do estudo promovido pela AgdA relativo às disponibilidades hídricas na bacia hidrográfica do Mira, Albufeira de Santa Clara (Bluefocus) que inclui a modelação da albufeira. Neste mês também foi concluída a empreitada de ligação da ETA do Roxo ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

Em maio, destaca-se a conclusão da empreitada de Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão, com a desativação da ETA de Vila Nova de Milfontes, permitindo desta forma a redução das perdas de água no sistema de abastecimento de Santa Clara.

No âmbito do programa Horizonte Europa, a candidatura do projeto MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para a gestão da recarga de aquíferos com recursos hídricos alternativos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas foi aprovada no mês de julho. O consórcio é composto por 11 parceiros, provenientes de Portugal, Espanha, Polónia, Bélgica, Países Baixos, França e Áustria. Os parceiros portugueses são a AgdA e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). O projeto tem a duração de 36 meses e um orçamento de cerca de 3,7 milhões de euros.

Para além da necessidade de uma gestão integrada das origens subterrâneas e de superfície ao longo de quase todo o ano, devido à persistente situação de seca e consequentes oscilações na quantidade e qualidade da água bruta, destaca-se em agosto a entrada em vigor do Decreto-Lei 69/2023, de 21 de agosto, que estabelece o novo regime jurídico da qualidade da água destinada ao consumo humano, criando requisitos mais exigentes e novos desafios, alguns de aplicação imediata.

Em setembro, assinala-se a aprovação do Manual para a Valorização Profissional e Pessoal do Grupo AdP, que estabelece o conjunto de princípios, regras e procedimentos aplicáveis à valorização profissional e pessoal dos trabalhadores.

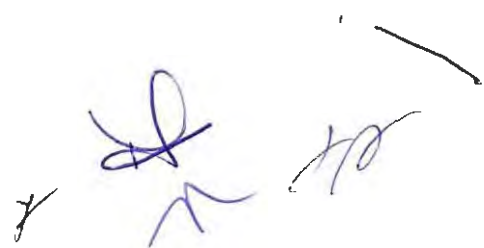
Em outubro, foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento de 2023, através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e do Ambiente. Também foi adjudicada a Empreitada de Execução do Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas de Ermidas do Sado. Destaca-se também neste mês a conclusão da empreitada da reabilitação da ETA de Alvito

No sentido de contribuir para uma análise mais atempada pela UTAM do plano de atividades e orçamento de 2024, o respetivo processo de elaboração foi antecipado, tendo a proposta sido aprovada e submetida às tutelas setorial e financeira no mês de novembro. Neste mês, destaca-se ainda a eleição do Dr. Jorge Rosa para o cargo de Vogal Executivo, através de



Deliberação Social Unânime por Escrito de dia 7 de novembro de 2023, passando o Conselho de Administração da AgdA a ser composto por 3 vogais executivos e 2 vogais não executivos.

O último mês do ano é assinalado pela concretização do reforço do capital social pelos acionistas, conferindo mais robustez financeira à empresa. Também se destaca o fim do período de elegibilidade do POSEUR e COMPETE, o lançamento do concurso público para Concessão-Construção da ETAR do Ciborro e a conclusão do estudo "Avaliação da possibilidade de melhoria do controlo de trihalometanos, cianobactérias e microcistinas na ETA do Monte da Rocha" desenvolvido pelo LNEC.



2. SÍNTESE DE INDICADORES

Os quadros que se seguem procuram avaliar de forma sintética a evolução da atividade operacional, de investimento e financeira entre os anos de 2021 e 2023:

INDICADORES DE ATIVIDADE			
	2023	2022	2021
1. Investimento total (Milhares de Euros) ⁽¹⁾	12 923	8 808	11 414
2. N.º Médio de Trabalhadores (sem órgãos sociais)	155	153	129
3. N.º de Trabalhadores em 31 de dezembro (sem órgãos sociais)	155	157	147
4. N.º de Órgãos Sociais	9	9	9
5. Volume de Água Captada (10 ³ m ³ /ano)	22 651	21 739	21 924
6. Volume de Água Produzida (10 ³ m ³ /ano)	22 135	20 923	20 861
7. Volume de Água Fornecida (10 ³ m ³ /ano)	21 246	20 093	20 108
8. Volume de Água Faturada (10 ³ m ³ /ano)	21 246	20 093	20 101
9. Volume de Efluente Recolhido (10 ³ m ³ /ano)	13 151	12 503	12 981
10. Volume de Efluente Tratado (10 ³ m ³ /ano)	12 516	11 866	12 338
11. Volume de Efluente Faturado (10 ³ m ³ /ano) ⁽²⁾	8 615	7 947	7 926
12. Energia Consumida (KW h/ano)	24 580 227	22 773 207	23 786 584
13. Energia Consumida (Milhares de Euros)	3 810	2 354	2 724
14. Número de Captações de Água em funcionamento	305	304	324
15. Extensão da Rede em funcionamento (Km)			
- Abastecimento	1 479	1 450	1 181
- Saneamento	122	124	118
16. Número de ETA em funcionamento	16	16	16
17. Número de ETAR em funcionamento	102	102	102
18. Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
- Abastecimento	92	92	81
- Saneamento	39	39	38
19. Número de Reservatórios em funcionamento	305	305	283
20. Municípios Abrangidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
21. Municípios Servidos			
- Abastecimento	20	20	20
- Saneamento	20	20	20
22. População Abrangida			
- Abastecimento	204 484	204 484	200 964
- Saneamento	176 641	176 641	175 063
23. População Servida			
- Abastecimento	199 848	200 073	199 341
- Saneamento ⁽³⁾	176 641	176 641	175 063

⁽¹⁾ Investimento sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Faturados à tarifa contratualizada

⁽³⁾ Foi considerada a população servida independentemente da faturação

INDICADORES FINANCEIROS

	2023	2022	2021
1. Capital Social Realizado	11 332 560	9 751 600	9 053 000
2. Capital Próprio	14 411 919	12 763 158	10 775 163
3. Ativo Líquido Total	194 242 718	184 069 617	176 059 937
4. Investimento ⁽¹⁾	12 923 094	8 807 912	11 413 710
5. Recebimentos de Apoios Comunitários	2 333 404	3 065 827	8 809 304
6. Passivo Total	179 830 799	171 306 459	165 284 772
7. Dívida de clientes total	6 541 438	6 100 538	6 045 464
8. Dívida de clientes municipais vencida	2 563 278	2 821 029	2 919 183
9. Endividamento	67 045 455	57 800 000	55 754 545
10. Volume de Negócios	20 155 506	19 307 130	18 081 024
11. Vendas	14 049 670	13 506 873	12 590 534
12. Prestação de Serviços	6 105 836	5 800 257	5 490 490
13. Desvios de Recuperação de Gastos	2 648 305	(727 301)	(724 456)
14. Gastos Operacionais	39 324 343	31 732 526	34 002 213
15. Gastos Operacionais Ajustados ⁽²⁾	35 155 289	27 639 338	28 689 272
16. EBIT	2 181 330	1 406 002	1 389 264
17. EBIT Ajustado ⁽³⁾	(466 974)	2 133 303	2 113 719
18. EBITDA	6 345 612	5 396 043	5 626 751
19. EBITDA Ajustado ⁽³⁾	3 697 307	6 123 344	6 351 206
20. Resultados Financeiros	(1 267 217)	(596 817)	(555 523)
21. Resultados Antes de Impostos	914 114	809 185	833 740
22. Resultado Líquido do Exercício	738 996	618 199	622 714
23. Tarifa média de Abastecimento de Água	0,661	0,672	0,626
24. Tarifa média de Águas Residuais	0,709	0,730	0,693

⁽¹⁾ Sem capitalização de encargos

⁽²⁾ Deduzidos de subsídios ao investimento e outros rendimentos

⁽³⁾ Sem desvios de recuperação de gastos

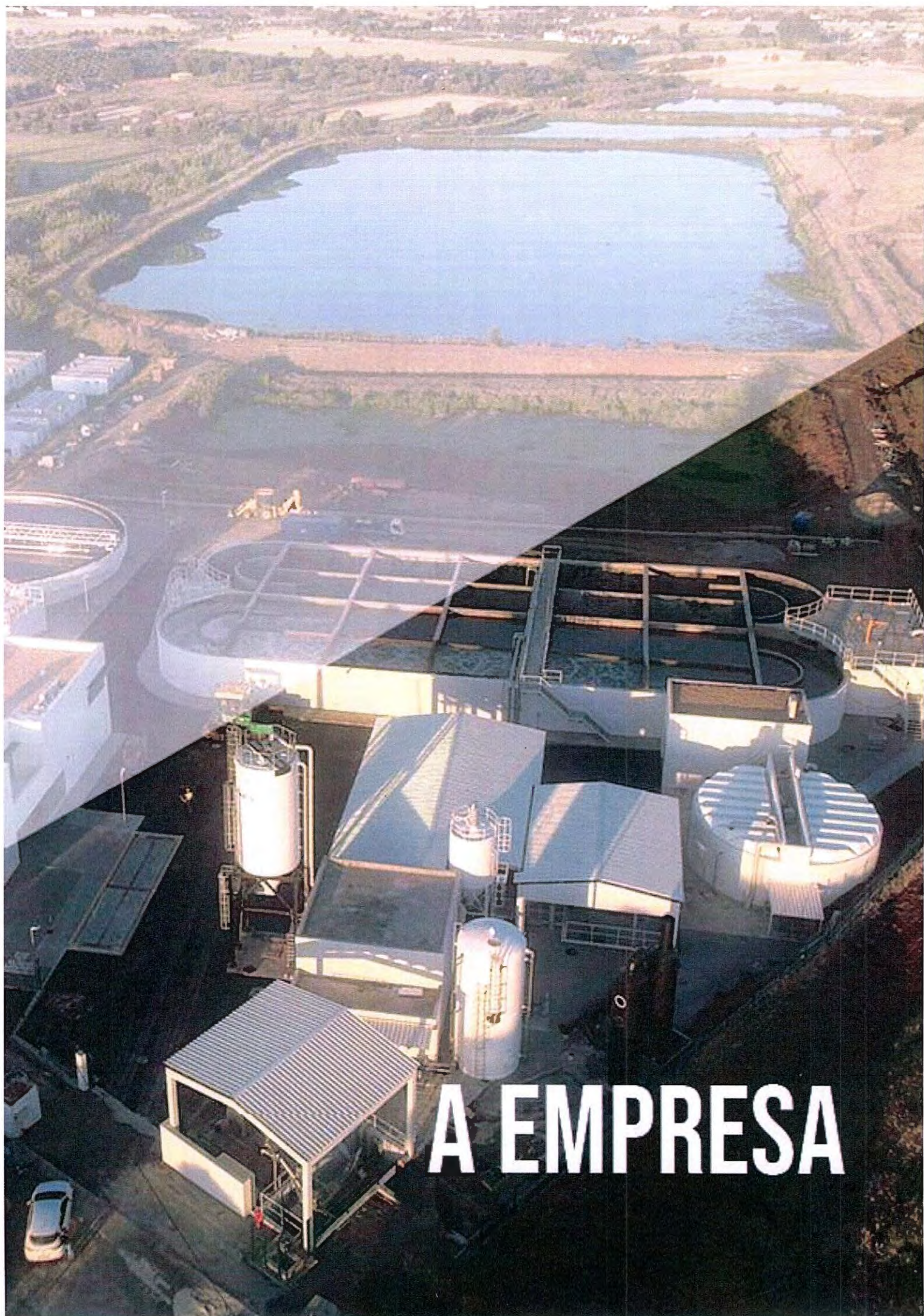


INDICADORES DE GESTÃO

	2023	2022	2021
1. Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	18,34%	32%	35,13%
2. Gastos operacionais ajustados / EBITDA ajustado ⁽¹⁾	951%	451%	452%
3. Capital Empregue (M€)	91,554	81,954	77,607
4. Autonomia Financeira	54,12%	56,47%	56,26%
5. Liquidez Geral	161,73%	164,11%	135,41%
6. Solvabilidade	117,95%	129,72%	128,60%
7. Fundo Maneio (M€)	7,395	7,012	3,606
8. ROE	5,13%	4,84%	5,78%
9. ROA	0,38%	0,34%	0,35%
10. Dívida Financeira (M€)	67,045	57,800	55,755
11. Debt to Equity	465%	453%	517%
12. Net Debt (M€)	66,284	55,526	54,486
13. Net debt to EBITDA ajustado ⁽¹⁾	17,93	9,07	8,58
14. PMP (dias)	42	57	57
15. PMR (dias)	112	114	122

⁽¹⁾ Para cálculo dos indicadores não foram considerados os desvios de recuperação de gastos





A EMPRESA

A EMPRESA

1. QUEM SOMOS

1.1. MISSÃO, VISÃO E COMPROMISSOS

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A (AgdA) é uma sociedade anónima de direito privado e capitais públicos criada na sequência do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e 21 Municípios, tendo-lhe sido cometida a "...exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública...".

Com a assinatura dos Aditamentos aos contratos de Parceria e de Gestão, em 22 de dezembro de 2015, passaram a ser abrangidos 20 concelhos, a saber, Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Aivito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

VISÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

VALORES

A AgdA assume como valores: Espírito de Servir; Excelência; Integridade; Responsabilidade e Rigor.

1.2. DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A Empresa surge na sequência do Contrato de Parceria Pública para a gestão, de forma integrada, dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais, celebrado a 13 de agosto de 2009 entre o Estado Português e os municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvão, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira.

Com este Contrato de Parceria é criado o SPPIAALENTEJO, que se decompõe no Sistema Integrado de Abastecimento de Água e no Sistema Integrado de Águas Residuais atualmente abrangendo todos os municípios subscritores do Contrato de Parceria inicial, com exceção de Ferreira do Alentejo, que não subscreveu o aditamento ao contrato assinado entre as partes em 22 de dezembro de 2015, tendo sido delegado na entidade gestora da parceria, a AgdA, a prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos concelhos abrangidos, através do Contrato de Gestão assinado na mesma data entre as partes.

Esta parceria visa garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços de águas em "alta", numa região com necessidades especiais, nomeadamente problemas de escassez de recursos hídricos e alguma dispersão populacional.

Objetivos do Contrato de Parceria celebrado:

- i. Garantir de forma regular, contínua e eficiente, em qualidade e em quantidade, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas a toda a população abrangida;
- ii. Através de um investimento total de 270 milhões de euros, incluindo o reinvestimento, dos quais cerca de 165 milhões de euros já foram realizados, promover a conceção, reparação e renovação e assegurar a construção e exploração das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais;
- iii. Assegurar a qualidade, continuidade e eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais à população residente, a cerca de 245 mil habitantes, em 17% do território nacional, de forma a promover a saúde pública, o bem-estar das populações, o aumento do emprego local, a proteção do ambiente e a sustentabilidade económico-financeira do setor;
- iv. Contribuir para o desenvolvimento regional, para o ordenamento do território, para a qualidade de vida das populações e para a salvaguarda do património ambiental.

20 concelhos
228 459 habitantes
(censos 2021)
15 350 km² abrangidos
(17% do território de Portugal Continental)

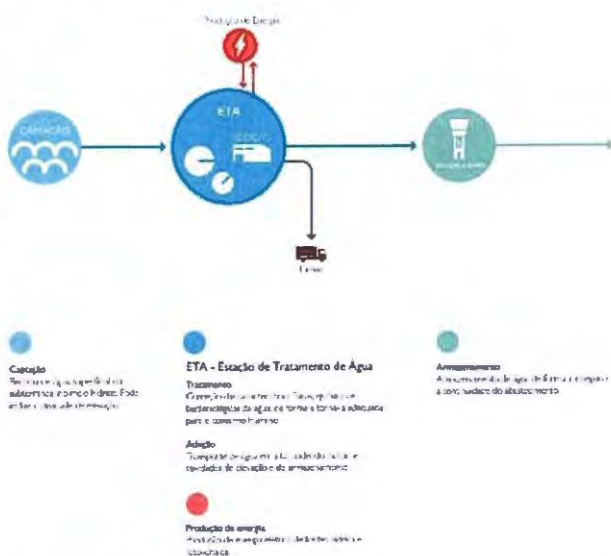


1.3. CADEIA DE VALOR

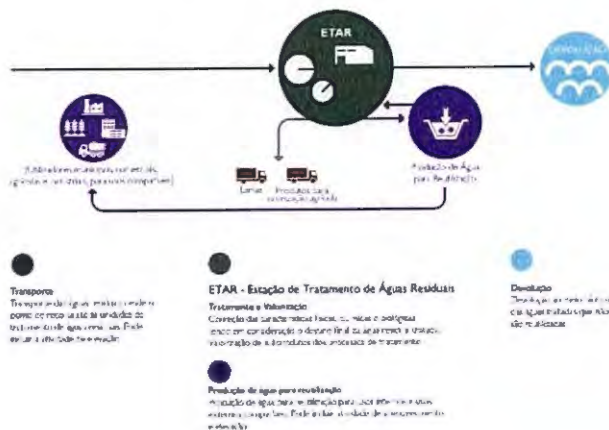
A empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.

OPERAÇÃO ÁGUA



OPERAÇÃO SANEAMENTO



ALTA

Baixa

ALTA

1.4. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

A AgdA está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



2. ORGANIZAÇÃO

2.1. ESTRUTURA ACIONISTA

Os parceiros Estado, através da AdP SGPS, e o conjunto dos 20 municípios que atualmente integram o SPPIAALENTEJO, através da AMGAP, repartem o capital social da entidade gestora (AgdA) em respetivamente, 51% e 49%, conforme quadro seguinte:

ESTRUTURA ACIONISTA				
ACCIONISTA	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1 155 921	5 779 606	5 779 606
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	1 110 591	5 552 954	5 552 954
TOTAL	100%	2 266 512	11 332 560	11 332 560

2.2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas e eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos.

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2021-2023 passando a mesa a ter a seguinte constituição:

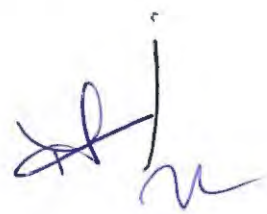
- *Presidente:* Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota
- *Vice-Presidente:* Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
- *Secretária:* Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais. O Presidente poderá, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo designar um Vice-Presidente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

Na reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021 foram eleitos os seguintes órgãos sociais para o triénio 2021-2023 passando o Conselho de Administração:

- *Presidente Não Executivo:* Dr. Francisco José Pinto Silva Narciso



- Vice-Presidente Executivo: Eng.^a Simone Ferreira Pio
- Vogal Executivo: Eng.^o João Manuel Galhardo Maurício
- Vogal Não Executivo: Dr. Álvaro dos Santos Beijinha
- Vogal Não Executivo: Dra. Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

Através da Declaração Unânime por Escrito de 21 de abril de 2023, na sequência de renúncia do Dr. Francisco Narciso, o Conselho de Administração passou a ter a seguinte composição:

- Presidente Executiva: Eng.^a Simone Ferreira Pio
- Vogal Executivo: Eng.^o João Manuel Galhardo Maurício
- Vogal Não Executivo: Dr. Álvaro dos Santos Beijinha
- Vogal Não Executivo: Dra. Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

Através da Declaração Unânime por Escrito de 07 de novembro de 2023, foi eleito novo membro do Conselho de Administração, pelo que este passou a ter a seguinte composição:

- Presidente Executivo: Eng.^a Simone Ferreira Pio
- Vogal Executivo: Eng.^o João Manuel Galhardo Maurício
- Vogal Executivo: Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa
- Vogal Não Executivo: Dr. Álvaro dos Santos Beijinha
- Vogal Não Executivo: Dra. Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

Fiscal Único

Nos termos do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis. Para o mandato de 2019/2021, e na sequência da Assembleia Geral de 8 de abril de 2019, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

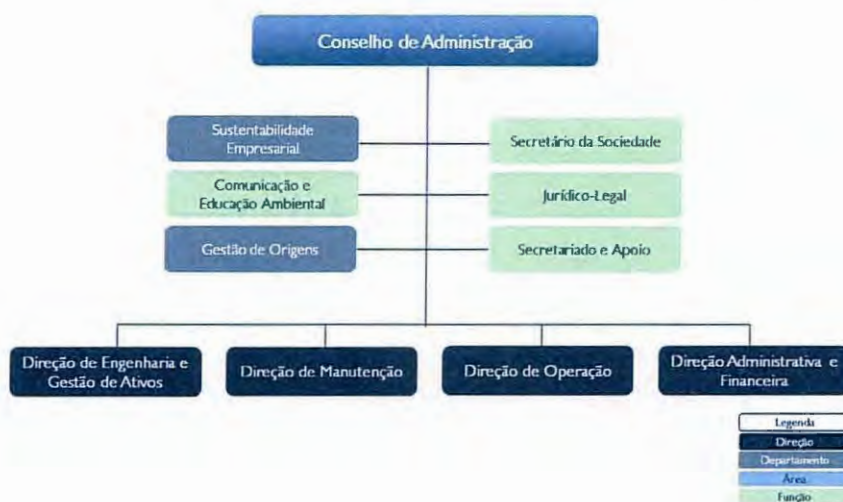
- Fiscal Único Efetivo: PriceWaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda., OROC n.º 183, inscrito na CMVM sob o n.º 20161485, representada por Dr. José Alves Bizarro Duarte (ROC n.º 1957)
- Fiscal Único Suplente: Dr. Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC n.º 1737, inscrito na CMVM sob o n.º 20161347.

Não tendo sido designado novo Fiscal Único para o mandato 2022/2025 as entidades acima mantiveram-se em funções durante o exercício de 2023.



2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para o exercício da atividade cometida através do Contrato de Gestão e respetivo aditamento, foi criada uma estrutura organizativa com um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas, pela gestão dos recursos humanos e pela avaliação e controlo das atividades desenvolvidas.



Os órgãos de apoio ou staff têm como principais atribuições:

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Sustentabilidade Empresarial	Promover e coordenar as atividades relativas às obrigações dos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, higiene e segurança e responsabilidade social, constantes do Contrato de Parceria e dos compromissos assumidos pela empresa; Análise do Risco: Gestão do risco empresarial; Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Promoção de Estudos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) em toda a cadeia de valor.
Comunicação e Educação Ambiental	Elaboração do plano de comunicação da empresa e coordenação da comunicação interna e externa; Gestão das iniciativas de comunicação institucional da empresa e das relações com os órgãos de comunicação social; Definição, em articulação com as entidades parceiras, dos standards de imagem da empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações; Atividades de comunicação de âmbito escolar e sensibilização ambiental de acordo com a estratégia e plano de comunicação.
Gestão de Origens	Identificar e implementar as melhores soluções para origens de água, em termos de quantidade, qualidade e segurança, sejam origens subterrâneas e superficiais, sejam outras alternativas, bem como transmitir requisitos para adequação do processo de tratamento; Apoiar a elaboração, manutenção e implementação do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas; Apoiar a elaboração e cumprimento do plano de monitorização da qualidade da água nas origens, na água fornecida para consumo humano e nas descargas de águas residuais; Apoiar a elaboração, manutenção e implementação dos planos de segurança e de seca/contingência, incluindo a articulação com a comunidade e entidades interessadas; Apoiar a elaboração, manutenção e implementação de plano de reutilização e de eficiência hídrica, ao nível da entidade gestora e na promoção e articulação com as principais partes interessadas; Apoiar a identificação e implementação das melhores soluções de proteção e preservação das origens da entidade gestora e de entidades fornecedoras do sistema, incluindo gestão de licenças de captação e perímetros de proteção;

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
	Apoiar a gestão ativa das origens, incluindo nas manobras de operação.
Secretário da Sociedade	Zelar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do Presidente do Conselho de Administração, em matéria de elaboração e arquivo de atas do Conselho de Administração, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos; Assegurar o apoio logístico às reuniões do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Administração e difundir as respetivas deliberações.
Jurídico-Legal	Elaborar pareceres/interpretações sobre a aplicação do Contrato de Gestão, bem como de outros contratos, legislação, normas e regulamentos; Assessoria nos processos de concurso e sua avaliação; Resolução de disputas e litígios e patrocínio da empresa em ações judiciais, quer na qualidade de demandante ou demandada.
Secretariado e Apoio	Apoio administrativo na atividade regular e societária, das agendas e da correspondência recebida e expedida, incluindo gestão de arquivo.

No que respeita aos órgãos de primeira linha, as principais atribuições podem apresentar-se como se segue:

DESIGNAÇÃO	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
Direção Administrativa e Financeira	Participação na preparação dos planos a médio e longo prazo para a empresa, com incidência na estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos; Assegurar a gestão financeira da empresa; Assegurar a contabilidade geral e analítica; Elaboração e execução do orçamento da empresa e sua atualização; Assegurar a gestão patrimonial dos bens da empresa, bem como o direito de utilização das infraestruturas municipais; Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho; Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e gestão do parque automóvel da empresa.
Direção de Engenharia e Gestão de Ativos	Acompanhar o Plano de Investimentos de novas empreitadas, de obras de ampliação e reabilitação de infraestruturas, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade; Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso; Elaborar, acompanhar e desenvolver projetos de engenharia nas várias especialidades da empresa; Coordenar a execução e fiscalização das obras em curso, assim como as demais prestações de serviços necessárias.
Direção de Manutenção	Propor uma política de gestão da manutenção, ao nível de planeamento e controlo, gestão de recursos, gestão de serviços e avaliação de resultados; Propor um planeamento e executar as ações de manutenção preventiva, corretiva, condicionada e sistemática dos ativos da empresa, com o objetivo de garantir a qualidade de serviço; Propor uma política de gestão de energia, com o objetivo da maximização de eficiência energética nas infraestruturas; Monitorizar os consumos energéticos da empresa e desenvolver um plano de eficiência energética; Planear e executar ações para otimizar processos e reduzir consumos desnecessários.
Direção de Operação	Coordenação e execução das ações de operação e comando da captação, tratamento, adução e abastecimento de água para consumo incluindo a coordenação geral dos centros de operação; Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento, rejeição e medição de efluentes, incluindo a coordenação geral dos centros de operação; Realização das atividades de manutenção previstas nas rotinas de operação; Coordenação e execução da gestão de resíduos; Execução de estudos para melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais; Supervisão e comando da operação através de telegestão e telemetria; Gestão do parque de equipamentos de medição caudal.

3. O NOSSO PROPÓSITO

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

A atividade desenvolvida pela AgdA tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico, o que nos confere uma responsabilidade acrescida àquela que assumimos na prestação de serviços públicos essenciais.

ASSUMIMOS
COMPROMISSOS
PARA CUMPRIR O
PROPÓSITO DE



Considerando os relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental, reforçamos os nossos compromissos com o ambiente, a sociedade e a *governance* para cumprir o nosso propósito.

3.1. COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

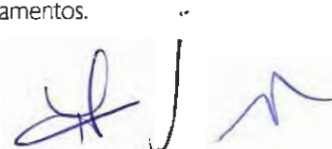
O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AgdA em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.



- ✎ A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AgdA dispõe de uma **Linha de Integridade**, sendo este um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

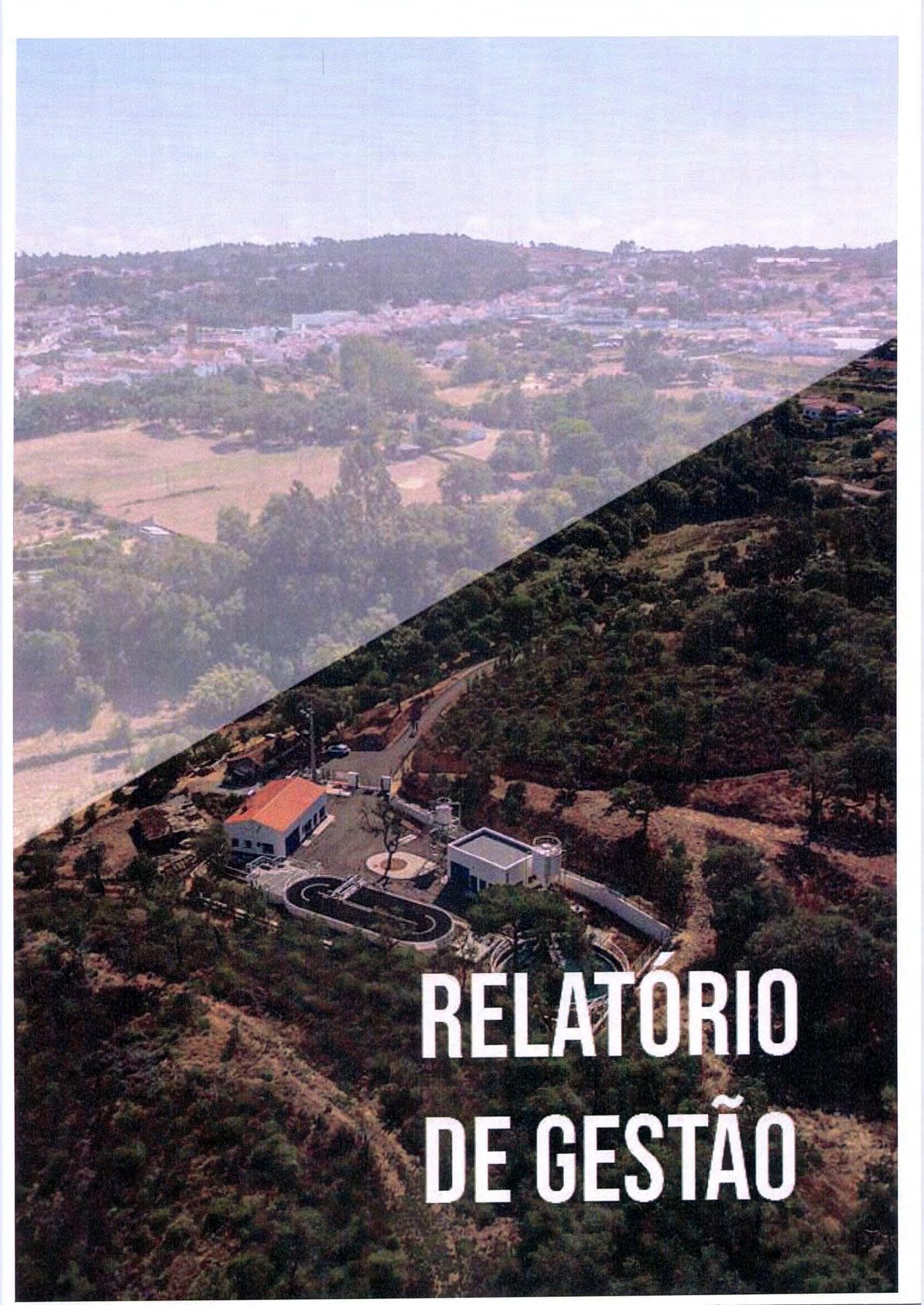
3.2. COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal em linha com os principais desafios que o Grupo enfrenta fixa as suas ambições de forma a garantir os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas. Continuamos na prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente.

3.3. SETE AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

As ambições de sustentabilidade estão também alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade



An aerial photograph of a hillside. In the foreground, a school complex is visible, featuring a building with a red roof, a circular track, and a swimming pool. The hillside is covered in dense green vegetation. In the background, a town with numerous houses and buildings is spread across a valley, with hills visible in the distance under a clear sky.

RELATÓRIO DE GESTÃO

O NEGÓCIO

1. A ENVOLVENTE

1.1. CONTEXTO MACROECONÓMICO

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o conflito iniciado em outubro de 2023 no Médio Oriente (Israel – Hamas), bem como os ataques recentes no Mar Vermelho pesaram sobre a atividade económica global em 2023, e continuarão a fazê-lo em 2024.

1.2. MUNDIAL

O crescimento global para o ano 2023 estima-se em 2,6% e é esperado um crescimento de 3,1% para 2024 (3,2% para 2025).

As taxas elevadas dos bancos centrais para combater a inflação e a retirada do apoio fiscal num contexto de dívida elevada, pesam sobre a atividade económica.

A inflação está a cair mais rapidamente do que o esperado na maioria das regiões, num contexto de resolução de questões do lado da oferta e de uma política monetária restritiva. A inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e 4,4% em 2025, tendo a previsão para 2025 sido revista em baixa.

1.3. EUROPEU

Após uma expansão robusta pós-pandemia em 2021 e 2022, a economia da UE perdeu dinamismo. O PIB real contraiu-se muito ligeiramente no quarto trimestre de 2022 e quase não cresceu nos primeiros três trimestres deste ano. O alto custo de vida teve um impacto mais pesado do que o esperado. Do lado externo, o comércio global proporcionou pouco apoio. Entretanto, a resposta da política monetária à inflação elevada está a fazer-se sentir na economia e o apoio orçamental está a ser parcialmente eliminado. Prevê-se que o crescimento do PIB da UE melhore para 1,3% em 2024, ainda abaixo do potencial e com uma revisão em baixa de 0,1 pontos percentuais. Prevê-se que ganhe ainda mais ritmo, para 1,7%, em 2025. Na área do euro, prevê-se que o crescimento do PIB seja ligeiramente inferior, de 1,2% em 2024 e 1,6% em 2025. Em 2023 o crescimento do PIB na zona euro estima-se em 0,6%.

As despesas totais de investimento deverão crescer de forma constante até 2025.

Espera-se que o aumento dos salários, o crescimento contínuo do emprego e o abrandamento adicional da inflação contribuam para aumentar o poder de compra das famílias em 2024 e 2025, impulsionando o consumo.

A coexistência de um baixo desemprego e de elevadas percentagens de vagas e de escassez de mão-de-obra aponta para um mercado de trabalho ainda apertado.

A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) continuou a diminuir acentuadamente desde o pico de 10,6% registado em outubro de 2022 na zona do euro. Em outubro deste ano, atingiu o mínimo de dois anos com o valor de 2,9%. A inflação na UE seguiu um caminho semelhante.

Prevê-se que o défice das administrações públicas da UE diminua ainda mais ligeiramente em 2023, para 3,2% do PIB, 0,1 p.p. abaixo do ano anterior.

Em 2024, o foco mudará para a inflação dos serviços, que está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Esperamos que um abrandamento gradual do mercado de trabalho conduza a inflação subjacente para perto da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE), até ao final do ano.

O Conselho do BCE decidiu, na reunião de 14 de dezembro de 2023, manter as três taxas de juro diretoras inalteradas. Tendo em consideração que a inflação tem mantido o sentido de redução nos últimos meses, é provável que também as taxas de referência comecem a dar sinais de abrandamento ou até mesmo de redução.

1.4. NACIONAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2023 são os seguintes:

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS		
	Estimativa 2023	2022
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,1%	6,8%
Taxa crescimento Consumo Privado	1,0%	5,6%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	5,3%	8,1%
Taxa de desemprego	6,5%	6,1%
Euribor 6 meses (fim do ano)	3,861%	2,693%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	3,24%	2,17%

A economia portuguesa cresceu 2,1% em 2023, projetando-se um abrandamento em 2024, para 1,2%, e uma recuperação do crescimento nos anos seguintes, para 2,2%, em 2025 e 2,0% em 2026. A inflação manterá uma trajetória descendente, com a variação anual do IHPC a reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e 2,0% em 2025 e 2026.

A evolução recente da atividade reflete a fraqueza da procura externa, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária, que se transmitiu às condições de financiamento dos agentes económicos. A subida de taxas de juro tem um impacto negativo mais rápido no setor industrial, com os serviços a evidenciarem maior resiliência. Esta resiliência dos serviços tem suportado a manutenção de uma situação favorável no mercado de trabalho, não obstante algum abrandamento recente do emprego.

Prevê-se que o saldo orçamental atinja um excedente de 1,1% do PIB em 2023 (0,1% em 2024 e 0,2% em 2025), face ao défice de 0,3% do PIB em 2022.



1.5. REGIÃO DO ALENTEJO

A região do Alentejo conta com uma história marcada pelo património e cultura que lhe conferem identidade e autenticidade, e um potencial de afirmação competitiva, diferenciadora e sustentável, em atividades consolidadas, mas também em nichos de especialização produtiva. Parte assim de produtos de reconhecida excelência como a cortiça, a prazeres com saber e sabor em domínios como artesanato, gastronomia, vinhos ou azeites, mas também heranças intemporais em termos de património e cultura.

A sua posição de charneira confere ao desenvolvimento de infraestruturas de acessibilidade e conectividade uma importância central para a atração de investimento a partir de Zona Industrial e Logística de Sines, onde novas oportunidades têm vindo a ser potenciadas, mas também do aeroporto de Beja, desde o suporte logístico à indução de novas atividades conexas, desde a manutenção de aeronaves, mas também ao seu desmantelamento e articulação com outras atividades relevantes.

Também a disponibilidade de água a partir do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva tem permitido uma importante expansão da atividade agrícola, mas também o desenvolvimento da agroindústria.

Os 170 km de zona costeira das mais preservadas da Europa, com diversificado potencial de recursos marinhos para o desenvolvimento de um conjunto vasto de novas atividades, ampliam ainda o potencial turístico e de atração de população desta importante parcela do território.

É, pois, num contexto de dinamismo e de maior aposta em acrescentar parcerias, designadamente com os territórios vizinhos, que se deve identificar um potencial passível de contrariar tendências de recessão demográfica prolongada.



2. O SETOR

2.1. A NÍVEL MUNDIAL¹

A água é, cada vez mais um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água e o abastecimento mantêm-se no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, e sendo objeto do QDS 6, que visa o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

¹ Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://wa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

E, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o World Bank Water Global Practices, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS 6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

A Conferência da ONU sobre Água de 2023 concentrou-se no progresso em direção às metas relacionadas com a água e com o saneamento, coincidindo com a revisão abrangente de médio prazo da Década Internacional de Ação, "Água para o Desenvolvimento Sustentável 2018-2028".

2.2. CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA²

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

A este conflito juntou-se a guerra Israel-Hamas a 07 de outubro de 2023 agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da

² Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026 para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022).

Em resposta à crise geopolítica foi publicado em Diário da República, a 27 setembro de 2022m o Plano de Poupança de Energia 2022-2023. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; reduzir o consumo energético na climatização de espaços; promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; capacitar os técnicos da Administração Pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15% do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

No 15º Relatório de progresso do Plano de Poupança de Energia, Portugal superou em 159,6% a meta de eficiência energética estabelecida para 2023. No que diz respeito à eficiência hídrica, o relatório indica que o consumo de água nos centros comerciais diminuiu 2,2%. No caso das entidades gestoras (EG) de serviços de água, o consumo de energia médio por volume de água faturada reduziu-se em 3,4%.³

³ Nota à comunicação social de 22 de dezembro de 2023 da Adene.

2.3. O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL⁴

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias e parcerias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

PANORAMA NACIONAL	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,8 milhões de habitantes servidos	8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
97% de alojamentos servidos	86% de alojamentos servidos
184 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5581 EUR/m ³	86% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,62%	1,8 milhões de m ³ de águas residuais recolhidas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5351 EUR/m

Dados: RASARP 2022 volume 1 e RASARP 2023 volume 2

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e neste sentido a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos,

A 14 dezembro de 2023 foi aprovada a resolução que estabelece o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030⁵ estabelece o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presente, designadamente, os desafios emergentes das

⁴ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

⁵ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro

alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

O Plano visa quatro objetivos estratégicos globais, materializados em 70 medidas distribuídas por diferentes níveis de prioridade:

- eficácia dos serviços;
- eficiência dos serviços;
- sustentabilidade dos serviços;
- valorização económica, ambiental e societal dos serviços.

2.4. O GRUPO ADP EM 2023

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

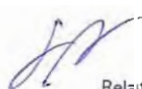
Neste contexto, o Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as ambições de sustentabilidade, encontram-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

O Grupo AdP continua a desenvolver desde 2022, um conjunto de iniciativas com vista a garantir a resiliência dos sistemas, em complemento com o desenvolvimento de planos de adaptação às alterações climáticas nas empresas, de que a *task force* das empresas de abastecimento de água do Grupo, foi um exemplo durante o ano de 2022, com o objetivo de gerir, em situação de contingência, a seca meteorológica e hidrológica verificada em 2022, a terceira mais gravosa desde 1931.

Em 2023 e com foco na materialização de investimentos relacionados com os planos regionais de eficiência hídrica para reforço da resiliência dos sistemas de abastecimento de água, foi dada prossecução ao esforço de definição de regras e medidas



adicionais de combate à seca, de que é exemplo o Plano de Eficiência Hídrica do Algarve que se enquadra também no âmbito do PRR.

Complementarmente, foi mantida e reforçada a campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água de âmbito nacional, mas com especial incidência nos territórios mais críticos, tanto a norte como a sul do país

Na dimensão da economia circular, a continuação da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais a gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

O Plano de Ação para a Reutilização do Grupo e o Programa ZERO de Neutralidade Energética foram apresentados na cimeira mundial do clima - COP'28 em dezembro de 2023.

No plano internacional, em 2023 o Grupo AdP deu continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, instituição com a qual protocolou o alargamento das atividades de parceria, nomeadamente ao nível da "*Utilities of the Future*".

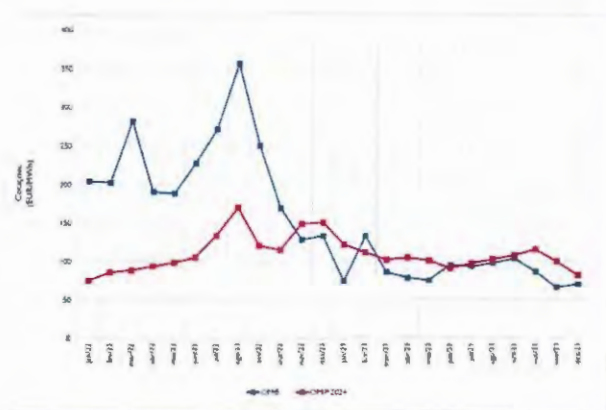
Neste âmbito, decorreu, em setembro de 2023, um programa de trabalhos promovido pelo Grupo Águas de Portugal para um grupo de técnicos do setor das águas de diversos países envolvendo sessões de intercâmbio de conhecimentos e capacitação, permitindo que os participantes discutissem como operacionalizar e integrar estes conceitos na água urbana, refletindo sobre as suas experiências e identificando desafios e oportunidades.



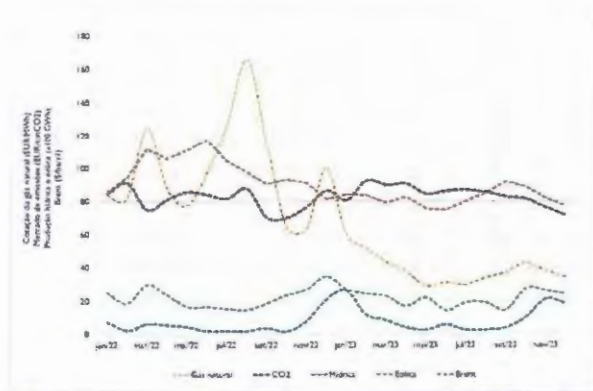
3. A ENERGIA

3.1. O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

No ano de 2023 verificou-se uma retoma gradual da estabilidade dos mercados elétricos, principalmente no 2º semestre, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte. De relembrar que o ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, que se manteve em 2023, apesar do impacto nos mercados ter sido significativamente menor.



Em 2023, a cotação média da eletricidade em Portugal, no mercado grossista ibérico (OMIE), foi de 88,27 €/MWh (tendo sido de 217,84 €/MWh em 2022, incluindo o mecanismo de ajuste ibérico). Já a cotação média em 2023 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2024 foi de 104,73 €/MWh, diminuindo -3,6% face ao ano de 2022.



Analisando as componentes que mais influenciam o preço da energia, destaca-se a redução do preço médio do gás natural que depois de atingir máximos históricos em 2022, mostrou uma tendência de descida ao longo do ano de 2023. A cotação mensal média do CO2 aumentou ligeiramente face ao ano anterior (+3,6%). A produção hídrica foi significativamente superior (+85,2%), já a produção eólica na Europa em 2023 foi próxima da verificada no ano anterior (-1,5%). Quanto ao brent apresenta um preço médio em 2023 de 82,1 \$/baril, valor inferior face a 2022 (98,6 \$/baril).

Nos mercados diários europeus e em 2023, as cotações reduziram-se significativamente face ao ano anterior, resultado de um ano com maior estabilidade nos mercados, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DIÁRIO)			
	Cotação média em 2023 (EUR/MWh)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	2023/ 2022
Portugal	88,27	217,84	-59,5%
Alemanha	94,92	235,46	-59,7%
França	96,60	275,89	-65,0%

Os preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2024, reduziram-se face ao ano anterior, com menor expressão do que as verificadas nos mercados diários, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

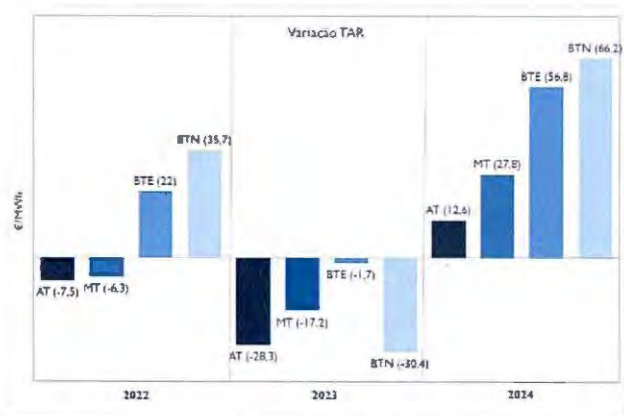
VARIAÇÃO DA COTAÇÃO MÉDIA DA ENERGIA ELÉTRICA (MERCADO DE FUTUROS)			
	Cotação média em 2023 (EUR/MWh)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	2023/ 2022
Portugal	104,73	108,67	-3,6%
Alemanha	146,87	174,19	-15,7%
França	180,24	195,58	-7,8%

No ano de 2023, o consumo nacional foi de 50.728 GWh, superior em +0,8% face ao registado em 2022.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Como se tem referido inúmeras vezes, o quadro regulatório nacional conduz a uma relação inversa entre a TAR e o custo da energia. A atual diminuição do custo da energia induz um aumento dos CIEG, e consequente aumento da TAR.

Em 2024 as TAR terão um aumento significativo em todos os níveis de tensão, conforme ilustrado na figura seguinte.



Em 2023, verificou-se uma retoma gradual à estabilidade dos mercados elétricos, apesar de algumas flutuações ao longo do ano, tornando a contratação mais complexa. Devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em 2023 e em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de dois concursos, um para o fornecimento no 1º semestre e outro para o 2º semestre, sem preço base e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, permanência no regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem fidelização, isto é, até que os mercados estejam perfeitamente estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

A estratégia seguida em AT, MT e BTE mostrou-se acertada, porque a opção por um único contrato anual de fornecimento teria impedido a grande redução do custo de energia verificada no 2º semestre (o preço médio desceu de 201,43 €/MWh no 1º semestre para 111,23 €/MWh no 2º semestre).

Igualmente a opção pelo regime regulado no fornecimento em BTN revelou-se ser a melhor, uma vez que o regime liberalizado ainda não voltou a ser competitivo neste segmento.

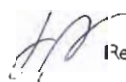
Em 2024 e tendo em conta os resultados do contrato de fornecimento de energia contratualizado para o 1º semestre de 2024 (AT, MT e BTE), das TAR e dos preços publicados para o mercado regulado (em BTN) publicados pela ERSE, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo diminua cerca de 10 milhões de euros face a 2023 calculando-se que em 2023 seja de 101 milhões de euros).

3.2. O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo nos FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2024) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2023 (+2,4% do que em 2022) cifrando-se em 768,91 GWh; em relação aos caudais os dados mais atuais apontam para um aumento de 1,3% do caudal em abastecimento de água e de 6,0% em água residual.

Destes, 739,26 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,4% do que em 2022 e 29,72 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,4% do que em 2022). Este valor de 739,26 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 731,89 GWh e 6,69 GWh fornecidos no âmbito da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN e onde participam 6 infraestruturas de 5 empresas do Grupo AdP.



No ano de 2023 merece ainda destaque a produção própria de energia (100% renovável), seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2023 apontam para uma produção de 39,24 GWh/ano (+1,8% face a 2022). O autoconsumo foi de 29,72 GWh (+8,6% do que em 2022) e a energia vendida à RESP totalizou 9,52 GWh (-14,9% do que em 2022).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2023 foi de 729,74 GWh, o que representa uma variação de +2,5% do que em 2022, onde o saldo foi de 712,20 GWh (de notar que parte deste aumento se deve à integração das instalações do município de Setúbal na SIMARSUL). A autossuficiência energética do Grupo AdP manteve-se em 5,1% do seu consumo total de energia.

Em termos nacionais e relativamente a 2023, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2024) deverá atingir em 2023 cerca de 101 milhões de euros (+208,3% do que em 2022), que corresponde a cerca de +68,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado dos preços de energia de mercado elevados.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2023, os 190 veículos 100% elétricos (+59 do que em 2022) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,5 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 214 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 56 l tep. Em termos de energia primária, a redução foi de -44,5% (-81,7 tep), e o consumo elétrico foi de 475 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -475 toneladas (-83,5%).

No ano de 2023 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP (≈ 1.600 veículos) consumiu cerca de 2,83 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,2% face a 2022 – ano em que foram consumidos 2,99 milhões de litros – e uma variação de +1,2% face a 2021, ano ainda perturbado pela pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,80 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios de consumo diário 7.766 l/dia em 2023 (em 2022 o consumo médio diário foi de 8.190 l/dia e em 2021 de 7.676 l/dia).

O consumo de combustíveis em 2023 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,3 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de -15,4% face a 2022 (3,9 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +7,5% face a 2021 (2,5 milhões de euros, sem IVA incluído). A redução verificada na fatura de combustíveis deve-se à redução do preço médio dos combustíveis.

No Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis diminuiu face ao ano anterior: -19,0% no gasóleo e de -18,5% na gasolina.

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade

Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

3.3. A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO₂ nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.



Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente – está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só a implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Durante o ano de 2023 concluiu-se o desenvolvimento desta ferramenta e elaboraram-se os inventários de emissões do Grupo AdP de 2019 (ano base do inventário) e de 2022 (último ano com dados disponíveis). Durante 2024, será concluído o inventário relativo a 2023, proceder-se-ão a pequenos ajustes na ferramenta e delinear-se-á o plano com um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.



4. CONTEXTO REGULATÓRIO

Em 2023, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2023, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

4.1. REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2023, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.



No decorrer de 2023, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2023, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação sobre gestão de perdas aparentes em sistemas de abastecimento de água, o Projeto de Regulamento da qualidade de serviço prestado ao utilizador final e a proposta de Recomendação sobre gestão de fossas sépticas no âmbito de soluções particulares de saneamento de águas residuais domésticas.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

4.2. AGDA – ATIVIDADE EM “ALTA”

A AgdA é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em alta”, celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AgdA está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “alta”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AgdA é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante o ano de 2023, as tarifas aplicadas na faturação pela AgdA, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da AgdA estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2023, estavam registados em balanço cerca de 1 858 072 euros de DRG de natureza deficitária.



4.3. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2023, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AgdA, disponível em <https://www.agda.pt/indicadores-ersar-qualidade-dos-servicos>.

4.4. REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A AgdA que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, é elaborado anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submetido para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, é implementado o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Em 2023, no cumprimento da legislação, foi implementado o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AgdA são também incluídos no RASARP.

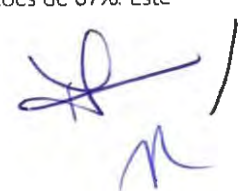
Em setembro de 2023, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2022, foi divulgado pela ERSAR. No entanto, encontra-se por publicar o volume I que contem a caracterização do Setor de Águas e Resíduos, nomeadamente a informação relativa à percentagem de "Água Segura".

4.5. REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A AgdA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água e são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AgdA dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

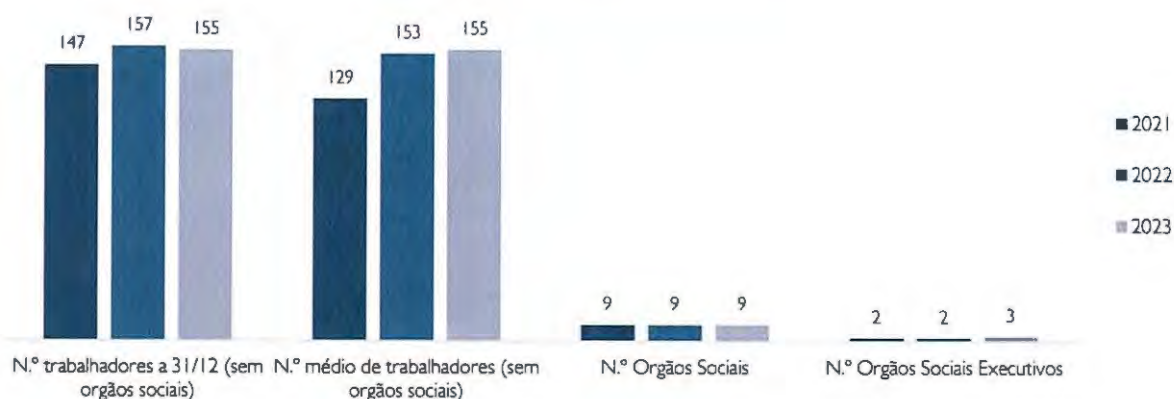
Durante o ano de 2023 verificou-se uma taxa de resposta aos pedidos de informação de 97% e a reclamações de 87%. Este valor corresponde a uma melhoria face ao verificado no ano anterior.



5. AS NOSSAS PESSOAS

A empresa concluiu o ano de 2023 com 155 trabalhadores. Ao número de trabalhadores deverá acrescentar-se 9 Órgãos Sociais, dos quais 3 pertencem à Mesa de Assembleia Geral (Presidente, Vice-presidente e Secretário), 1 Fiscal Único e 5 Administradores, dos quais 1 é Presidente Executivo, 2 são Vogais Executivos e 2 são Vogais não executivos.

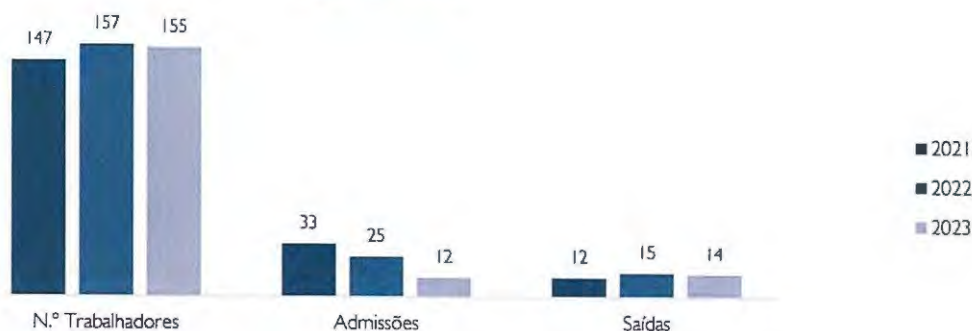
EVOLUÇÃO DO CAPITAL HUMANO



Rotatividade de trabalhadores

O ano 2023 iniciou-se com 157 trabalhadores e terminou com 155 trabalhadores, como consequência de 14 saídas e 12 admissões, sinal das dificuldades em estabilizar o quadro de trabalhadores.

ROTATIVIDADE



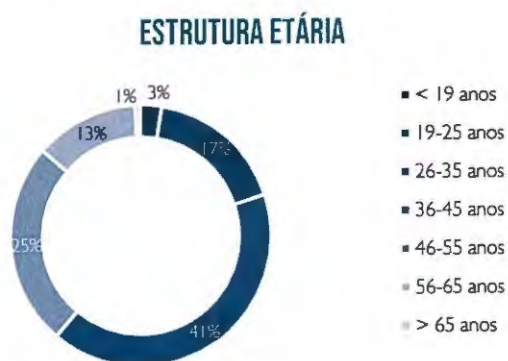
Distribuição de trabalhadores por género

O nosso quadro de trabalhadores é maioritariamente do sexo masculino, resultante do predomínio das funções operacionais.



Estrutura etária

As idades dos trabalhadores variam entre os 21 e os 69 anos de idade, localizando-se a média etária nos 43 anos.



Antiguidade na empresa

O início da atividade operacional em 2010 e a elevada rotatividade contribuem para uma antiguidade relativamente baixa, em torno de um valor médio de 7 anos.



Vínculo laboral

O vínculo laboral dos trabalhadores é, predominantemente, o contrato sem termo (135), sendo de relevar ainda a expressão das situações de cedência por interesse público (18).

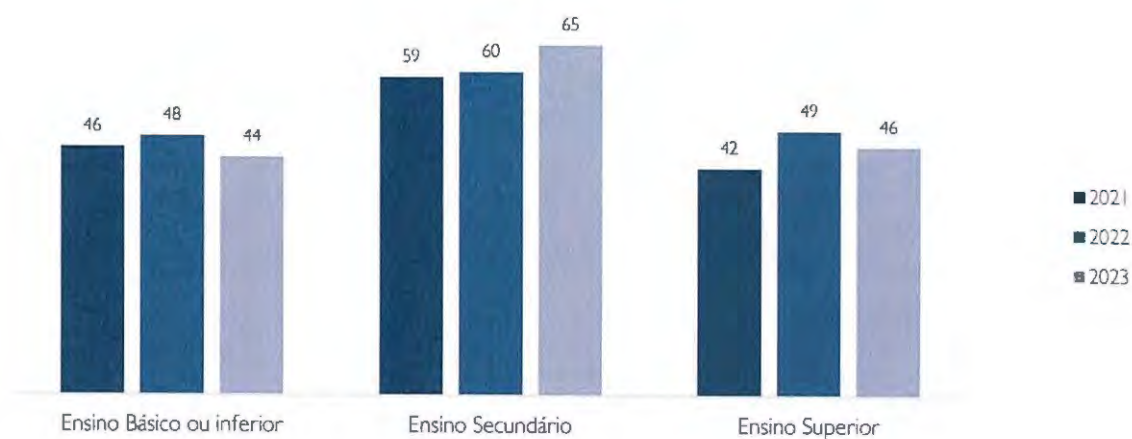
VÍNCULO LABORAL



Habilitações Literárias

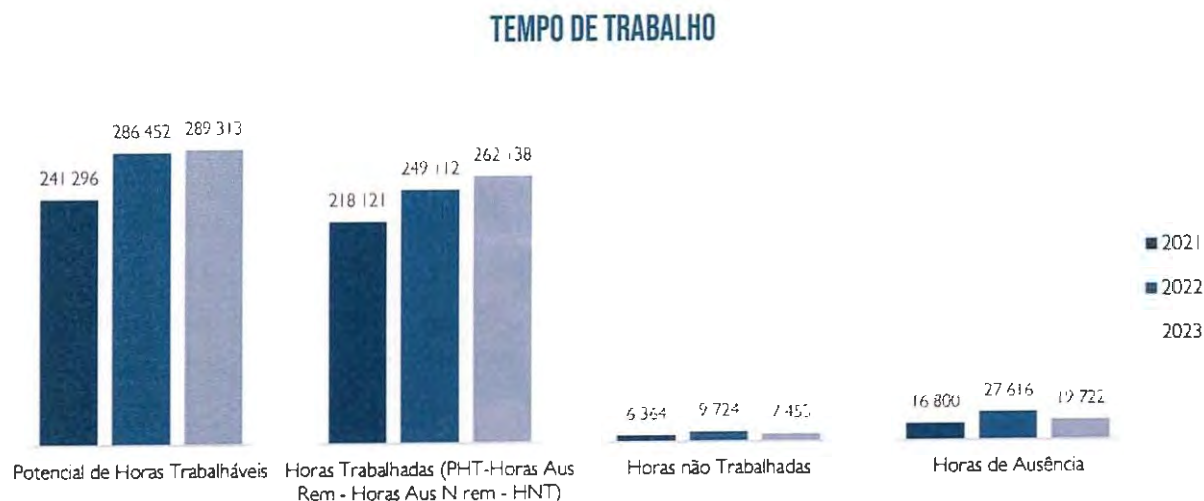
A evolução do perfil de habilitações evidencia a aposta na qualificação dos trabalhadores, o que conjugado com a aposta em planos de desenvolvimento, constituem pilares de um modelo de negócio que valoriza a autonomia e reforço da digitalização.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS



Tempo de trabalho dos trabalhadores

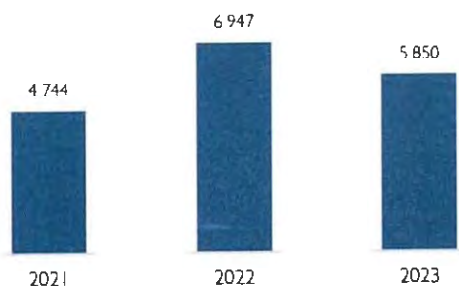
Em 2023 foram trabalhadas 262 138 horas, representando 90,61% do potencial de horas trabalháveis, representando uma melhoria face a 2022 (86,96%). Contribui para este facto os níveis de absentismo verificados em 2023, pese embora a redução face ao período homólogo.



Trabalho suplementar

O trabalho suplementar atingiu em 2023 um total de 5 850 horas, representando um decréscimo de 16% comparativamente ao ano anterior.

EVOLUÇÃO TRABALHO SUPLEMENTAR



Formação em contexto de trabalho

A empresa tem vindo a possibilitar a formação em contexto de trabalho através do acolhimento de estagiários, visando a preparação de novos profissionais a ingressar no mercado de trabalho.

ESTÁGIOS 2023

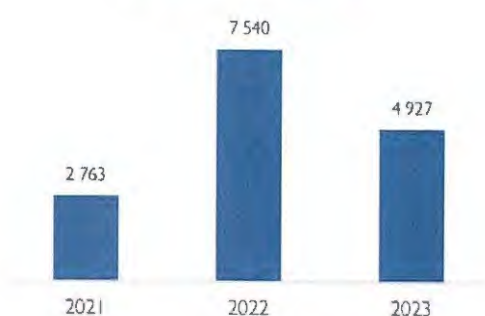
Tipo de Estágio	Nível	Área	Duração	Instituição de Ensino	Comparticipação	Observações
Curricular	VI	Gestão de Empresas	3 meses	Instituto Politécnico de Beja	Não	Concluído
Curricular	VI	Informática	3 meses	Escola Profissional de Odemira	Não	Concluído
Curricular	VI	Gestão de Empresas	3 meses	Instituto Politécnico de Beja	Não	A decorrer

Esta circunstância permite aos alunos colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos cursos ao mesmo tempo que a empresa se assume como agente de formação e contribui para uma educação profissional de qualidade em estreita cooperação com as escolas.

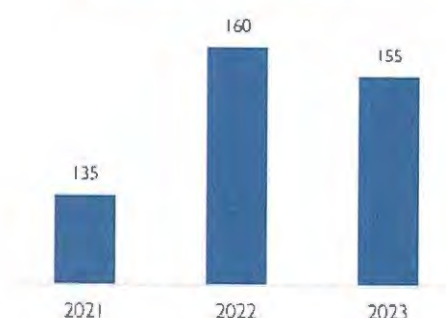
Formação profissional

Em 2023 foi possível trabalhar no sentido de implementarmos um plano de formação adequado às necessidades de desenvolvimento de cada trabalhador, procurando dotá-los de competências adequadas para o desempenho das suas funções. As ações de formação desenvolvidas em 2023 abrangeram 155 trabalhadores, tendo sido atingido um volume de formação de 4 927 horas, representando em termos médio 32 horas por trabalhador e portando ainda um pouco aquém do esperado.

HORAS DE FORMAÇÃO



N.º TRABALHADORES ENVOLVIDOS



Paralelamente temos vindo a apoiar trabalhadores em formação contínua, nomeadamente para a frequência de cursos de Licenciatura, Pós-Graduação e Mestrados, que em 2023 abrangeu um universo de 6 trabalhadores nos seguintes cursos:

- Licenciatura em Gestão de Empresas (2 trabalhadores em frequência);
- Licenciatura em Engenharia do Ambiente (1 trabalhador em frequência);
- Licenciatura em Engenharia Informática (1 trabalhador em frequência);
- Licenciatura em Gestão (1 trabalhadora em frequência);
- Mestrado em Engenharia de Segurança Informática (1 trabalhador em frequência)

6. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Decorrente da Missão definida e da Visão Estratégica, foi estabelecida uma Política de Gestão Integrada, com um conjunto de grandes objetivos, coerentes e interativos, contribuindo para a prossecução da Missão.

Estamos empenhados em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como o tratamento de águas residuais, aos 20 Municípios, de um modo responsável, ambientalmente sustentável e num grupo de trabalho seguro e saudável para todas as pessoas que trabalham sob o seu controlo, num clima de bem-estar e confiança entre clientes, acionistas, fornecedores, comunidade envolvente e público em geral.

Assim, num quadro de sustentabilidade económica e social pretendemos:

- i. Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores, restantes partes interessadas e comunidade;
- ii. Avaliar e verificar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas de prevenção e monitorização;
- iii. Promover a ecoeficiência das suas atividades de forma a prevenir a poluição, diminuindo o consumo dos recursos naturais, de matérias-primas e de energia, e promovendo a reutilização de reciclagem;
- iv. Avaliar as implicações ambientais da atividade;
- v. Avaliar e controlar continuamente a Higiene e Segurança, promovendo a identificação, a avaliação e o controlo dos perigos e riscos de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde e a segurança dos trabalhadores e das instalações, incluindo acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, pela implementação de medidas de prevenção e monitorização eficazes;
- vi. Disponibilizar os meios humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para o desenvolvimento de todas as atividades da empresa;
- vii. Envolver e promover a participação de todos os colaboradores da AgdA e dos que trabalham em seu nome, de modo a garantir o seu compromisso com a Sustentabilidade Empresarial;
- viii. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e a sua motivação, pela sua formação, atualização e sensibilização permanentes, assegurando e melhorando as condições laborais e sociais, em conformidade com os requisitos da norma SA 8000;
- ix. Subscrever e cumprir o Código de Conduta e Ética do Grupo AdP.

Todas e cada uma das atividades principais da empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo ambiente e pela qualidade de vida das populações atuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- i. Promover ações de melhoria contínua da atividade, em todas as áreas de intervenção da empresa, a fim de assegurar que a AgdA seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de atividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da empresa em todos os aspetos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela



qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;

- ii. Responder às exigências dos acionistas da empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Parceria, quer pelo melhor desempenho das competências atuais quer pela expansão geográfica.

Em 2021 foram aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, os objetivos e indicadores de gestão para o mandato 2021-2023 que a seguir se identificam:

	Indicador	Cálculo	Escala	AgdA
Financieiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + PSE + GP) / VM]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [Saldo da dívida vendida de municípios (Ano N)] / [Saldo da dívida vendida de municípios (Ano N-1)] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$Endividamento = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do FMP face ao PAO	Quando FMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando FMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumprir: quando FMP aumenta 1 dia 3. Exceder: quando FMP <= 60 dias Quando FMP > 60 dias ou incumprir com RCM 34/2008, 1. Incumprir: face a ano anterior, x > -15% 2. Cumprir: face ao ano anterior, -25% < x < -15% 3. Exceder: face ao anterior, reduz 25%	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% * excluído o efeito DRG	10,0%
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto 80% <= x < 90% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	$AQA = QA (Ano N)$	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	$AQAR = QAR (Ano N)$	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas previstas no PAO, inferior a 40%, referentes a produção de lamas 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% previstas no PAO referentes a produção de lamas 3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% previstas no PAO referentes a produção de lamas	7,5%
	Reutilização	Implementação da Reutilização enquanto atividade principal	1. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização após 31.03.2022 2. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.03.2022 3. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.12.2021	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de último recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 * após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescentando as ACA's existentes	5,0%

Nr de indicadores 100,0%
12

Em 2023, com a alteração verificada no Conselho de Administração, que representou a eleição da Eng.^a Simone Ferreira Pio através de Declaração Unânime por Escrito de 21 de abril, e em cumprimento do disposto no art.º 18º do Estatuto do Gestor Público, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o gestor submeteu à UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial a proposta de contrato de gestão, respetivos objetivos, indicadores e metas apresentada abaixo.

			Mandato 2021 / 2023 Ano 2023	
Tipo	Objetivo	Cálculo	Escala	Peso
Objetivos específicos do Gestor (alínea c) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)				
Individual	Ineficiência na utilização de recursos hídricos	Evolução Água Não Faturada (Indicador ERS AR AA08a) = $[AA08a \text{ (ano N)} / AA08a \text{ (Ano N-1)}] * 100$	1. $X \geq 100,00\%$ 2. $90,00\% < X < 100,00\%$ 3. $X \leq 90,00\%$	25,00%
Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)				
Sectorial	Qualidade da Água Fomecida	AQA = Indicador ERS AR AA04a	1. $AQA < 97,00\%$ 2. $97,00\% \leq AQA < 99,00\%$ 3. $AQA \geq 99,00\%$	10,00%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = Indicador ERS AR AR13a (3ª Geração até 2021) AQAR = Indicador ERS AR AR21a (4ª Geração)	1. $AQAR < 90,00\%$ 2. $90,00\% \leq AQAR \leq 95,00\%$ 3. $AQAR > 95,00\%$	10,00%
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva = $[N^{\circ} \text{ Ações executadas} / N^{\circ} \text{ Ações previstas}] * 100$	1. $X < 80,00\%$ 2. $80,00\% \leq X < 90,00\%$ 3. $X \geq 90,00\%$	10,00%
Objetivos estratégico (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)				
Estratégico	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. $var > +0,10 \text{ pp}$ 2. $-0,10 \text{ pp} \leq var \leq +0,10 \text{ pp}$ 3. $var < -0,10 \text{ pp}$	10,00%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = [Saldo da dívida vencida de municípios \text{ (Ano N)}] / [Saldo da dívida vencida de municípios \text{ (Ano N-1)}] * 100$	1. $DCDMA > 105\%$ 2. $95\% \leq DCDMA \leq 105\%$ 3. $DCDMA < 95\%$	10,00%
	Limite ao endividamento	$Endividamento = [Stock Dívida \text{ (Ano N)} / Stock Dívida \text{ (ano N-1)}] * 100$	1. $X > 2\%$ 2. $1,5\% \leq X \leq 2\%$ 3. $X < 1,5\%$ * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, sendo a percentagem adotada correspondente ao definido na legislação.	10,00%
	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	Quando PMP ≤ 60 dias e cumpre com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais do que 1 dia face ao anterior 2. Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia 3. Exceder: quando PMP ≤ 60 dias Quando PMP > 60 dias ou incumprir com RCM 34/2008 1. Incumprir: face ao ano anterior, $x > -15\%$ 2. Cumprir: face ao ano anterior, $-25\% < x < -15\%$ 3. Exceder: face ao ano anterior, $x \leq -25\%$	7,50%
	Rentabilidade	Variação do Resultado Líquido face ao PAO	1. $Var < -5\%$ 2. $-5\% \leq Var \leq 5\%$ 3. $Var > 5\%$ * excluindo o efeito DRG	7,50%

Em 2023, o grau de cumprimento dos objetivos e indicadores de gestão fixados em 21 de junho de 2021, foi o seguinte:

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO

Objetivos	Ponderadores Iniciais	Ponderadores Redistribuídos 2023	Meta 2023	Real 2023	Varição 2023	Grau de Desempenho 2023	Atingimento 2023
Financeiros							
Eficiência de Gestão	10,00%	13,33%	70,07%	72,44%	2,33	1	0,13
Dívida Comercial de devedores municipais	10,00%	13,33%	2 821 029	2 563 278	90,86%	3	0,40
Limite ao Endividamento	10,00%	13,33%	< 2%	4,99%		1	0,13
Respeito Prazos de Pagamento	10,00%	13,33%	<60	42	-25%	3	0,40
Rentabilidade	10,00%	13,33%	-5 500 715	-1 317 412	76%	3	0,40
Ambientais e de Serviço							
Plano de Manutenção	10,00%	13,33%	>=90%	91,08%		3	0,40
Qualidade da Água Fornecida	7,50%	10,00%	>=99%	99,19%		3	0,30
Qualidade das Águas Residuais	7,50%	10,00%	>95%	95,53%		3	0,30
Neutralidade Energética	7,50%	0,00%					0,00
Plano de Lamas	7,50%	0,00%					0,00
Reutilização	5,00%	0,00%					0,00
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	5,00%	0,00%					0,00
Atingimento Global							2,50

Ainda relativamente a 2023, para os objetivos e indicadores de gestão submetidos à UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial com a proposta de contrato de gestão, objetivos, indicadores e metas, na sequência a eleição da Eng.ª Simone Ferreira Pio através de Declaração Unânime por Escrito de 21 de abril, o grau de cumprimento foi o seguinte:

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO | Gestor Simone Pio

Objetivos	Ponderadores Iniciais	Meta 2023	Real 2023	Varição 2023	Grau de Desempenho 2023	Atingimento 2023
Objetivos Estratégicos						
Eficiência de Gestão	10,00%	70,07%	72,40%	2,33	1	0,10
Dívida Comercial de devedores municipais	10,00%	2 821 029	2 563 278	90,86%	3	0,30
Limite ao Endividamento	10,00%	< 2%	4,99%		1	0,10
Respeito Prazos de Pagamento	7,50%	<60	42	-25%	3	0,23
Rentabilidade	7,50%	-5 500 715	-1 317 412	76%	3	0,23
Objetivos Setoriais						
Plano de Manutenção	10,00%	>=90%	91,08%		3	0,30
Qualidade da Água Fornecida	10,00%	>=99%	99,19%		3	0,30
Qualidade das Águas Residuais	10,00%	>95%	95,53%		3	0,30
Objetivos Individuais						
Eficiência na Utilização de Recursos Hídricos	25,00%	7,57%	6,20%	81,9%	3	0,75
Atingimento Global						2,60

A escala de avaliação definida é a seguinte:

Desadequado	<1,8
Adequado	1,8<= Avaliação <2,5
Superado	>=2,5

Sem prejuízo de todos os esforços encetados para cumprir integralmente com todos os indicadores, não foi possível cumprir com os indicadores de Eficiência de Gestão e Limite ao Endividamento.

No que diz respeito ao indicador Eficiência de Gestão, apesar do resultado ser de degradação face ao PAO 2023, a empresa cumpre com a disposição legal, uma vez que melhora face ao ano anterior. Sem prejuízo, o Volume de Negócios (VN) foi influenciado negativamente pelo facto de não ter sido possível aplicar as tarifas previstas em PAO, bem como proceder à alteração de metodologia da faturação de saneamento, ambos previstos em PAO 2023. Deste facto estima-se que o VN ficou abaixo em cerca de € 778 619 face ao esperado (€ 137 496 diferença tarifa e € 641 123 diferença de caudal), o que, caso tivessem sido implementados os pressupostos subjacentes à elaboração do PAO 2023, resultaria num indicador com o resultado de 69,70% e, portanto, com grau de desempenho de 3. A empresa espera que em 2024 seja possível implementar todos os pressupostos subjacentes à preparação do PAO 2024, consolidando o seu posicionamento e cumprimento do contrato de gestão

Relativamente ao indicador de Limite ao Endividamento, foram ultrapassados os limites legais, situação justificada pelo atraso no reembolso de despesa executada e ainda não comparticipada por fundos comunitários. No que se refere ao reembolso, importa referir que a empresa tem uma expectativa de recebimento de 4,950 M€ relativamente a operações concluídas com contrato de financiamento e de 6,979 M€ relativamente a operações que aguardam a disponibilidade de fundos através de contratos de financiamento com valores elegíveis condicionados e operações em *overbooking*. Para 2024 a empresa não espera vir a ter qualquer problema com o indicador, tendo em conta que, em princípio, receberá os montantes acima referidos, permitindo uma redução efetiva do endividamento.



7. A ATIVIDADE

7.1. INTRODUÇÃO

Compete à empresa, enquanto Entidade Gestora da Parceria, a exploração e gestão dos serviços de águas, abrangendo a captação, o tratamento, a adução e o fornecimento aos municípios de água para consumo público, bem como a recolha, tratamento e a rejeição de águas residuais canalizadas pelos municípios.

Compete-nos ainda a conceção, o projeto e a construção das infraestruturas e das instalações necessárias à exploração e à gestão dos Serviços de Águas relativos ao SPPIA ALENTEJO, bem como a reparação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas.

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais em moldes adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR assente na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030.

Também a aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo *nexus* água-energia é uma evidência.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que 2022 demos continuidade.

A carteira diversificada de eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

É, pois, cientes destes desenvolvimentos decorrentes dos fenómenos associados às alterações climáticas e dos objetivos de descarbonização que temos vindo a orientar decisões de gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

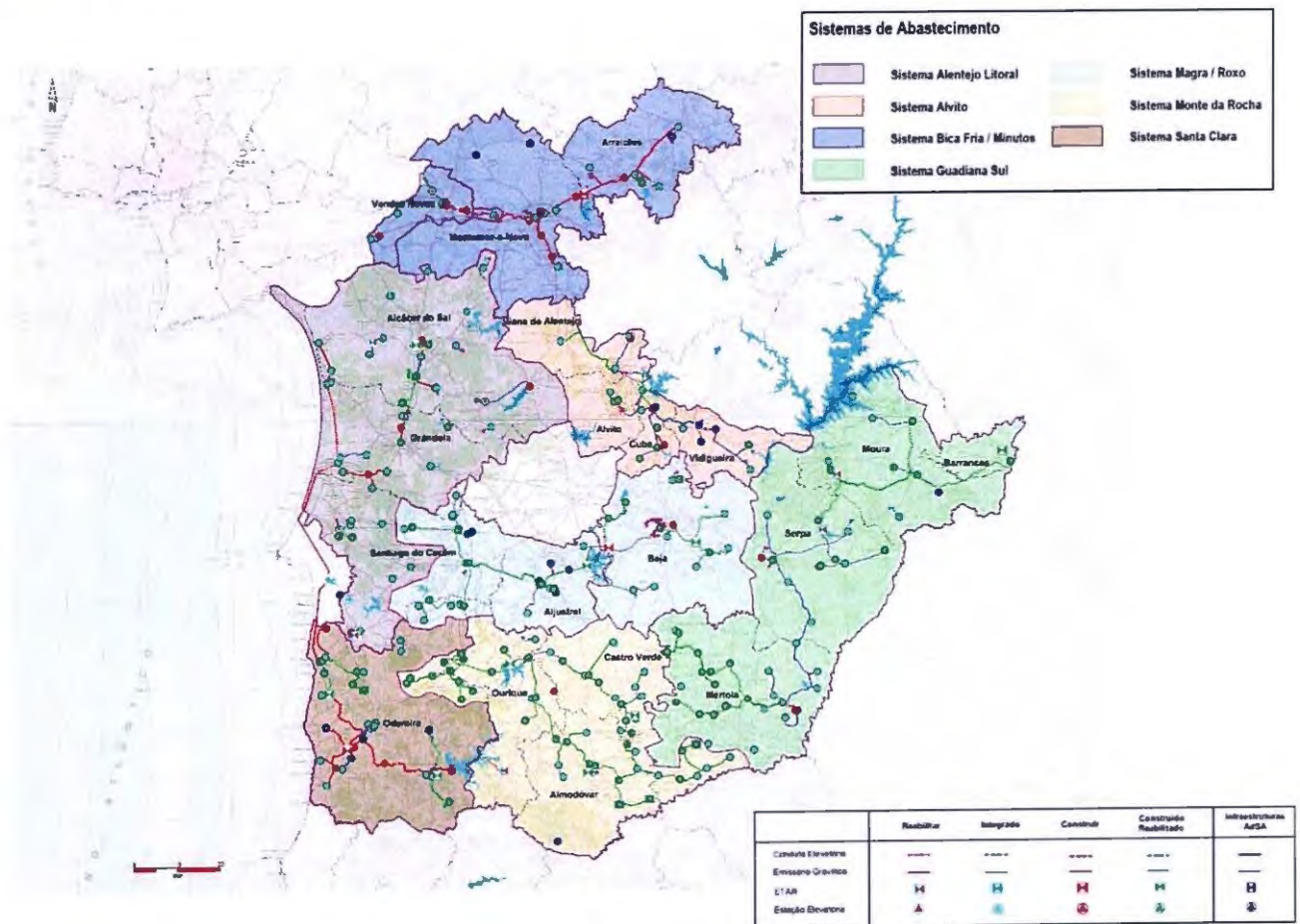
Na sequência da aposta no estabelecimento de parcerias com as atividades económicas foi identificada a oportunidade de alargamento da atividade ao fornecimento de água bruta, otimizando e rentabilizando infraestruturas existentes.



7.2. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

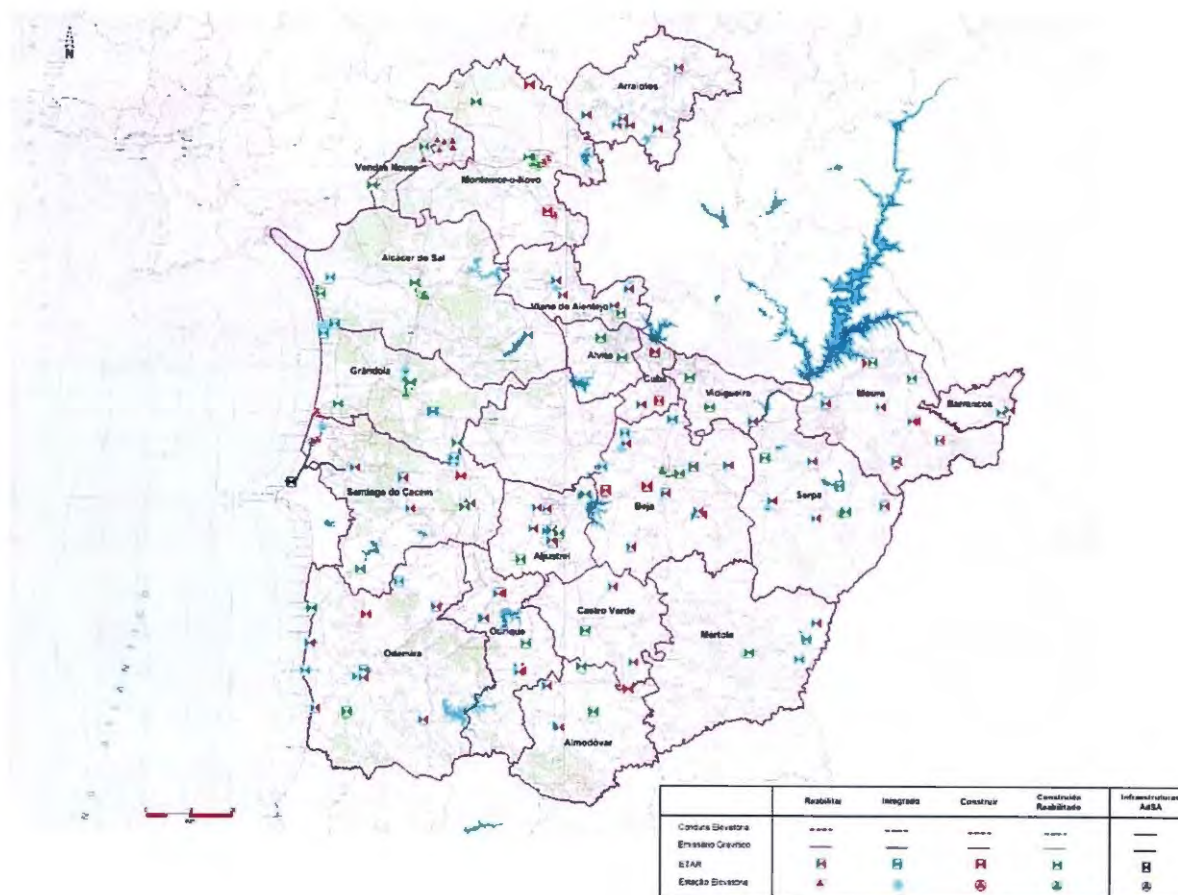
Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja efetuado o fornecimento para abastecimento de água, em alta, a aglomerados com mais de 100 habitantes residentes e sedes de freguesia e ainda a aglomerados com mais de 50 e menos de 100 habitantes residentes, mas que não distem mais de 500 metros dos troços de condutas adutoras.

Face à dimensão do território, dispersão dos aglomerados urbanos e localização e natureza das principais origens de água, a solução técnica adotada assenta numa estrutura de 7 sistemas de abastecimento de água: Bica Fria / Minutos, Alvito, Guadiana, Magra / Roxo, Monte da Rocha, Santa Clara e Alentejo Litoral. Constitui também uma característica a inclusão de um vasto conjunto de reservatórios de distribuição de água, que constituem a grande maioria dos pontos de entrega aos utilizadores do sistema da parceria.



7.3. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Nos termos do Contrato de Gestão ficou estipulado que seja assegurado pela alta a recolha e tratamento das águas residuais geradas no SPPIAALENTEJO em aglomerados cujas projeções populacionais estimem mais de 300 habitantes residentes em 2025, tendo a solução técnica adotada sido estruturada em 126 sistemas.



7.4. ATIVIDADE OPERACIONAL

7.4.1. ORIGENS

O ponto de partida é a estratégia de combinação de origens de superfície e subterrâneas que esteve subjacente à definição das soluções técnicas associadas aos sistemas de abastecimento de água, complementado com um conjunto de captações redundantes e aposta na reutilização num território em grande parte historicamente habituado a conviver com a escassez do recurso água.

A consolidação das soluções tem-se vindo a desenvolver a partir do melhor conhecimento das disponibilidades hídricas e da evolução da procura e complementado pelo desenvolvimento de importantes iniciativas como o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, concluído em 2019, pelo Plano de Segurança da Água integrado na Avaliação de Risco submetida à ERSAR em 2023, cuja sua aprovação suportou o Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA) 2024, assim como de planos de contingência e a definição em 2020 de um plano complementar de origens onde se integrará também a estratégia de reutilização.

A diversidade das origens e contextos é particularmente evidente na quantidade de captações de águas de superfície e subterrâneas associadas aos sistemas de abastecimento de água do SPPIAALENTEJO, que integram o nosso PCQA.

N.º CAPTAÇÕES DO SPPIAALENTEJO

Sistema	Município	Número de captações		Total Município
		Superficiais	Subterrâneas	
Alvito	Alvito	0	2	2
	Cuba	1	2	3
	Viana do Alentejo	0	2	2
	Vidigueira	0	5	5
Bica Fria / Minutos	Arraiolos	0	19	19
	Montemor-o-Novo	0	20	20
	Vendas Novas	0	12	12
Guadiana Sul	Barrancos	1	0	1
	Mértola	0	3	3
	Moura	0	7	7
	Serpa	1	12	13
Litoral	Alcácer do Sal	3	26	29
	Grândola	0	12	12
	Santiago do Cacém	0	19	19
Magra / Roxo	Aljustrel	1	0	1
	Beja	1	20	21
Monte da Rocha	Almodôvar	1	7	8
	Castro Verde	0	8	8
	Ourique	2	3	5
Santa Clara	Odemira	8	4	12
TOTAL		19	183	202

7.4.2. DISPONIBILIDADES HÍDRICAS

O armazenamento hídrico das albufeiras foi, de uma forma geral, inferior à média de referência e do período homólogo, essencialmente devido às condições meteorológicas que caracterizaram o ano hidrológico de 2022/23, com défice de precipitação e valores das temperaturas médias e máximas acima do normal. Segundo o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), 2023 foi o segundo ano mais quente desde que há registos. O Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) classifica segundo o índice PDSI (Palmer Drought Severity Index) a intensidade do período de seca, sendo que, a 30 de setembro de 2023, a distribuição percentual por classes do índice PDSI no território era a seguinte: 0.3 % "chuva fraca", 44.8 % "normal", 11.3 % "seca fraca", 26.6 % "seca moderada" e 17.0 % "seca severa". Ao nível da seca hidrológica, tendo como referência o final do ano hidrológico, encontrava-se em situação de Seca Hidrológica Extrema a bacia do Mira, em situação de Seca Hidrológica Moderada a bacia do Guadiana e em situação de Seca Hidrológica Fraca a bacia do Sado. No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas e com base nos mapas de evolução dos níveis piezométricos de setembro, a maioria das massas de água registaram os níveis inferiores ao percentil 20, o que reflete que os eventos puviosos ocorridos não foram suficientes para a recuperação dos níveis de água subterrânea.

Não obstante o referido, quatro das seis principais origens de água possuem ligação ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) (Roxo, Alvito, Enxoé e Magra), pelo que apesar das condições adversas, não se verificou qualquer constrangimento, uma vez que a albufeira de Alqueva apresentou durante o ano 2023, um nível de armazenamento aceitável, oferecendo garantias quanto à continuidade do serviço.

Em síntese, é possível verificar no quadro abaixo o ponto de situação relativo às disponibilidades hídricas a 31 de dezembro dos últimos 5 anos.

ALBUFEIRA	BACIA HIDROGRÁFICA	2019		2020		2021		2022		2023	
		hm³	%	hm³	%	hm³	%	hm³	%	hm³	%
Alvito	Sado	86,29	65,12	104,29	78,71	94,00	70,94	99,45	75,1	75,24	56,8
Enxoé	Guadiana	5,02	48,25	5,33	51,30	8,43	81,06	10,01	96,3	7,94	76,4
Monte da Rocha	Sado	10,29	10,02	12,39	12,06	15,96	15,53	10,75	10,5	8,17	7,9
Roxo	Sado	15,89	16,50	26,77	27,79	17,60	18,27	35,07	36,4	37,5	38,9
Santa Clara	Mira	239,90	49,46	209,72	43,24	203,29	41,91	178,82	36,9	149,51	30,8

Fonte: Adaptado AdP

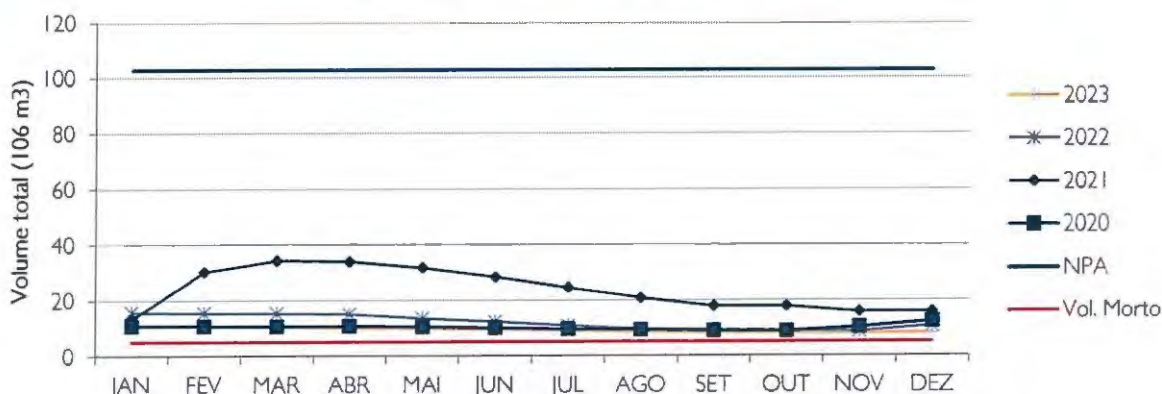
Legenda:

■ Aceitável ■ Em vigilância ■ Crítico

Para além da tendência decrescente na disponibilidade existente na albufeira de Santa Clara, importa reforçar a persistência nos níveis extremamente baixos de volume armazenado na albufeira de Monte da Rocha. No que se refere à albufeira de Santa Clara, deve destacar-se o espaço de diálogo estabelecido entre as várias partes envolvidas, nomeadamente a AgdA, o município de Odemira, a Associação de Beneficiários do Mira, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural no desenvolvimento de ações de curto e médio prazos para criar as condições mais adequadas para a exploração da albufeira, de modo a salvaguardar o uso prioritário abastecimento público.

Assim, a principal preocupação no decorrer do ano 2023 continuou a centrar-se na albufeira do Monte da Rocha, uma vez que foi mantido um nível de armazenamento consideravelmente reduzido, tal como se pode observar no gráfico abaixo.

EVOLUÇÃO DO ARMAZENAMENTO DA ALBUFEIRA DO MONTE DA ROCHA



A variação de nível da referida albufeira não foi muito acentuada pelo facto de terem sido implementadas medidas de contenção dos volumes captados para rega, por forma a garantir o volume necessário para o abastecimento público. Verificou-se, no entanto, que não foi salvaguardada a garantia de 2 anos de abastecimento para consumo humano previsto na legislação.

A albufeira do Enxóe continuou a apresentar problemas de qualidade, pelo que se manteve a necessidade de recorrer à albufeira de Brinches, através do EFMA, para produção de água para abastecimento público.

No que concerne às disponibilidades hídricas subterrâneas, salienta-se que a precipitação ocorrida durante o ano hidrológico 2022/2023 não foi suficiente para uma franca recuperação do nível piezométrico das massas de água, pelo que se mantiveram algumas dificuldades na garantia do abastecimento em determinadas áreas.

Relativamente à qualidade da água em captações subterrâneas, continuaram a verificar-se concentrações elevadas de alguns parâmetros já considerados como críticos.

MUNICÍPIO	PARÂMETROS CRÍTICOS
Alcácer do Sal	Sódio; Dose Indicativa Total
Grândola	Fluoretos
Mértola	Selénio
Montemor-o-Novo	Nitratos
Odemira	Cloretos; Fluoretos; Sódio
Santiago do Cacém	Cloretos; Fluoretos
Vendas Novas	Dose Indicativa Total

Relativamente à qualidade da água em captações de superfície, para além do aumento da concentração da matéria orgânica devido à redução dos níveis nas albufeiras, destaca-se a persistência na quantificação do herbicida Mecoprope nos canais do sistema de Santa Clara. Apesar do esforço de todas as entidades relevantes, e do aumento da monitorização, ainda não foi possível identificar a origem da contaminação.

No sentido de assegurar o abastecimento, e para fazer face às restrições de natureza qualitativa e quantitativa, permaneceu a necessidade de efetuar o transporte de água, o qual registou um aumento de cerca de 34% em relação a 2022, em resultado

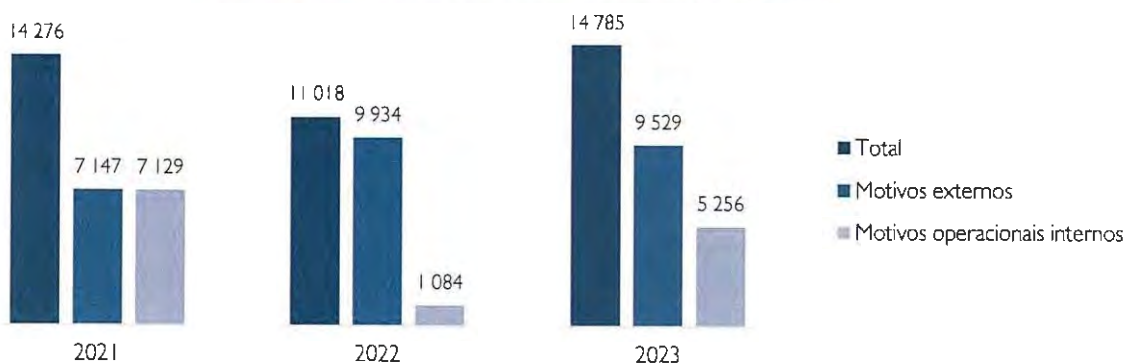
Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

essencialmente dos seguintes fatores: problemas de qualidade associados às origens (colapsos, falhas nas aduções) e avarias em sistemas de tratamento que conduziram à necessidade de diluição da água.

VOLUME DE ÁGUA TRANSPORTADO - TOTAL ACUMULADO (M3)



Numa perspetiva temporal mais alargada, é possível analisarmos a expressão e a evolução dos gastos com transporte de água por autotanque, onde é evidente um histórico de cerca de 4,4 milhões de euros de encargos, a maior expressão atingida em 2019, mas também o reposicionamento nos níveis mais baixos de encargos.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM TRANSPORTE DE ÁGUA POR CISTERNA



Tendo em vista capitalizar o melhor conhecimento e a ligação aos parceiros municipais e cientes que o aumento da resiliência e segurança hídrica passa em muito pelo aumento da eficiência e contenção de usos do bem escasso que é a água, junto das comunidades, mantivemos as práticas de partilha de informação sobre os consumos *per capita* e as iniciativas de educação ambiental.

Também no sentido do estreitar a proximidade com as comunidades foi dada continuidade à cooperação com as atividades económicas relevantes para a resposta a incidentes ambientais e de uma forma geral na melhoria do estado das massas de água, através designadamente da dinamização de uma maior colaboração e uma visão integrada, em linha também com as responsabilidades com o desenvolvimento do território.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

7.4.3. OPERAÇÃO

Não foram registadas alterações na estrutura da Direção de Operação durante o ano 2023, pelo que a mesma continuou a integrar quatro Centros Operacionais e 8 Áreas de Gestão, de acordo com a seguinte distribuição:

Centro Operacional Noroeste:

- a. Área de Gestão Bica Fria / Minutos: Vendas Novas, Arraiolos e Montemor-o-Novo;
- b. Área de Gestão Litoral: Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém

Centro Operacional Centro:

- a. Área de Gestão SAA Magra e Roxo: Abastecimento de Aljustrel, Beja;
- b. Área de Gestão SAR Beja e Aljustrel: Saneamento de Aljustrel, Beja;
- c. Área de Gestão Alvito: Cuba, Alvito, Viana do Alentejo, Vidigueira;

Centro Operacional Este:

- a. Área de Gestão Guadiana: Barrancos, Moura, Serpa, Mértola;

Centro Operacional Sul:

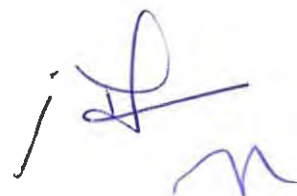
- a. Área de Gestão Monte da Rocha: Almodôvar, Castro Verde, Ourique;
- b. Área de Gestão Santa Clara: Odemira.

Foi mantido o regime de exploração em *outsourcing* dos subsistemas de abastecimento de água localizados na margem direita do concelho de Mértola.

No que diz respeito ao saneamento, não foi registada qualquer alteração no regime de exploração, tendo sido dada continuidade à conjugação do *outsourcing* com a gestão direta, implementada no final do ano 2021.

Como atividade transversal, destaca-se o seguinte:

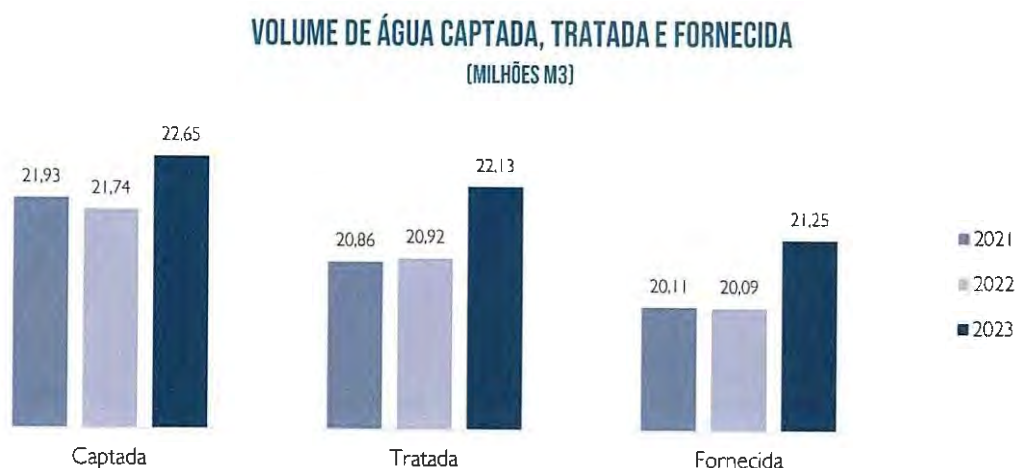
- Implementação da plataforma NAVIA nas Áreas de Gestão Magra, Roxo e Alvito, e início das respetivas parametrizações nas Áreas de Gestão de Monte da Rocha e Guadiana.
- Foi dado seguimento ao trabalho de consolidação da elaboração de procedimentos de contratação associados às atividades base da operação, situação que permitirá efetuar um melhor planeamento das atividades a desenvolver.



7.4.4. ABASTECIMENTO ÁGUA

Volume de Água captado, tratado e fornecido

No ano 2023 foram captados 22,65 milhões de m³ de água, sendo 47,8% de origem superficial e 52,2% de origem subterrânea, encontrando-se este valor em linha com a estratégia preconizada pela empresa. Do volume total captado, foram tratados 22,13 milhões de m³ e fornecidos aos municípios cerca de 21,25 milhões de m³ de água.



A tendência crescente dos volumes de água fornecidos voltou a verificar-se de forma relativamente acentuada, tendo sido registado em 2023 um incremento de 5,77% por comparação com o ano anterior.

Água Não Faturada

A água não faturada constitui a diferença entre o volume de água captada e o volume de água faturado, sendo desagregada da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: consiste no volume utilizado pela própria entidade, ou seja, trata-se do volume relativo a lavagens de filtros, purgas dos decantadores, descarga de flotadores e higienização de reservatórios e condutas;
- Perdas aparentes: são todas as perdas contabilizadas por erros de medição ou acertos de leituras por haver contadores em pontos não coincidentes com os pontos físicos de entrega;
- Perdas reais: constituem o somatório das fugas nas condutas de água bruta e no tratamento, com as fugas nas condutas de adução e as fugas e extravasamentos nos reservatórios.

Assim, no ano 2023 o volume correspondente à água não faturada foi de 1,40 milhões de m³, ou seja 6,20%, o qual se subdividiu da seguinte forma:

- Consumo autorizado não faturado: 0,38 milhões de m³ (1,70%);
- Perdas aparentes: 0,03 milhões de m³ (0,12%);
- Perdas reais: 1,02 milhões de m³ (4,38%).

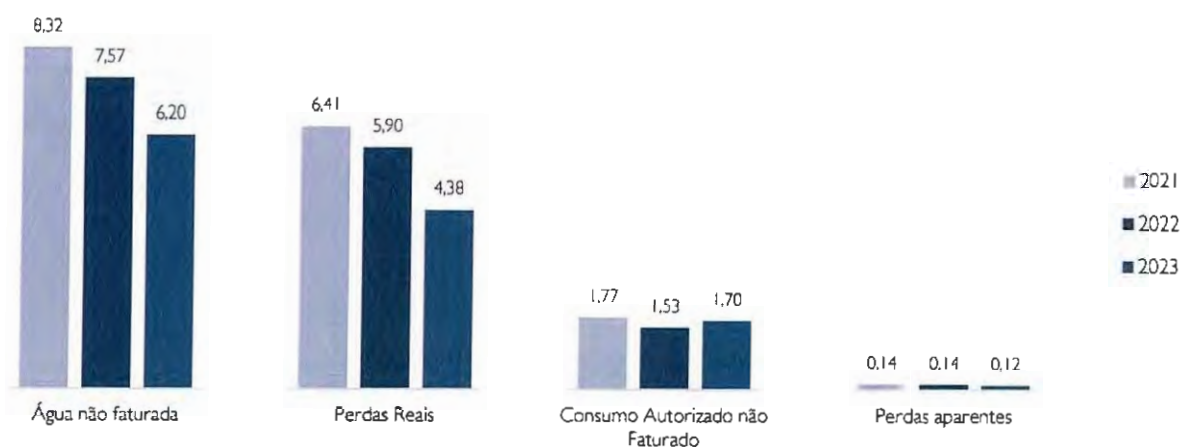
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

EVOLUÇÃO DE PERDAS (%)



A redução da componente "água não faturada" está diretamente relacionada com a tendência verificada na componente "perdas reais".

Em 2023, o volume de perdas reais por unidade de comprimento de conduta foi de 1,84 m³/km/dia, situação que se traduz num índice de "qualidade de serviço boa", de acordo com os critérios definidos pela ERSAR.

Qualidade da Água

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento de água, desde a captação até aos 105 pontos de entrega às entidades gestoras em "baixa", constitui uma das principais preocupações, seguindo-se para este efeito uma política de boas práticas de operação das infraestruturas. Neste sentido, temos implementados os seguintes planos de controlo de qualidade da água:

- Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que permite avaliar continuamente a qualidade da água fornecida, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos, cuja conceção e implementação é fiscalizada pela ERSAR;
- Plano de Controlo Operacional (PCO), com o objetivo de verificar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento de água e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes;
- Plano de Controlo de Qualidade das Origens efetuado no âmbito dos respetivos contratos de concessão de captação.

A execução das análises relativas ao PCQA e ao Plano de Controlo de Qualidade das Origens é garantida na íntegra por um laboratório externo, com métodos devidamente acreditados para o efeito. O controlo analítico associado ao PCO encontra-se fracionado por grupos de parâmetros, sendo a sua concretização partilhada entre um laboratório externo, o laboratório interno e os técnicos operativos que asseguram as rotinas de operação locais.

JP

J

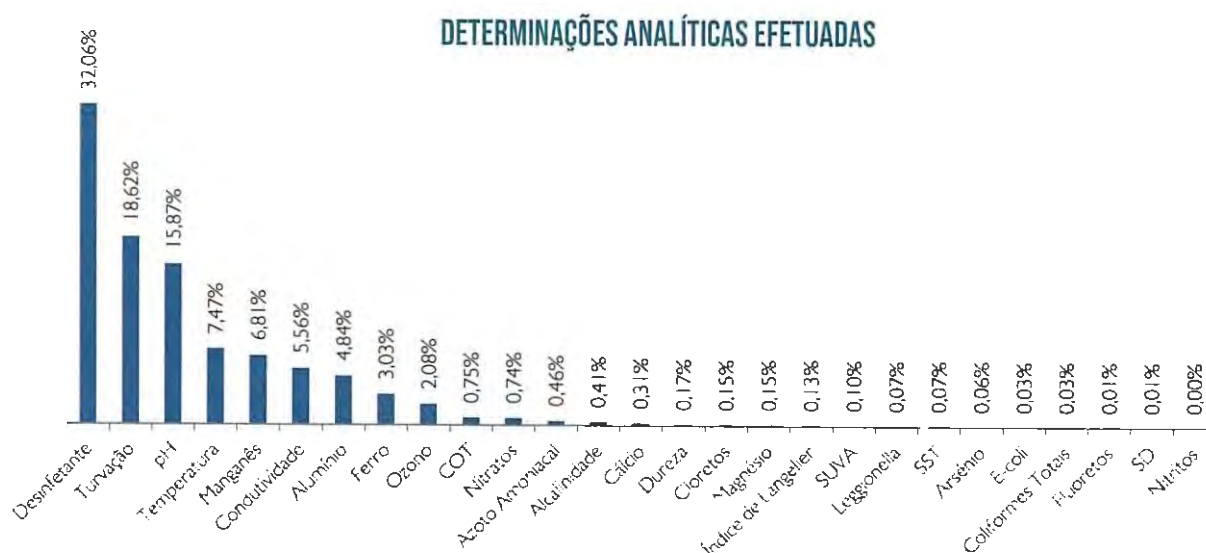
[Assinatura]

À semelhança do sucedido nos anos anteriores, em 2023, continuou a verificar-se uma situação de seca hidrológica bastante preocupante. A maioria do território de atuação da AgdA encontrava-se no final do ano hidrológico em situação de Seca Hidrológica Extrema e/ou Severa, sendo evidente os respetivos impactos ao nível da qualidade da água. No que se refere às origens superficiais, a degradação esteve essencialmente relacionada com o aumento da concentração de matéria orgânica. Relativamente às captações subterrâneas, o maior impacto continuou a fazer-se sentir em alguns parâmetros químicos, tendo sido mantido o condicionamento de utilização para abastecimento público de água da captação de Espírito Santo.

Ao nível da qualidade da água, deve-se ainda referir que continuou a ser quantificado um pesticida (Mecoprope) na água dos canais de Santa Clara, sendo que ao nível da origem na albufeira de Santa Clara continua-se a confirmar que tal contaminação é inexistente. Assim, concluiu-se que se trata de uma situação localizada em determinadas zonas dos canais, e que poderá resultar da utilização desta substância em terrenos adjacentes a essas zonas. Esta situação continuou a desencadear durante o ano 2023 uma série de diligências junto das entidades competentes, no contexto da prossecução do envolvimento das diferentes partes na análise e resolução do problema, de uma forma integrada e de controlo na origem. Durante o ano 2023 foi mantido o acompanhamento da situação com a implementação de um novo plano de monitorização com o objetivo de identificar eventuais locais de entrada da substância nos canais. O referido plano é dinâmico e está a ser ajustado regularmente com a colaboração da APA-ARH Alentejo e ABM, encontrando-se o mesmo, à data, em curso, sendo a sua execução garantida pela APA.

Plano de Controlo Operacional

No ano de 2023 foram realizadas pelo laboratório de controlo operacional e das equipas de operação, cerca de 164 548 determinações analíticas.



Houve a necessidade de recorrer a laboratório externo para assegurar a execução do controlo analítico dos parâmetros cuja metodologia de determinação não se encontra implementada no laboratório de controlo operacional interno, designadamente Trihalometanos, Cloritos, Cloratos, Bromatos, Arsénio, Selénio, Chumbo, Fitoplâncton e Pesticidas (Mecoprop).

Plano de Controlo de Qualidade da Água

No ano de 2023 foram realizadas, no âmbito da implementação do PCQA, cerca de 14 594 determinações analíticas. A percentagem de água segura constitui um indicador da qualidade da água fornecida, sendo o seu cálculo realizado com base no produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação.



(+) valor estimado, sujeito a revisão e validação pela ERSAR.

(++) valor estimado com base no esclarecimento ERSAR 30.01.2024 [VP Cloratos =0.70mg/l], sujeito a revisão e validação pela ERSAR.

A tendência de melhoria deste indicador está diretamente relacionada com a redução do número de incumprimentos, a qual se deve essencialmente à conclusão de empreitadas que permitiram desativar algumas origens que apresentavam problemas de qualidade.

Verificou-se, comparativamente com o ano 2018, uma ligeira redução ao nível do indicador "percentagem de água segura", entre o período compreendido entre 2019 e 2020, a qual, teve na sua origem as seguintes causas:

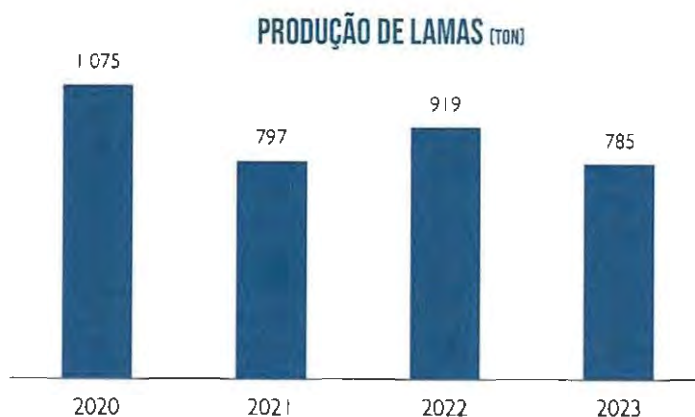
- maior degradação da qualidade da água bruta, na sequência de períodos prolongados de seca hidrológica, com consequente impacto ao nível da qualidade da água fornecida;
- obrigatoriedade de análise de novos parâmetros;
- alteração da legislação, a qual implicou uma intensificação da frequência de determinação dos parâmetros críticos (execução do PCQA com base na avaliação de risco, integrando critérios que definem os parâmetros a controlar e a frequência de amostragem em função do histórico da qualidade da água, das características da água bruta, dos tratamentos aplicados e das demais especificidades de cada sistema de abastecimento).

Contudo, tendo em conta o desenvolvimento das intervenções implementadas no âmbito das empreitadas, observa-se entre o ano de 2021 e 2023, uma inversão na tendência anterior, sendo mais sólida em 2023, que pese embora todas as alterações de legislação ocorridas, espelha os resultados das ações preconizadas, quer ao nível das empreitadas, quer ao nível da otimização dos sistemas na sua vertente operacional. Para o futuro pretende-se dar continuidade à melhoria do indicador "Água Segura", com o objetivo de manter um nível de qualidade de excelência.



Produção de lamas

Foram produzidas nas ETA e encaminhadas para destino final cerca de 785 toneladas de lamas resultantes dos processos de clarificação da água.



A diferença registada ao nível da quantidade de lamas encaminhadas para destino final está essencialmente relacionada com a ausência de estabilidade de contratação deste tipo de serviço, situação conduziu à necessidade de armazenamento deste resíduo nas instalações.

Outras atividades a destacar

No decorrer deste exercício destacam-se ainda as seguintes atividades:

- Conclusão da instalação de sistemas de tratamento em S. Domingos, Santa Susana e Campo Redondo, os quais irão permitir resolver alguns problemas de qualidade da água, nomeadamente no que se refere aos parâmetros Cloretos, Sódio e Dose Indicativa Total. Em 2023 não foi possível efetuar o arranque dos referidos sistemas, devido a limitação da potência das instalações. O respetivo processo de solicitação de incremento de potência foi iniciado em tempo útil, no entanto, os sucessivos concursos lançados têm ficado desertos;
- Acompanhamento dos municípios na gestão de perdas em baixa, através da monitorização de caudais noturnos;
- Comunicação com os municípios na sequência da verificação de tendências persistentes de captações excessivas, tendo em vista a identificação e resolução mais célere de problemas na rede em baixa e minimização das situações de transporte de água através de autotanques;
- Participação em sessões de educação ambiental;
- Acompanhamento de visitas de estudo;
- Desenvolvimento de um estudo conjuntamente com o LNEC, para avaliar as alternativas de melhoria do desempenho da ETA do Monte da Rocha no controlo de trihalometanos, cianobactérias e microcistinas. A metodologia utilizada incluiu a avaliação de desempenho da ETA e a realização de ensaios de tratabilidade em laboratório. O estudo deste sistema permitiu replicar possíveis soluções a outros sistemas com relativa menor complexidade.

7.4.5. SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Volumes Recolhidos e Rejeitados

No decorrer do ano 2023 foram recolhidos nos sistemas de saneamento de águas residuais 13,07 milhões de m³ de águas residuais, dos quais foram exportados para tratamento no sistema de saneamento de águas residuais da empresa Águas de Santo André (AdSA) 0,48 milhões de m³, correspondentes às águas residuais da cidade de Santiago do Cacém. Estima-se que do volume total recolhido tenham sido tratados e rejeitados para os meios hídricos recetores cerca de 12,42 m³.

Deve salientar-se que cerca de 60% das ETAR ainda não dispõem de dispositivos de medição de caudal, pelo que os respetivos volumes foram estimados com base nos volumes de água fornecida.



Qualidade da Água Residual Rejeitada

Garantir a qualidade dos efluentes descarregados no meio recetor constitui um dos principais objetivos, tendo em vista a minimização dos impactos nos ecossistemas e dos riscos para a qualidade de vida das populações, para além do cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

As variações significativas na qualidade e quantidade das afluências às ETAR têm efeitos negativos no desempenho do sistema de tratamento, podendo comprometer o cumprimento dos normativos de descarga. Desta forma a implementação de um plano de monitorização robusto, bem como a adoção de boas práticas de exploração das infraestruturas são essenciais para que se consigam alcançar os objetivos definidos.

Neste sentido, encontram-se implementados os seguintes planos de controlo de qualidade do efluente descarregado:

- Plano de Autocontrolo: permite avaliar a qualidade do efluente rejeitado, garantindo a sua conformidade com os valores legalmente estabelecidos. Constitui uma obrigação legal, sendo fiscalizado pela APA;
- Plano de Controlo Operacional (PCO): tem por objetivo fundamental avaliar o funcionamento de todos os órgãos de tratamento e detetar atempadamente possíveis anomalias, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas e corretivas eficazes.

A execução das análises relativas ao Plano de Autocontrolo foi garantida na íntegra por um laboratório externo, devidamente acreditado para o efeito, enquanto o controlo analítico associado ao PCO encontra-se inserido no âmbito da prestação de serviços da operação e manutenção das infraestruturas de saneamento. No que se refere às instalações que transitaram para exploração direta pela equipa AgdA, parte do PCO já foi executado pelo laboratório de controlo operacional interno.

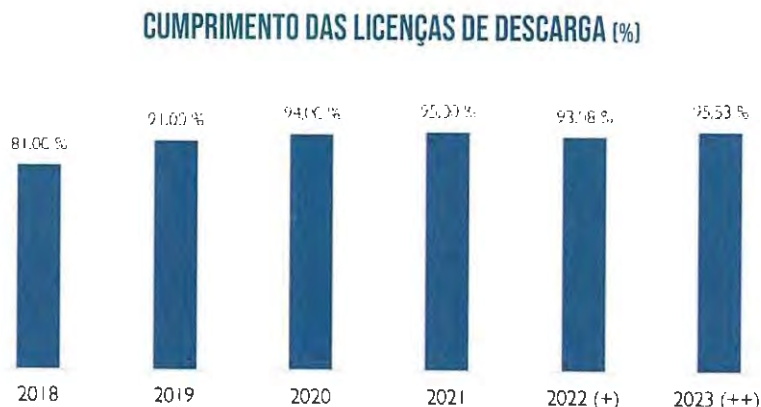
Plano de Controlo Operacional

Durante o ano de 2023 foram realizadas pelo prestador de serviços de operação e manutenção das infraestruturas de saneamento cerca de 45 162 determinações analíticas. Neste âmbito foram enquadrados os seguintes parâmetros: CQO, CBO5, SST, pH, Temperatura, ILV, SSV, Ntotal, N-NH4, N-NO3, Ptotal, Óleos e Gorduras, Coliformes totais e Coliformes fecais.

No laboratório de controlo operacional interno foram realizadas cerca de 2 227 análises, as quais englobaram os seguintes parâmetros: CQO, CBO5, SST, pH, Ntotal, N-NH4, Ptotal e Cloretos.

Plano de Autocontrolo

No ano de 2023 foram realizadas, no âmbito da implementação do Autocontrolo, cerca de 15 193 determinações analíticas. O nível de cumprimento das licenças de descarga constitui o indicador utilizado para medir o índice de qualidade do efluente descarregado. No gráfico seguinte encontra-se apresentada a evolução relativa ao nível de cumprimento das licenças de descarga, o qual foi apurado, até 2022, tendo por base as premissas definidas pela ERSAR (AR13a) e com base na fórmula de cálculo dos indicadores de 3.ª geração. Para o ano 2023, a fórmula de cálculo foi alterada e nesse sentido o indicador ERSAR (AR21ab) foi estimado com base na fórmula de cálculo dos indicadores de 4.ª geração.



(+) valor estimado, sujeito a revisão do processo de validação pela ERSAR

(++) valor estimado com um universo de 82 instalações [Hab. Equiv. Servidos – 185 001 | Hab. Equiv. Satisfatório – 176 737]

Nota: No cenário das 82 instalações não foram consideradas as instalações com pedido de renovação atempado, mas indeferido (Moura, Brinches, Cavaleiro, Pedrógão, Selmes e Vale da Oca 1 e 2). Ambas as estimativas estão sujeitas a revisão do processo de validação pela ERSAR.

Dada a alteração da fórmula de cálculo do indicador pela ERSAR, ocorrida no apuramento dos indicadores de 2022 para 2023, nomeadamente no que concerne aos critérios relativos aos indicadores de 3.ª geração para a 4.ª geração, constata-se uma variação que se atribui essencialmente à base da fórmula de cálculo, pois a mesma, considera na 4.ª geração todas as instalações com título válido e com pedido de renovação atempado, ao invés do critério anterior que apenas considerava as instalações com título válido nos últimos 12 meses, situação que levou a um aumento considerável de instalações elegíveis.

HABITANTES EQUIVALENTES COM TRATAMENTO SATISFATÓRIO

Ano	N.º de instalações consideradas	Hab. Eq. servidos	Hab. c/ tratamento satisfatório	Cumprimento da licença (%)
2018	55	106 381	86 112	81
2019	52	99 733	90 785	91
2020	56	129 619	122 960	95
2021	46	87 753	83 426	95
2022 (*)	57	128 936	120 019	93,08
2023 (**)	82	185 001	176 737	95,53

(*) Critério ERSAR Indicadores de 3ª geração
(**) Critério ERSAR Indicadores de 4ª geração

Na sequência da publicação pela ERSAR de uma nova versão do Guia de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos – 4ª Geração (v. 31/01/2024), regista-se uma alteração significativa no universo e nos critérios de avaliação associados ao indicador AR2 lab, que passa a considerar apenas as instalações que servem mais do que 2 000 habitantes.equivalentes, sendo a avaliação de conformidade efetuada com base no Decreto-Lei n.º 152/1997, de 19 de junho. Apresenta-se no quadro abaixo o resultado da aplicação do indicador revisto, destacando-se que este apenas considera cerca de 20% do universo de ETAR da empresa.

HABITANTES EQUIVALENTES COM TRATAMENTO SATISFATÓRIO*

Ano	N.º de instalações consideradas	Hab. Eq. servidos	Hab. c/ tratamento satisfatório	Cumprimento da licença (%)
2022	27	145 490	113 461	77,99%
2023	27	161 821	136 950	84,63%

(*) Critério ERSAR Indicadores de 4ª geração (v.31/01/2024)

Pela análise do quadro, constata-se ainda que, apesar da redução valor global do indicador, mantém-se a tendência crescente do número de habitantes.equivalentes com tratamento satisfatório.

Produção de Lamas e Resíduos

Durante o ano em análise foram encaminhadas para destino final 9 397 toneladas de lamas, com encaminhamento para compostagem da totalidade. Por comparação com 2022, verificou-se uma redução de cerca de 12% na quantidade de lamas encaminhadas para destino final.

TIPO DE LAMAS ENCAMINHADAS A DESTINO FINAL (TON)



No decorrer do ano 2023 foi efetuada a remoção de lamas de lagoas das seguintes instalações:

- ETAR São Domingos da Serra (anaeróbia + facultativa);
- ETAR Albernoa (anaeróbia);
- ETAR Salvada (anaeróbia);
- ETAR Arraiolos Poente (2 anaeróbias);
- ETAR Sete (facultativa);
- ETAR Abela (anaeróbia + facultativa);
- ETAR Santa Clara do Louredo (anaeróbia);
- ETAR Baleizão (anaeróbia).

Por comparação com o ano 2022, foi observada uma redução de cerca de 23% ao nível da quantidade de lamas desidratadas por processos mecânicos, situação que esteve essencialmente associada a avarias nos equipamentos.

A prestação de serviços de limpeza de leitos de secagem só foi contratada no último trimestre do ano 2023, situação que conduziu ao decréscimo do valor relativo ao encaminhamento a destino final deste tipo de resíduos.

Ainda durante o ano de 2023 foram encaminhadas para destino final 423 toneladas de areias, gradados, óleos e gorduras, o que representa um aumento de cerca de 8 % em relação ao ano anterior.



ApR para utilização interna

A reutilização de água (ApR) contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, assumindo particular pertinência em territórios como o Alentejo.

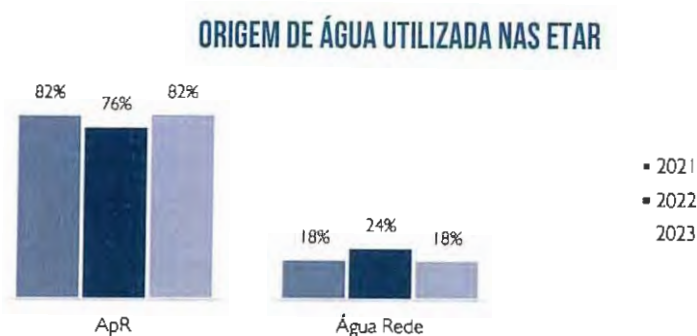








No decorrer do ano em questão foram utilizados 133 275 m³ de água na totalidade das instalações saneamento, dos quais 82% corresponderam a ApR e 18% a água da rede, em que neste caso estão incluídas utilizações onde é requerida água potável.



Outras atividades a destacar

As principais atividades a destacar relativamente ao ano 2023 são:

- Participação no Grupo de Trabalho de Reutilização, do Grupo AdP;
- Participação no Grupo de Trabalho de Erradicação de Incumprimentos;
- Acompanhamento de visitas de estudo.

7.4.6. GESTÃO DE ORIGENS

Na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta área, destaca-se relativamente a 2023 as seguintes áreas desenvolvidas no âmbito das competências do Departamento de Gestão de Origens:

- Aposta na digitalização de sistemas, nomeadamente através de desenvolvimento e organização de ficheiros partilhados no sentido de agilizar a comunicação entre as áreas da GO e da DOP, permitindo dessa forma a maximização de recursos e otimizar os circuitos de comunicação com forte impacto no melhoramento e desempenho em geral;
- Avaliação das especificações de sistema informático para gestão, acompanhamento e ajuda na tomada de decisão relativamente ao todo o processo de gestão de informação de controlo analítico/monitorização AA e AR;
- Articulação com a empresa Águas do Algarve para efeitos de integração no sistema informático do laboratório, sistema IXIS, de algumas especificações para a produção dos Editais e dos Parâmetros Conservativos e preenchimento semiautomático do IDQA 2023;
- Participação no Grupo de Gestão da crise devida à seca e efeitos conexos de 2022/2023 – Task Force Seca. A Comissão Executiva da AdP SGPS deliberou a criação deste Grupo, tendo em conta a situação de seca envolvendo as várias empresas de abastecimento do grupo AdP;
- Reforço da monitorização na componente de saneamento, nomeadamente através de análise diária dos resultados obtidos no âmbito da implementação do Plano de Autocontrolo. A implementação deste reforço de monitorização

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

permitiu, em conjunto com a operação, uma atuação célere, no sentido de avaliar as causas do incumprimento ocorrido e a eventual aplicabilidade de medidas corretivas;

- Instrução de processos de Licenciamento Ambiental- LUA/Siliamb – 2023

Tipologia	N.º de processos
Abastecimento (captações)	2
Saneamento (descarga)	10
Ocupação do DPH	4
TOTAL	16

- Interligação com as autoridades ambientais, em matérias de reporte e acompanhamento de visitas às instalações;
- Apoio no desenvolvimento Missão Monte Rocha, com o envolvimento de várias áreas da AgdA - Elaboração de Plano de Contingência/ Plano de Ação. Neste âmbito foram desenvolvidas as diligências para a caracterização coluna da massa de água com o objetivo de aferir as melhores condições quer de localização da jangada de captação, quer da profundidade mais favorável para efetuar a própria captação;
- Elaboração PCQA 2024 e atualização das respetivas AvR, em articulação com a Direção de Operação, que suportam o PCQA;
- Coordenação da intervenção de limpeza da linha de água que recebe a descarga de emergência da EEAR 4 de Montemor-o-Novo;
- Elaboração de correspondências de designações/códigos de captações subterrâneas entre bases de dados APA/AgdA para definição de Plano de Ação – definição PP zona imediata – Instrução de processo de licenciamento captações;
- Colaboração no Estudo relativo às captações da Mata Valverde, Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Para além das atividades acima referidas, também foi assegurada a participação em vários Grupos de Trabalho nas áreas de erradicação de incumprimentos e ApR (Grupo AdP), da contaminação dos canais de rega do sistema de Santa Clara, entre outros. Também houve a participação em diversas iniciativas associadas com o novo quadro comunitário de financiamento, nomeadamente oficinas temáticas - ITI Água e Ecossistemas de Paisagem - Algarve e Alentejo, sessões relativas à Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas e sessões participativas relativas a planos municipais de ação climática.

Merece especial destaque a contratação de assessoria técnica especializada relativa ao Estudo sobre disponibilidades hídricas na região hidrográfica do Mira (albufeira de Santa Clara) e a atualização do estudo apresentado, integrando nessa atualização os dados relativos ao ano 2023. Desta forma, foi possível obter uma visão atualizada sobre a eventual operação da albufeira face ao volume e condições atuais. O referido estudo pretende contribuir para a definição de cenários de exploração da albufeira, tendo por base os seus vários usos: abastecimento, agricultura e indústria, bem como, avaliar a compatibilidade com o sistema de abastecimento de água existente. A realização deste estudo, englobou as seguintes atividades:

- Avaliação das disponibilidades hídricas;
- Avaliação dos volumes captados e consumidos pelos diferentes utilizadores;
- Modelação da alocação de água e definição de propostas de regime de exploração para diferentes cenários;



- Avaliação das implicações dos regimes de exploração na gestão das infraestruturas da AgdA e respetivo plano de investimentos;
- Definição de uma estratégia de gestão e alocação de água.

No que se refere à inovação, destaca-se a colaboração no Projeto AGREEMAR (Gestão melhorada e integrada dos recursos hídricos centrada na otimização do armazenamento de água no subsolo com o objetivo de aumentar a segurança hídrica na região mediterrânica), com o caso prático da ETAR da Comporta (LNEC; ADELPHI Research GGMBH). Neste contexto, destaca-se ainda o apoio na preparação da candidatura do projeto MARCLAIMED - *Integrated Decision Support Tool for Reliable and Affordable Application of Manage Aquifer Recharge with Alternative Water Resources in River Basin and Drought Management Plans*.

7.4.7. ENGENHARIA E GESTÃO DE ATIVOS

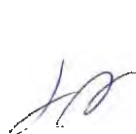
A implementação da solução técnica baseou-se numa estratégia de priorização assente:

- Na resolução dos principais constrangimentos em termos de abastecimento de água, através designadamente das importantes intervenções nos sistemas de Monte da Rocha, Guadiana Sul, Santa Clara, Roxo-Magra, Alvito e Bica Minutos;
- Na resolução dos processos de contencioso ambiental ao nível do tratamento de águas residuais urbanas;
- Na calendarização dos investimentos por executar, em resultado da aplicação da matriz de risco desenvolvida pelo grupo de trabalho de priorização de Investimentos.

Sem prejuízo do impacto dos importantes constrangimentos e das consequências aos mais variados níveis que se mantiveram durante o ano de 2023, a elevada inflação, a Guerra na Europa e no Médio Oriente, a falta de mão de obra qualificada que levaram a um agravamento no custo e prazo de aprovisionamento das matérias-primas e equipamentos, bem como atrasos de execução, o balanço não pode deixar de ser positivo, a saber:

- Os principais constrangimentos em termos de qualidade e quantidade continuaram a ser suprimidos com a conclusão dos investimentos durante o ano de 2023, nomeadamente com melhorias nos processos de tratamento e reforço dos sistemas de captação de origens subterrâneas apesar da situação de seca severa que se mantém, e à ausência dos desenvolvimentos que se impõem ao nível da eficiência e contenção de usos;
- Os processos de contencioso comunitário que envolveram cerca de 33 instalações de 18 concelhos e mais de 150.000 habitantes equivalentes no âmbito do SPPIAA, dos quais o Estado português foi condenado relativamente a 17 instalações num universo nacional de 44, chegamos ao fim de 14 anos com as dificuldades assinaladas ultrapassadas.

No ano de 2023 continuou a ser dado seguimento ao plano de investimentos em infraestruturas, com vista à concretização das intervenções previstas na solução técnica atualmente aprovada, mais orientadas para a reabilitação de um vasto conjunto de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que servem na sua grande maioria aglomerados de menor dimensão, continuando a ser encetadas diligências ao nível de preparação de elementos com vista à



captação de financiamento no âmbito Portugal 2030, e também um conjunto mais vasto de preocupações, em linha com a agenda ambiental, designadamente:

- Reforçar a aposta na digitalização, completando e reforçando em especial a componente de monitorização, automação, supervisão, telegestão e segurança dos sistemas, indispensável para a elevação do desempenho e otimização da sua exploração e gestão, otimizando os recursos necessários para a operação e monitorização dos sistemas com vista com a sua eficiência;
- Integrar a agenda do aumento da circularidade do nosso setor e inclusão no respetivo modelo de negócio, através em especial da valorização de lamas de ETAR através de unidades de compostagem, mas também da produção de ApR;
- Reforçar a aposta na produção e eficiência energética, em linha com o desafio global de descarbonização e do Grupo AdP de neutralidade energética em 2030, como importante contributo para a persecução das metas nacionais neste domínio e com vista à redução dos custos deste recurso essencial ao desenvolvimento da nossa atividade;
- Melhorar a apresentação das infraestruturas, incluindo reforço da identidade regional, indispensável para a afirmação da Parceria, mas também para a motivação e autoestima das nossas equipas;
- Melhorar um conjunto de instalações de suporte.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO INICIAL DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS (PREÇOS CORRENTES)



O ano de 2023 foi também o ano término do período de elegibilidade dos programas POSEUR e COMPETE 2020, o qual se caracterizou pela conclusão de muitos dos investimentos, e encerramento de candidaturas, cuja elaboração dos respetivos relatórios finais se encontra em conclusão.

Em paralelo, e tendo em vista preparar as respostas do território a desafios ambientais acrescidos, que impõem o reforço e segurança hídrica dos serviços, e de um conjunto de dinâmicas, mas também nos posicionamos relativamente a um conjunto de oportunidades, continua a ser desenvolvido o trabalho da análise e recuperação de potenciais intervenções que, apesar de não se encontrarem previstas no plano inicial de investimentos em infraestruturas, não podem deixar de ser equacionadas, a saber:

- A evolução dos consumos em determinados sistemas, seja no sentido do crescimento face ao previsto, seja no sentido de não confirmação das expectativas de redução inicialmente admitidas;
- A evolução de um conjunto de parâmetros relevantes associados aos recursos hídricos e à incerteza climática;

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

- As perspetivas de desenvolvimento identificadas em determinadas áreas, em especial de novos empreendimentos no litoral;
- A importância de integrar a agenda da reutilização num território de elevada escassez de água;
- A necessidade de corresponder a um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030).

Por fim, e com vista à reorganização do plano de investimentos, foi desenvolvido um trabalho conjunto entre as áreas da empresa com o objetivo de atualizar a avaliação de todas as infraestruturas ainda não intervencionadas, e teve como pressupostos a revisitação da Matriz de Risco associada aos investimentos, tendo por base o conhecimento mais aprofundado dos sistemas e do estado dos mesmos, o Plano de Ação para redução de incumprimentos em saneamento, que será articulado com o futuro Plano de Ação do Grupo AdP, a revisão da Solução Técnica proposta aos Municípios e a atualização dos valores de construção, sem nunca deixar de ir ao encontro das expectativas iniciais dos parceiros.

Foi também dada particular relevância à eficiência energética da empresa e aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis, à digitalização, à valorização orgânica de lamas de ETAR, à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, e à produção de ApR (Água para reutilização).

Investimento em Abastecimento

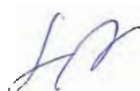
O investimento acumulado realizado em sistemas de abastecimento de água totaliza no final de 2023 o valor de 133,934 milhões de euros, tendo o valor realizado no ano ascendido a 10,706 milhões de euros associado à execução de um conjunto importante de empreitadas abrangendo 6 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR e do COMPETE 2020.

6 CONCELHOS ABRANGIDOS – 15,40 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2023

- SAA Roxo Poente – Ligação Roxo ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, 1,08 Meuros
- SAA Roxo Poente – Açude Negativo na Albufeira do Roxo, 0,27 Meuros
- SAA Almogrove – Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão, 1,49 Meuros
- SAA Guadiana Sul – Ampliação e adaptação da ETA do Enxoé, 7,50 Meuros
- SAA Arraiolos – Sistema de Captação de Vale Melão, 0,16 Meuros
- SAA Alvito – Reabilitação da ETA de Alvito, 2,26 Meuros
- SAA Magra-Roxo – Reforço da Fiabilidade da Adução a Beja, 2,64 Meuros

Paralelamente e na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foi promovida a elaboração de projetos de execução, sendo de realçar, o lançamento e conclusão, do Estudo e Projeto, no âmbito do Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) da barragem do Enxoé e da barragem de Monte Clérigo, e o lançamento do projeto de Captação e Adução do Sistema de Santa Clara.

Em desenvolvimento, encontra-se a elaboração das Notas Técnicas para o Abastecimento de Água para Zona Costeira de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines e para a conceção/construção da nova ETA de S. Teotónio, o Projeto de Execução de Abastecimento de água ao Sistema de Alvito, Sistema de Minutos e Bica Fria e Sistemas de Alcácer do Sal,



Grândola, Odemira e Santiago do Cacém, o projeto de Reforço de Adução a Melides, o Projeto de Reforço de Adução a Santiago do Cacém (Escatelares), o Sistema de S. Teotónio e a Captação e Adução do Sistema de Santa Clara.

Também durante o ano de 2023 foram promovidos concursos para empreitadas no valor total de 0,67 milhões de euros:

- Empreitada de reabilitação da Barragem do Enxoé e da Barragem do Monte Clérigo
- Ponto de entrega de Vale Coelho

Ainda durante 2023 foram dadas como concluídas e entraram em pleno funcionamento um conjunto importante de infraestruturas:

Ligação Roxo – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva



Açude Negativo na Albufeira do Roxo



Reabilitação da ETA de Alvito



Sistema de Captação de Vale Melão



Adução a Vila Nova de Milfontes e Castelão (total)



Ponto de entrega de Vale Coelho e Alamos



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação várias intervenções num conjunto de 7 sistemas.

7 SISTEMAS – 110,5 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO REALIZADO

- Sistema do Alentejo Litoral – 2 ETA, 6 EE, 13 reservatórios, 53,6 km de condutas, 8 captações, 14,8 Meuros
- Sistema do Alvito – 1 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 43 km de condutas, 6,5 Meuros
- Sistema da Bica-Fria / Minutos – 1 EE, 1 reservatórios, 19 captações, 1,3 Meuros
- Sistema do Guadiana Sul – 1 ETA, 2 EE, 9 reservatórios, 47,3 km de condutas, 33,8 Meuros
- Sistema do Monte da Rocha – 3 ETA, 13 EE, 24 reservatórios, 114 km de condutas, 24,2 Meuros
- Sistema do Roxo/Magra – 2 ETA, 2 EE, 12 reservatórios, 146,52 km de condutas, 1 captação, 19,7 Meuros
- Sistema de Santa Clara – 2 ETA, 4 EE, 6 reservatórios, 34,0 km de condutas, 10,2 Meuros

Investimento em Saneamento de Águas Residuais

O investimento acumulado realizado em sistemas de saneamento de águas residuais totalizou 58,030 milhões de euros, tendo a realização no ano de 2023 ascendido a 3,095 milhões de euros, associado à execução de um conjunto importante empreitadas abrangendo 2 concelhos, em grande medida apoiadas no âmbito do POSEUR e do COMPETE 2020.

2 CONCELHOS – 6.73 MILHÕES DE EUROS DE EMPREITADAS EM CURSO EM 2023

- SAR de Cuba – ETAR de Cuba, 2,8 Meuros
- SAR de Ermidas do Sado – ETAR de Ermidas do Sado, 3,1 Meuros
- SAR de Ermidas do Sado – Empreitada do Sistema de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Ermidas do Sado, 0,83 Meuros

Em paralelo e dando continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, foi elaborada, concluído a Nota Técnica, para a ETAR do Escoural e o projeto de execução do Sistema Intercetor do Escoural, bem como edifício de Montemor, e encontram-se em desenvolvimento os projetos de execução de Estudos e Projetos para Reabilitação dos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais de Aljustrel, Arraiolos, Barrancos, Beja e Castro Verde (Ad-Hoc), SI Mimosa - Conversão de Fossa em PITAR, Estudos e Projetos de Transporte e Tratamento de Águas Residuais – Lotes 1 a 5, a Nota Técnica para a Conceção/construção da ETAR de Moura.

Ainda em 2023 foi efetuada a adjudicação dos Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais - Grupo 2 – Lote 1 a 3.

Também durante o ano de 2023 foram promovidos concursos para empreitadas no valor total de 3,02 milhões de euros:

- Sistema de Transporte de Águas Residuais Rejeitadas de Ermidas do Sado
- Conceção-Construção da ETAR do Cíborro

Complementarmente ao conjunto de empreitadas em curso, encontram-se concluídas e em operação as intervenções num conjunto de 18 concelhos.



18 CONCELHOS – 48,8 MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO REALIZADO

- Alcácer do Sal – 2 ETAR, 4 EE, 8,5 kms de condutas, 7,6 Meuros
- Aljustrel -2 ETAR, 1 EE, 2,2 kms de condutas, 1,8 Meuros
- Almodôvar - 2 ETAR, 1 EE, 2,5 Meuros
- Alvito - 2 ETAR, 0,4 Meuros
- Beja -2 ETAR, 1 EE, 5,6 kms de condutas, 5,2 Meuros
- Castro Verde - 1 ETAR, 1,7 Meuros
- Cuba – 1 ETAR, 2,3 Meuros
- Grândola - 3 ETAR, 1 EE, 3,5 kms de condutas, 4,1 Meuros
- Mértola - 1 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 1,6 Meuros
- Montemor – o -Novo - 2 ETAR, 3 EE, 5,3 kms de condutas, 5,0 Meuros
- Moura - 2 ETAR, 0,5 Meuros
- Odemira - 2 ETAR, 2 EE, 1,5 kms de condutas, 4,4 Meuros
- Ourique - 1 ETAR, 1,3 Meuros
- Santiago do Cacém - 2 ETAR, 0,5 kms de condutas, 3,1 Meuros
- Serpa - 2 ETAR, 1 EE, 1,8 kms de condutas, 2,7 Meuros
- Vendas Novas - 2 ETAR, 1 EE, 0,6 kms de condutas, 2,4 Meuros
- Viana do Alentejo 2 ETAR, 2,3 kms de condutas, 0,6 Meuros
- Vidigueira - 2 ETAR, 1,6 Meuros

Constituição de Servidões e Expropriações

Entre outros processos de menor expressão, destacamos o início dos trabalhos de suporte expropriativo de importantes empreitadas, como são o Reforço da Fiabilidade da Adução a Aljustrel, Empreitada de Adução a Grândola - 2.ª Fase e Adução ao Sistema de São Teotónio, Expansão a Mértola Noroeste, ETAR e SI do Escoural.

Estes empreendimentos perfazem um total de, aproximadamente, 250 parcelas de terrenos afetados, as quais originaram distintas atividades (aquisição de cadastro, identificação de proprietários, avaliações, negociações, etc..), desenvolvidas internamente e com suporte na prestação de serviços em curso.

No que a negociações diz respeito, todas as diligências já resultaram no contacto com cerca de 230 proprietários, com o objetivo de assegurar a disponibilização das parcelas necessárias à conclusão do plano preconizado (note-se que destes estão excluídos os contactos das parcelas - aproximadamente 140 - da Adução ao Sistema de São Teotónio).

O resultado dos contactos e negociações realizados traduziu-se na concretização de 25 acordos de servidão, 4 escrituras de servidão e 2 escrituras de expropriação, envolvendo um valor total de indemnização de 49 mil euros.

Paralelamente, e visando a otimização dos atos de gestão patrimonial, durante 2023 foi dada continuidade à obtenção da isenção de pagamento de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) dos cerca de 109 prédios, com um valor patrimonial de €11.415.202,07 euros propriedade da empresa, tendo sido obtidas mais 3 isenções, atingindo no final do ano um conjunto de 101 prédios, encontrando-se os restantes 1 processos em análise na Autoridade Tributária.



A publicação da DUP (Declaração de Utilidade Pública) da empreitada de Adução a Relvas Verdes e Aldeia de Chãos determinou também um conjunto de atividades burocráticas (preparação de processos para peritos e tribunal, acompanhamento de vistorias, etc.), que exigiram particular empenho e acompanhamento da equipa. Ainda no âmbito do requerimento de DUP, foi despoletado o arranque das respetivas atividades preparatórias do projeto de Adução a São Teotónio, bem como da regularização fundiária dos pólos de captações dos subsistemas de Montemor-o-Novo (Amoreira da Torre), Borbolegão e Bica Fria.

Comparticipação Comunitária do Investimento

O financiamento comunitário constitui um pilar central para a concretização das intervenções estratégicas em curso no nosso território, atentas as características destes serviços e os desafios ambientais que vem ampliar de forma significativa as exigências de um território de baixa densidade, onde a intensidade da escassez já se faz sentir com especial acuidade.

FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO (M€)			
Programa	AA	AR	Total
POVT	23,6	16,9	40,5
POSEUR	65,1	15,2	80,3
COMPETE 2020 / REACT-EU	0	2,1	2,1
TOTAL	88,7	34,2	122,9

É pois, partindo da importância dos financiamentos comunitários para a sustentabilidade, mas também da competitividade do território, que a partir da atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas, desenvolvemos ainda uma reflexão interna destinada a suportar o desafio de capitalizar para o território as oportunidades proporcionadas pelo Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR), pelas Bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e por um quadro comunitário de apoio mais alargado (2030), para melhor respondermos aos desafios da resiliência e segurança hídrica, mas também das oportunidades proporcionadas por uma agenda verde e digital.

7.4.8. MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

No ano 2023 a gestão da manutenção das infraestruturas do SPPIAALENTEJO teve várias alterações à sua estrutura, com entradas e saídas de pessoal, tanto em cargos operacionais como de chefia. As dificuldades de contratação de pessoal especializado e em consolidar as equipas foram por isso novamente relevantes, uma vez que ainda não foi possível completar e estabilizar as equipas. Os sistemas de abastecimento e saneamento mantiveram a estratégia de execução da manutenção por equipas internas, combinada com recurso a prestadores de serviços em algumas especialidades.

A dispersão territorial da empresa e a necessária proximidade que caracteriza as intervenções de manutenção sugeriram a adoção de um modelo de organização, baseado num núcleo central focado nas especialidades técnicas de suporte às equipas de terreno desconcentradas, que por sua vez atuam de forma próxima e em tempo real nas instalações e equipamentos, de onde advém elevado valor acrescentado no que se refere à qualidade e capacidade de resposta, bem como à necessária capacidade de formação técnica "on job" que acaba por combater as dificuldades do mercado.





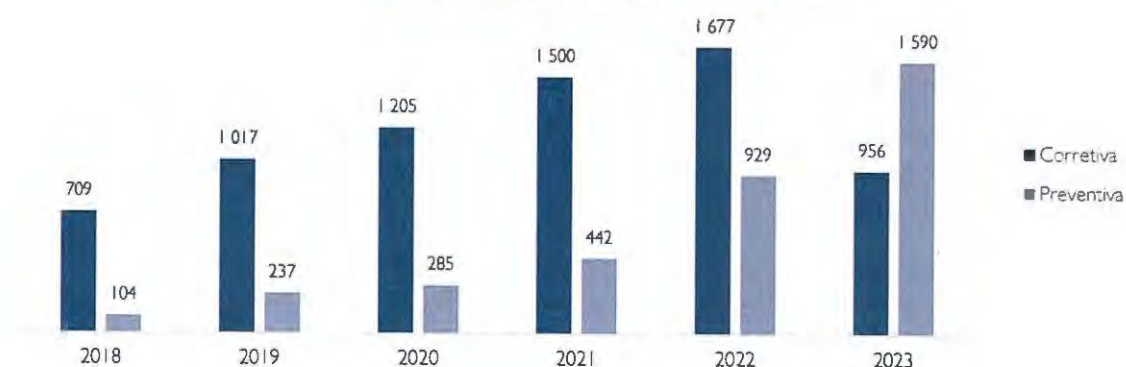
No ano de 2023 foi desenvolvido, aprovado e implementado o Plano de Manutenção Preventiva aprovado para um conjunto de infraestruturas e equipamentos considerados críticos para a atividade, o qual foi executado por equipas internas e prestadores de serviços especializados. Procurou-se em relação ao plano do ano anterior aumentar a abrangência de infraestruturas e equipamentos considerados no mesmo. Com a execução do plano pretendeu-se que as ações corretivas fossem minimizadas e a longevidade dos equipamentos alargada.

Comparando com o histórico do número de intervenções preventivas nos últimos anos, constatamos que existe uma evolução positiva.

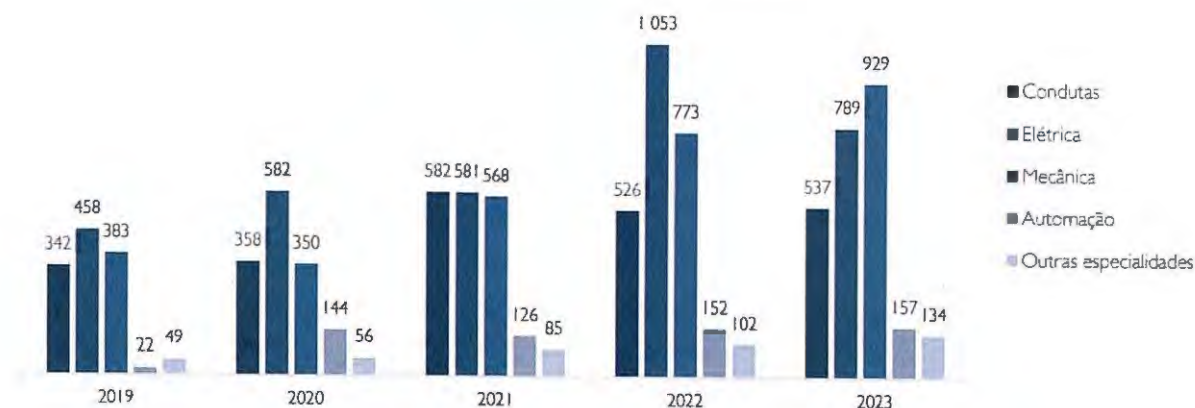
No gráfico abaixo é visível a evolução global, mas também manutenção preventiva que evoluiu de 929 registos, em 2022, para 1590, em 2023, que representa um incremento de 42%. Ainda assim existe muito a fazer para dinamizar a cultura de manutenção preventiva, no sentido da evolução não só nessa vertente de manutenção, mas ao nível de gestão de *KPIs* focados na melhoria contínua, das equipas, das rotinas e dos resultados.

Relativamente a intervenções de manutenção curativa, o decréscimo em 2023 está diretamente relacionado com a evolução da capacidade de realização de manutenções preventivas, associado a uma melhor classificação da tipologia das intervenções.

INTERVENÇÕES REALIZADAS POR TIPOLOGIA



INTERVENÇÕES POR ESPECIALIDADE

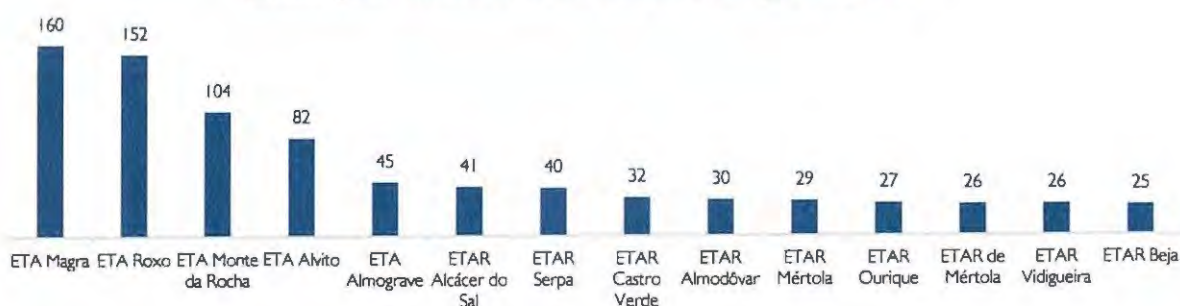


É interessante também fazer uma análise ao nível das áreas de gestão, onde é clara a disparidade que resulta da diferença de tecnologias existentes, a quantidade de infraestruturas, o nível de investimento, bem como meios humanos disponíveis para realização de intervenções. Estes dados revelam, se analisados ao nível da infraestrutura, quais as instalações que são mais significativas ao nível da intervenção da manutenção. O que após análise poderá revelar a necessidade de investimento, ou até sustentar a necessidade de investimento já preconizado.

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES POR ÁREA DE GESTÃO



INSTALAÇÕES COM MAIOR REGISTO DE INTERVENÇÕES EM 2023



7.4.9. GESTÃO DE ENERGIA

Com o objetivo de acompanhar a agenda de otimização da exploração e de neutralidade energética, e fortemente alavancada pela ampliação dos compromissos do Grupo AdP neste domínio, no ano de 2023 demos continuidade a um conjunto de iniciativas destinadas a aumentar a eficiência e a produção de energia através de fontes renováveis de energia.

Em 2023, realizou-se a auditoria de renovação da concessão do Sistema de Gestão de Energia (NP EN ISO 50001:2019), cujas fronteiras do sistema são a EEAA da Pia Quebrada, ETA de Alvito e ETA do Monte da Rocha. Estas infraestruturas caracterizam-se por consumos e custos energéticos expressivos, sendo que as três infraestruturas representam 12% do consumo total de energia da AgdA, desagregando-se por: EEAA da Pia Quebrada, 2%, ETA de Alvito, 6% e ETA do Monte da Rocha, 4%.

Encontra-se em execução o contrato de prestação de serviços de apoio técnico especializado na área energética com a AdP Energias, destacando-se a compilação de dados de consumos e custos energéticos, apoio no estudo e definição de soluções na produção solar fotovoltaica, bem como na preparação de procedimentos concursais.

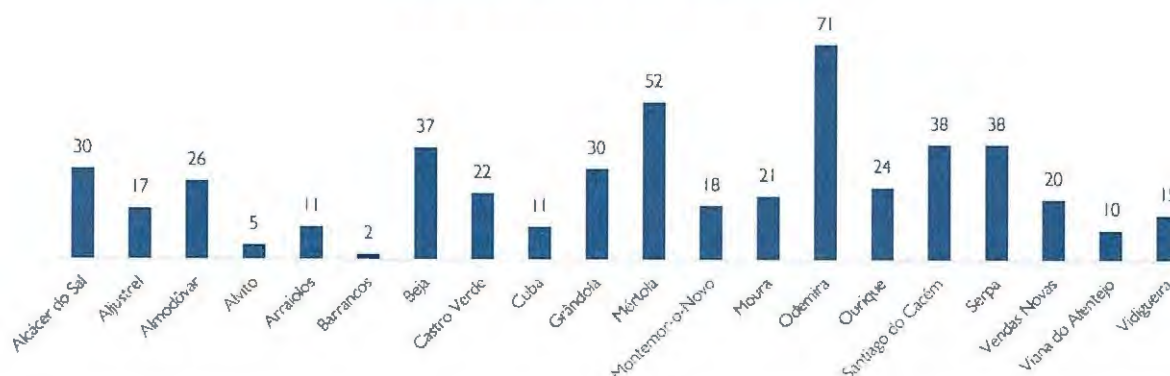
Em curso encontra-se a execução contratual de aquisição de serviços para auditorias energéticas, o que está a permitir avaliar e caracterizar os consumos energéticos nas instalações mais consumidores de energia, com o objetivo de proceder à elaboração de planos de ações e validação de medidas que se verifiquem economicamente viáveis, de com os objetivos anteriormente descritos.

Durante o ano 2023 desenvolveram-se estudos internos com o objetivo de aumentar a produção de energia com recurso a fontes renováveis, nomeadamente solar fotovoltaica, prosseguindo o objetivo de descarbonização definido pelo grupo AdP e de fazer face ao significativo aumento do custo da energia.

Assim, e para além do aumento da aposta neste domínio, continuam as diligências para a efetivação das oportunidades das comunidades de energia renovável, designadamente através da integração de outras infraestruturas, como do aprofundamento da parceria com os parceiros municipais e do alargamento da colaboração com outras entidades relevantes.

A nossa realidade é uma extensa e dispersa carteira de 498 instalações consumidoras de energia da rede de distribuição.

NÚMERO DE INSTALAÇÕES POR MUNICÍPIO

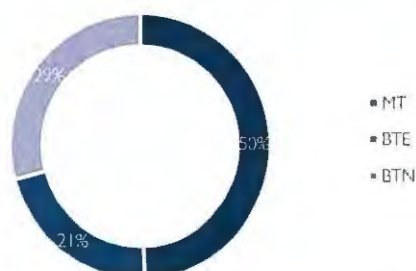


A representatividade dos encargos com energia elétrica por nível de tensão apresenta uma prevalência da média tensão, com base na média dos valores de 2021, 2022 e 2023, e uma muito expressiva origem nas instalações associadas aos sistemas de abastecimento de água.

INSTALAÇÕES POR NÍVEL DE TENSÃO

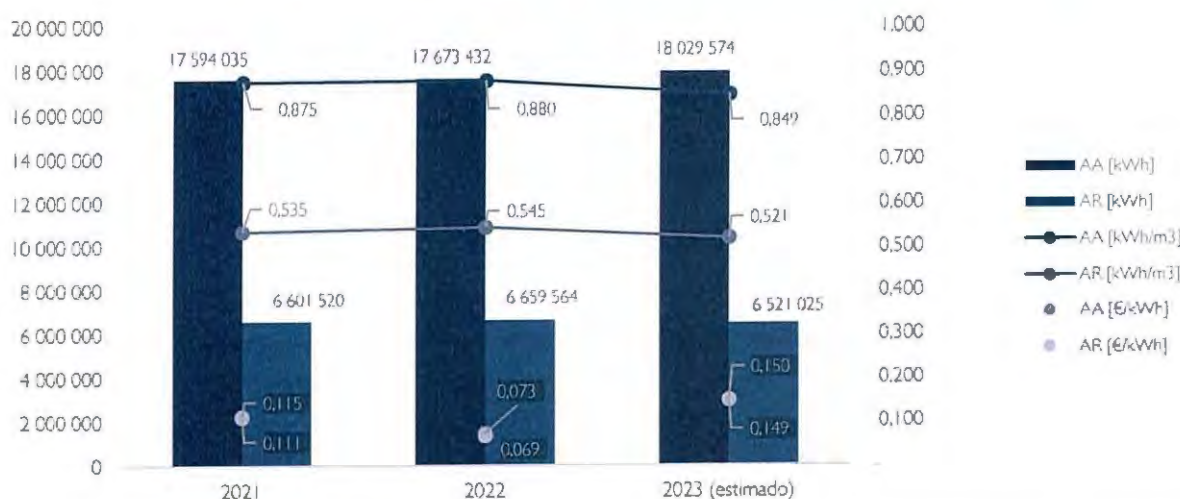


REPRESENTATIVIDADE DOS CUSTOS POR NÍVEL DE TENSÃO



Em 2023, a fatura de energia elétrica ascendeu a 3,897 milhões de euros, ou seja, 19% do volume de negócios e 23,75% dos gastos operacionais, tornando evidente a sua importância em especial dos encargos controláveis, motivo pelo qual tem merecido uma particular atenção em todo o Grupo Águas de Portugal, particularmente para 2023 e anos seguintes na sequência das perspetivas de evolução do preço de energia.

CONSUMO ENERGÉTICO, CUSTO E CUSTO ESPECÍFICO POR ATIVIDADE

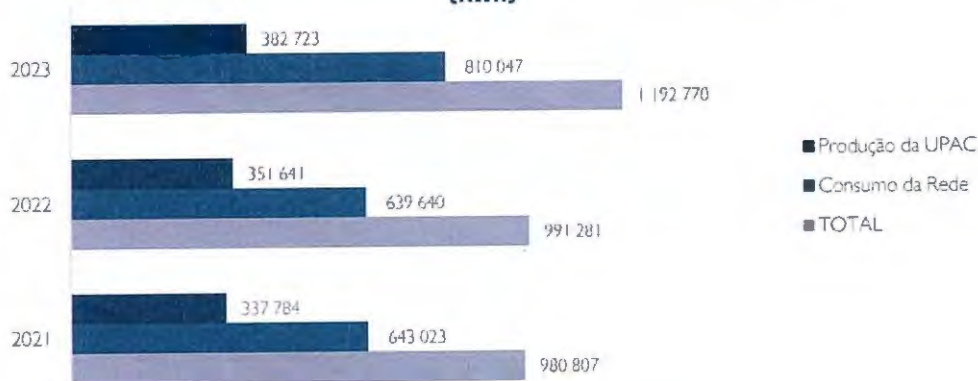


A informação em análise foi atualizada para os valores reais nos anos de 2021 e 2022 e inclui o total do consumo energético, nomeadamente, com aquisição à rede e autoprodução através das Unidades de Produção para Auto Consumo (UPAC).

Uma vez que os consumos específicos diminuíram, o aumento do consumo de energia deve-se essencialmente ao aumento de atividade e alguma perda de eficiência de equipamentos (situações em análise por parte da Direção de Manutenção e Direção de Operação).

No ano de 2023 manteve-se em exploração a UPAC fotovoltaica da ETA da Magra, com uma potência de 300kW, tendo a produção sido de 382.723kWh, o que equivale a um aumento de 9% em relação a 2022 (351.641kWh), que assegurou cerca de 32% do consumo total de energia elétrica de toda a instalação.

ETA DA MAGRA - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DA REDE (KWH)



[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Durante o ano de 2023, continuaram em execução as empreitadas de conceção-construção da ampliação e adaptação da ETA do Enxoé e conceção-construção da ETAR de Cuba, que contemplam a execução de unidades de produção fotovoltaico para autoconsumo de 300 kW e 75kW, respetivamente.

Conhecedores do enorme potencial de progressão no setor da água, encontra-se em desenvolvimento o planeamento de medidas e ações tendentes a atingir a neutralidade energética, tendo em consideração os vetores do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP (Zero), através implementação de medidas e ações de eficiência energética, aumento da produção através de fontes renováveis de energia e digitalização, sendo este último fundamental na integração dos dois vetores anteriores, com efeito dinamizador para o atingimento das metas de mitigação das mudanças climáticas e redução de emissões de gases com efeito de estufa, que igualmente se refletirá na redução dos encargos de energia associados.

7.4.10. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Num cenário em que se torna inegável a importância da digitalização como instrumento fundamental para garantir não só uma maior resiliência, mas também sustentabilidade, conforme tem sido evidente nos tempos desafiantes que atravessamos, partimos da consolidação da nossa arquitetura de aplicativos para desencadear um conjunto de iniciativas. Neste contexto, destaca-se a atualização da infraestrutura e a renovação do parque de portáteis, fatores que se revelaram altamente mitigadores do impacto no contexto pandémico. Adicionalmente, implementámos um plano estratégico de arquitetura dos sistemas de informação, acompanhado por uma análise crítica em termos de cibersegurança.

Também foram implementadas melhorias na infraestrutura e no reforço das comunicações, com a renovação e ampliação do parque de equipamentos de comunicação móveis para todos os colaboradores. Além disso, foi efetuada a revisão e aplicação dos normativos de boas práticas do Grupo AdP, abrangendo o Normativo de Boas Práticas para o *Active Directory*, Solução de Correio Eletrónico do Grupo AdP e Delegação *Active Directory* AdPPT.

A introdução do *ADAudit Plus*, um *software web* de auditoria às alterações na *Active Directory*, desempenhou um papel crucial, recolhendo *logs* de auditoria em tempo real e gerando relatórios detalhados dessas alterações.

No âmbito da modernização e preparação da infraestrutura tecnológica, procurámos dotá-la de redundância para garantir a continuidade do negócio face a falhas com impacto variado, causadas por agentes internos e externos. Adicionalmente, formalizámos políticas e procedimentos nos Sistemas e Tecnologias de Informação, capacitando a empresa para responder de forma eficaz às necessidades de curto e médio prazo em Segurança da Informação e Cibersegurança.

Comprometidos com a legislação pertinente, implementámos as medidas decorrentes do regime Jurídico de Segurança do Ciberespaço (Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, e Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho). Promovemos ativamente a consciencialização interna sobre questões de cibersegurança e contribuímos ativamente para o Comité de Sistemas de Informação e Cibersegurança (CSIC) do Grupo AdP.

Além disso, avançámos na criação de um Sistema de Gestão de Segurança de Informação, tendo como referência a norma ISO27001, reforçando o nosso compromisso com práticas de excelência e conformidade nas áreas de segurança de dados e informação.



Adicionalmente, destaca-se a implementação de um sistema de gestão de pedidos de suporte técnico aos utilizadores. Esta iniciativa visa aprimorar ainda mais a eficiência operacional, proporcionando uma resposta ágil e especializada às necessidades dos utilizadores em questões relacionadas com suporte técnico. A introdução desse sistema representa um passo significativo no fortalecimento da infraestrutura de atendimento ao utilizador, contribuindo para a excelência no suporte tecnológico dentro da organização. Este novo recurso visa garantir a satisfação contínua dos utilizadores e a otimização dos processos de assistência técnica no ambiente de trabalho digitalizado em que nos encontramos.

Acrescentamos à lista de iniciativas a implementação do *Microsoft System Center Configuration Manager (SCCM)*, uma plataforma que desempenha um papel crucial na gestão eficiente dos recursos tecnológicos da organização. Destacamos as vantagens significativas que esta implementação trouxe para aprimorar a nossa infraestrutura e operações.

O SCCM possibilita a administração centralizada de todos os dispositivos dentro do ambiente organizacional, proporcionando maior controle e visibilidade sobre a infraestrutura de TI. Além disso, a plataforma permite a distribuição eficiente de software, automatizando o processo de implementação e atualização de aplicações em todos os dispositivos conectados à rede.

Destacamos também a capacidade do SCCM para gerir atualizações e pacotes de segurança de forma automatizada, garantindo que todos os sistemas estejam atualizados e protegidos contra vulnerabilidades. Além disso, a plataforma oferece funcionalidades abrangentes de inventário, possibilitando a monitorização detalhada do hardware e software presentes nos dispositivos, auxiliando na tomada de decisões informadas.

A capacidade de monitorização de conformidade do SCCM é uma característica relevante, assegurando que todos os dispositivos estejam em conformidade com as políticas de segurança e regulamentações internas. Destacamos ainda a capacidade de gestão remota oferecida pelo SCCM, permitindo a resolução proativa de problemas, reduzindo o tempo de inatividade e melhorando a eficiência operacional.

A implementação bem-sucedida do Microsoft SCCM representou um avanço significativo na otimização dos processos internos, fortalecendo a infraestrutura tecnológica da organização e contribuindo para um ambiente mais seguro, eficiente e gerenciável.



7.4.11. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Em 2023 foi dada continuidade à manutenção dos processos de certificação, cujos normativos se têm vindo a implementar de forma faseada desde 2014, merecendo especial referência a realização das auditorias de acompanhamento por entidade externa ao nosso Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente, Segurança e Energia.

Com estas certificações pretendemos atestar, junto das partes interessadas, que além do cumprimento de todos os requisitos das normas de referência, procurando-se reforçar a implementação da política e objetivos em matéria de sustentabilidade que passam objetivamente por:

- melhorar o desempenho de sustentabilidade da empresa;
- prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho;
- prevenir a ocorrência de impactes ambientais;
- garantir o cumprimento de requisitos legais, contratuais e regulamentares a que a empresa está vinculada.

Preocupamo-nos também em antecipar, avaliar e promover de forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos clientes, trabalhadores e restantes partes interessadas com vista à melhoria dos serviços prestados, tendo efetuado a consulta às partes interessadas através do questionário disponível no sítio de internet da empresa.

Responsabilidade Social

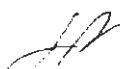
Cientes da nossa responsabilidade para com as comunidades e o território, mas também da importância para o desenvolvimento e consolidação da nossa organização e dos nossos trabalhadores, incluindo o seu bem-estar, procurámos em 2023 dar continuidade aos esforços da nossa aposta neste domínio.

Neste sentido, numa perspetiva de continuidade dos nossos compromissos no domínio da política de igualdade entre homens e mulheres, assumidos de modo mais vincado em 2021 com a constituição de um Comité para a Igualdade, encontra-se em fase de implementação a sua evolução para um Comité de Sustentabilidade, no sentido do alargamento do seu âmbito e maior envolvimento de trabalhadores, assim como de ir ao encontro dos referenciais de boas práticas.

Em linha com a nossa agenda de desenvolvimento organizacional e com os nossos compromissos de promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, tendo sido mantido durante todo o ano um modelo de teletrabalho em regime híbrido, iniciado a 11 de outubro de 2021, com um dia fixo por semana, o qual foi alargado para um regime de 2 dias de teletrabalho por semana, às segundas e sextas-feiras, de modo a ir de encontro às orientações definidas pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/2022, de 27 de setembro de 2022, que aprovou o Plano de Poupança de Energia.

Demos continuidade à iniciativa “Cabaz Nascimento” lançada em 2016, através da oferta de 3 cabazes nascimento, no valor de 300€, entre produtos para os bebés nascidos ao longo do ano e de um cartão oferta.

Também integrada na estratégia de Responsabilidade Social do Grupo Águas de Portugal foi mantido o seguimento na atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos colaboradores, sejam eles estudantes do ensino superior ou alunos com



necessidades especiais, financiada através das receitas provenientes do envio de cartões de Natal eletrónicos das várias empresas do Grupo.

Atento o contexto que atravessamos, foi mantida a opção de melhorar os habituais cabazes à realização do tradicional jantar de Natal para todos os trabalhadores, que pelo quarto ano foram preparados com produtos oriundos dos vários territórios onde o Grupo atua entregues juntamente com lembranças às crianças até aos 12 anos de idade.

Foram partilhados cabazes de Natal com 4 instituições dos territórios onde atuamos, em reconhecimento pelo importante papel social que cada uma desempenha, constituindo também momentos de oportunidade de estreitar os laços com as comunidades, a saber:

- Associação de Solidariedade Social Seara de Abril (Santa Bárbara de Padrões, Castro Verde);
- Associação Sobralense de Apoio aos Idosos (Sobral da Adiça, Moura);
- AURPICAS – Associação Unitária de Reformados Pensionistas Idosos do Concelho de Alcácer do Sal (Alcácer do Sal);
- COCARIA (Rio de Moinhos, Aljustrel)



Segurança e Saúde no Trabalho

A segurança e saúde dos trabalhadores é um valor fundamental da empresa, tendo sido desenvolvidas atividades com o objetivo de fomentar a cultura de segurança e melhorar continuamente as condições de segurança, mitigando os riscos em instalações e atividades.

Conscientes do impacto social da crise pandémica, da nova realidade pós pandemia, incluindo a implementação do teletrabalho e de todos os impactos que podem ter na saúde física e mental dos trabalhadores, o Grupo AdP continuou a disponibilizar uma linha de apoio psicológico.



Em complemento às consultas periódicas e ocasionais da Medicina no Trabalho, continuou também disponível um serviço de teleconsulta quinzenal, mediante prévia marcação.

No âmbito do acompanhamento do processo de certificação do Sistema de Gestão Integrado em Qualidade, Ambiente e Segurança, foi efetuada a auditoria de acompanhamento, no mês de junho, à vertente de Segurança e Saúde do Trabalho, de acordo com a norma ISO 45001:2018, momento particular de verificação do nosso compromisso de cumprimento com todos os requisitos legais, promover e contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho, prevenção da ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Através da participação no Comité especializado de Sustentabilidade e Responsabilidade Social do Grupo AdP, colaborámos na elaboração do Compromisso de Sustentabilidade 2022-2025 e da Cultura de Segurança a implementar em todas as empresas do Grupo.

No sentido de reforçar a cultura de segurança, releva-se a definição de um conjunto de diretrizes pelo referido Comité, abrangendo desde a gestão de topo aos técnicos operativos, em torno do compromisso com as questões de segurança e saúde no trabalho, visando acentuar a necessidade de evoluirmos da reação a incidentes a uma procura ativa de prevenção, a verdadeira medida da força e da eficácia da gestão de segurança da organização.

Acidentes de Trabalho

Num total de 16 acidentes de trabalho ocorridos em 2023, registaram-se 12 acidentes com incapacidade temporária absoluta. Este cenário traduziu um aumento na taxa de frequência de 19,5%, em 2022, para 44,7%, em 2023, uma classificação considerada como "Bom" de acordo com os parâmetros estabelecidos pela OMS - Organização Mundial de Saúde.

É importante destacar que, apesar do aumento nos acidentes com incapacidade temporária absoluta, houve uma redução considerável na taxa de gravidade. Esta última, que representa a relação entre os dias perdidos e o número de horas

trabalhadas, teve uma diminuição significativa. O motivo reside no facto de que, embora o número desses acidentes tenha crescido em 2023, isso não se traduziu proporcionalmente num aumento nos dias perdidos de trabalho. Pelo contrário, houve uma diminuição desses dias perdidos relativamente ao ano de 2022, resultando numa redução da taxa de gravidade de 1331,7% para 652,5 %, estando classificada com o parâmetro de Bom tendo por base os valores guia da OMS – Organização Mundial de Saúde.



Estas circunstâncias traduzem-se no apuramento de índices de frequência e gravidade da OMS/OIT com classificação de Bom.

INDICADORES DE SEGURANÇA

	2021	2022	2023
Total de Acidentes de Trabalho	8	10	16
Acidentes de trabalho com baixa	3	5	12
Dias de ausência	59	341	175
Índice de Gravidade ⁽¹⁾	264,2	1331,72	652,51
Índice de Frequência ⁽²⁾	13,46	19,53	44,74
Índice de Incidência ⁽³⁾	55,17	64,10	103,23
Avaliação do Índice de Frequência ⁽⁴⁾	Muito Bom	Muito Bom	Bom
Avaliação do Índice de Gravidade ⁽⁴⁾	Muito Bom	Médio	Bom

⁽¹⁾ Ig = (Nº de dias perdidos/Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽²⁾ If = (Nº de acidentes de trab. com baixa /Nº horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000

⁽³⁾ Ii = (Nº de acidentes de trab. /Nº de trabalhadores) x 1.000

⁽⁴⁾ Ig = Tg/ 1.000 | Avaliação realizada de acordo com a OMS/OIT

7.4.12. COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Empresa reconhece a comunicação como um elemento crucial para divulgar a nossa atividade e projetos, promover a transparência, construir confiança e fortalecer o relacionamento com os seus *stakeholders*, potenciando a interação com mesmos. Esta é a base para, com foco na nossa estratégia, elevar o nosso desempenho, crescimento e inovação. Transmitir o que somos, fazemos, pretendemos e o que queremos oferecer é essencial para que continuemos a dignificar os nossos objetivos e a manter-nos unidos pela água, pelo bem-estar e pelo futuro.

Em 2023, investimos em estratégias de comunicação que também envolveram e inspiraram a comunidade. Através de diversos canais, como redes sociais, ações de sensibilização, comunicados de imprensa e entre outros, assegurámos que as informações pertinentes estivessem acessíveis a todos. Ao longo do ano, disponibilizámos informações detalhadas sobre a gestão dos recursos hídricos, os investimentos realizados e os resultados alcançados, promovendo a transparência através da divulgação proativa de dados e resultados que permitem a compreensão plena do nosso desempenho.

Através de mensagens claras e consistentes, demonstrámos o nosso compromisso com a qualidade, a responsabilidade social, a excelência, a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade. Precisamente com foco na comunidade, procurámos fortalecer os laços de confiança com a mesma, a partir de iniciativas como o primeiro Concurso de Artesanato "Água e Alentejo", cujo objetivo foi a promoção do desenvolvimento do território, sensibilizando para o valor da água e incentivando a produção de artesanato. O Concurso de Artesanato "Água e Alentejo" foi dinamizado entre fevereiro e outubro de 2023, tendo sido os vencedores anunciados a 6 de outubro. Esta foi uma parceria que contou com o apoio da Direção Regional de Cultura do Alentejo, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, o Turismo do Alentejo, E.R.T. e a AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo.

Observámos em 2023 um aumento significativo no alcance das nossas mensagens, tanto nas redes sociais quanto no aumento de marcações de ações de sensibilização e visitas às instalações. No total, contámos com 1043 pessoas em ações e visitas, o que representa o nosso sucesso em envolver ativamente a comunidade na promoção para o uso eficiente da água. No decorrer do ano, foi ainda reforçada a nossa proximidade com os municípios onde atuamos, através de iniciativas como a nossa presença em feiras. De março a dezembro, participámos em 15 feiras, promovendo os princípios do uso sustentável da água e dando a conhecer a relevância dos serviços prestados pela empresa em parceria com os municípios.

A comunicação assertiva e eficaz requer uma adaptação constante às mudanças nas preferências e comportamentos da comunidade. Estamos comprometidos em enfrentar esses desafios com flexibilidade e inovação, continuando a aprimorar as nossas estratégias, adaptando-nos às exigências de um mundo em constante evolução. Estamos empenhados em manter essa abordagem e em continuar a fortalecer o nosso relacionamento com a comunidade.

Acreditamos que uma comunicação transparente e participativa é fundamental para o sucesso a longo prazo da gestão sustentável dos recursos hídricos na região do Alentejo.



Eventos que marcaram 2023

JANEIRO 2023

Assinámos o contrato da empreitada de Reforço da Fiabilidade da Adução a Beja, pelo valor de 2.633.776,00 €. Na sequência de um concurso público, a empreitada em questão foi adjudicada à empresa Gr4PT.



FEVEREIRO 2023

Concurso de Artesanato "Água e Alentejo". A cerimónia de lançamento do concurso contou com a presença de representantes das entidades parceiras e do Presidente da Câmara Municipal de Beja. Foi exposto que o objetivo deste concurso é incentivar a produção de artesanato, distinguindo os artesãos, privilegiando as suas competências técnicas e profissionais, bem como a sua capacidade estética.



MARÇO 2023

No âmbito da nossa estratégia de educação ambiental, marcámos o Dia Mundial da Água com os alunos do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Amareleja. Ainda no âmbito das Comemorações, celebrámos o Dia PROCIV Municipal no Parque da Liberdade, em Castro Verde. Desenvolvimento de ações de educação ambiental sobre o uso eficiente da água em mais de 20 turmas do pré-escolar ao 3º ciclo.



ABRIL 2023

O Reservatório de Grândola iluminou-se de azul para assinalar, em abril, o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância.



MAIO 2023

Presença na XVI Olivomoura, com desenvolvimento de ações de Educação Ambiental no nosso Stand e no Espaço Ludoteca, fazendo ainda demonstrações de tratamento de água.



JUNHO 2023

Presença na Santiagro, em Santiago do Cacém, na Feira do Campo Alentejano, em Aljustrel, e na PIMEL, em Alcácer do Sal. Também em junho, em parceria com a EMAS - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, patrocinámos a VIII edição do Beja Cup sensibilizando para o uso eficiente da água, com o mote "Poupar água também é fair play."



JULHO 2023

Iniciativa dos trabalhadores AgdA de dádiva de sangue na ETA da Magra em articulação com uma equipa multidisciplinar do Centro de Sangue e da Transplantação. Lançamento da campanha de sensibilização "Água é vida. Não a desperdice", do Grupo AdP, da APA e da ERSAR, com o financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática.



AGOSTO 2023

Dinamizamos ações de sensibilização ambiental da Campanha Nacional "Água é Vida. Não a desperdice" nos 20 municípios.

**Ações de
Sensibilização Ambiental**
ÁGUA É VIDA
Não a desperdice



SETEMBRO 2023

Celebrámos 14 anos de atividade no dia 25 de setembro. Também marcámos presença na Feira da Luz/Expomor, em Montemor-o-Novo, na Feira Anual de Cuba, em Cuba, e na estivemos nas celebrações do 61º Aniversário do Concelho de Vendas Novas, criando um espaço dedicado à promoção da sustentabilidade ambiental na Capela Real.



NOVEMBRO 2023

Celebrámos o Dia Mundial do Saneamento com a ETAR de Beja de portas abertas para receber a comunidade. Ainda em novembro, realizámos ações de sensibilização ambiental com todas as turmas do primeiro ciclo de escolaridade da Escola Básica de N. S. das Neves, no concelho de Beja.



OUTUBRO 2023

Conclusão do Concurso de Artesanato "Água e Alentejo" com uma exposição das 10 peças vencedoras na Patrimónios do Sul, em Beja. No mesmo evento, realizámos a cerimónia de entrega de prémios." Durante todo o mês, os reservatórios de Grândola e de Vila Nova de São Bento iluminaram-se de cor-de-rosa, aliando-nos à Liga Portuguesa Contra o Cancro na prevenção contra o cancro da mama.



DEZEMBRO 2023

No âmbito das ações de responsabilidade social, entregámos cabazes de Natal a 5 instituições das nossas áreas de intervenção, compostos com produtos oriundos dos vários territórios onde o Grupo AdP atua. De 8 a 10 de dezembro, estivemos na VITIFRADES, em Vila de Frades.



Campanhas Desenvolvidas

Somos, há quatorze anos, pioneiros na gestão de forma integrada em "alta", dos serviços de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais em 20 Municípios ao longo do vasto Alentejo. Continuaremos a dignificar o nosso serviço com o trabalho de excelentes profissionais, mostrando com orgulho o que somos. Tal como, continuaremos a procurar criar um mundo mais resiliente, sustentável e ambientalmente viável, não só através das nossas intervenções, como também através de campanhas de sensibilização que nos permitem consciencializar a população. Com o objetivo de dar continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos anos, algumas das nossas campanhas prolongam-se no tempo e a nova campanha de 2023 manteve o foco no alerta para o uso eficiente de água face ao panorama de seca que Portugal viveu ao longo do ano. Damos assim, particular importância ao reforço das mensagens em momentos chave por outras iniciativas de comunicação e sensibilização direta.

➤ TENHA UMA ECOATITUDE

Esta campanha, direcionada aos trabalhadores, continua em vigor, com o propósito de incentivar os mesmos a ter hábitos e práticas sustentáveis. A divulgação desta campanha é feita através de sinaléticas e cartazes expostos em todas as infraestruturas.

Sinalética

Colocação de sinalética nos interruptores e nos comandos de AC a sensibilizar os colaboradores para que tenham uma EcoAtitude.



Cartazes

Cartazes com boas práticas a adotar nas Copas e nos WC, nas diversas áreas (água, gestão de resíduos, energia, etc.).



Além disto, foi reforçada a importância da reciclagem nas instalações da empresa, tendo sido desenvolvido um cartaz para o efeito, colocado junto dos contentores do lixo.



➤ ÁGUA COM UM PINGO DE CONSCIÊNCIA

Prolongámos a campanha “Água com um pingo de consciência” através da distribuição de folhetos trípticos da mesma, sobretudo nas feiras e ações de sensibilização, uma vez que esta campanha, impulsionada pela AdP para toda a área geográfica abrangida pelas empresas do Grupo, abordada o valor da água tendo como foco o uso da água virtual. Com o objetivo de divulgar esta campanha foram distribuídos trípticos ilustrativos com a finalidade de mostrar a importância de usar a água com consciência.



➤ NO CANO LIXO NÃO

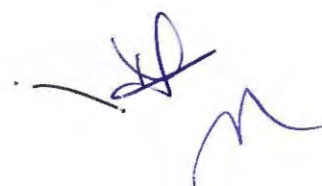
Esta campanha mantém-se atual e relevante, sendo por esse motivo que continuamos a divulgar a mesma. Este tema foi abordado em várias situações, como em visitas de estudo às instalações, ações de sensibilização e nas feiras. O objetivo é alertar a população sobre o que não deve ir para o esgoto e as consequências caso vá destacando os diversos problemas causados pelos efluentes deitados no esgoto.



➤ ÁGUA É VIDA. NÃO A DESPERDICE.

Sob o mote “Água é vida. Não a desperdice”, o Grupo Águas de Portugal (AdP), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), com o financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática, lançam uma campanha de sensibilização para a redução dos consumos de água, visando promover práticas que fomentem o seu uso eficiente no atual contexto de seca e escassez de água. Pelo seu contexto territorial, a AgdA apostou fortemente na partilha da campanha nas redes sociais, na assinatura de e-mail, na distribuição de cartazes e folhetos, na afixação de outdoors, na realização de ações de sensibilização e na divulgação juntos dos Órgãos de Comunicação Social.

Ativações da Campanha e suportes gráficos



7.4.13. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, DESCARBONIZAÇÃO E ECONOMIA CIRCULAR

A maior circularidade do nosso setor, integrando instrumentos económicos corretos para potenciar a promoção da reutilização de águas residuais com modelos de negócio adequados aos diferentes contextos e a gestão das lamas de ETA e ETAR com modelos de negócio assentes na valorização destes subprodutos e sua reintrodução na cadeia de valor, tendem a integrar o modelo de negócio das entidades gestoras.

Também a integração das águas pluviais irá assistir a importantes desenvolvimentos, com é patente no sentido da política pública, sinalizada também na designação do novo Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e de Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) para o período 2021-2030, em elaboração.

A aposta no aumento da eficiência e produção de energia, potenciada pelo nexus água-energia também já salientámos.

É, pois, com importantes mudanças, mesmo de paradigma no pensamento e abordagem que nos temos vindo a preparar para responder aos desafios sociais que enfrentamos e que em 2023 demos continuidade.

A eficiência e diversificação de origens e de vários níveis de serviços de águas, determinados em consulta com as comunidades, impõem novas competências em várias áreas, como as novas tecnologias de engenharia e ciências ambientais e sociais, economia, marketing, política, atendimento ao cliente, saúde, consulta e pesquisa aplicada.

É, pois, cientes destes desenvolvimentos que temos vindo a tomar importantes decisões ao nível da gestão, assim como um conjunto de propostas que os parceiros se encontram a discutir.

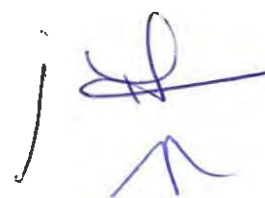
7.4.14. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

A aposta em ID&I demonstra a vontade de procurar a mudança na empresa e nas comunidades, tendo em vista a melhoria contínua dos processos, aprofundar o conhecimento e a satisfação das partes interessadas e contribuir para o desenvolvimento sustentável dos nossos serviços e do nosso território.

Cientes da sua importância, o Grupo Águas de Portugal, no seguimento do Quadro Estratégico de Compromisso, veio reforçar a sua aposta através da apresentação da Estratégia de Inovação 360°.

A expressão dos desafios e a relevante incerteza que enfrentamos constitui um incentivo acrescido para a nossa aposta.

Conscientes das limitações decorrentes da nossa fase de desenvolvimento, mas também das características e especificidades do nosso território e da estratégia que tem vindo a ser implementada no nosso território, singular no Continente, a que não é alheia a circunstância de também constituir um *hotspot* para o impacto das alterações climáticas, tem sido com grande



disponibilidade e empenho que temos continuado a promover e participar num conjunto de projetos em parcerias nacionais e internacionais alargadas, relativamente aos quais merecem especial referência no passado recente⁶:

- PREDAQUA - Pre-Tratamientos de Depuración de águas industriais y domésticas: contribución a un Desarrollo Económico respetuoso con el Medio Ambiente (2015-2019), destinado a evitar que efluentes industriais de queijarias, lagares e adegas e domésticos colapsem redes e outras infraestruturas.
- Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas (PEAAC), (2018-2019).
- Projeto Life Alchemia (2017-2021), projeto europeu que tem como principal objetivo remover a radioatividade natural na água potável.
- Projeto REUSE I e II (2019 a 2021), projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR numa parcela de romanzeiras e ensaio de sistema de desinfecção solar.
- AQUAVINI (2021), projeto de produção, fornecimento e aplicação de ApR em rega de uma vinha.
- Projeto Demola – O papel das comunidades na segurança hídrica (2021) foi o desafio colocado aos alunos no âmbito da nossa participação.
- Iniciativa AGITAR, a inovação social para promover a maior proximidade e participação das comunidades na elevação do desempenho ambiental (2022)

Na mesma linha e em desenvolvimento, encontramos-nos a participar num conjunto de projetos, dos quais merecem especial referência:

Projeto AgreeMAR no âmbito do programa PRIMA (2022-2025)

O projeto AGREEMAR propõe uma gestão melhorada e integrada dos recursos hídricos centrada na otimização do armazenamento de água no subsolo com o objetivo de aumentar a segurança hídrica na região mediterrânica. Para atingir esse objetivo, o projeto desenvolverá uma metodologia integrada, participativa e coordenada para avaliar e mapear a viabilidade de soluções baseadas na natureza, como a gestão da recarga de aquíferos (MAR) para adaptação às mudanças climáticas em alinhamento com os princípios de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. As origens de água para recarga incluem os excedentes hídricos de anos húmidos, águas residuais com tratamento terciário e os excedentes industriais devidamente tratados.

O projeto é coordenado pelo grupo INOWAS da Universidade Técnica de Dresden e tem a participação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), sendo financiado pelas agências nacionais para a investigação e tecnologia da Alemanha (Bundesministerium für Bildung und Forschung – BMBF), Chipre (Research & Innovation Foundation – RIF), Portugal (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT), Espanha (Ministerio de Ciencia e Innovación – MCI) e Tunísia (Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche Scientifique – MESRS) através do programa Partnership for Research and

⁶ No nosso sítio da internet pode ser obtida informação adicional.



Innovation in the Mediterranean Area (PRIMA). O programa PRIMA é suportado pelo Horizonte 2020 no âmbito do Quadro para a Investigação e Inovação da União Europeia.

No âmbito do projeto, a ETAR da Comporta é o demo português.

Instalação de 'Sistema PV-DIESEL híbrido' de modo a garantir o suprimento de Energia Elétrica em situações de falta de Tensão na Rede Elétrica de Serviço Público (2022-2024)

Encontra-se em fase final de conclusão o projeto de execução que visa implementar na ETA da Magra um 'Sistema PV-DIESEL híbrido' que assegure o suprimento de energia elétrica sem interrupção, mesmo em caso de falta de tensão na Rede Elétrica de Serviço Público, tendo como suporte os equipamentos existentes que compõem a UPAC e o Grupo Eletrogéneo de Socorro.

O Sistema Fotovoltaico "on-grid" existente será complementado com um novo Sistema Fotovoltaico "off-grid" que, na ausência de energia da rede e do gerador diesel, deverá gerar as referências de rede no barramento do quadro geral da instalação, para que o fornecimento de energia solar fotovoltaico possa funcionar em pleno sem interrupções.

Adicionalmente continuamos empenhados em aplicar no nosso território um conjunto de soluções simplificadas e de baixo custo aos mais diversos níveis. No caso do Sistema Autónomo de Santa Catarina já foi adjudicada a instalação de sistema solar fotovoltaico autónomo "off-grid", sem ligação à rede de distribuição, composto por um grupo eletrobomba dimensionado para captar e aduzir água em quantidade no período de produção solar, e respetivo sistema solar fotovoltaico, devidamente interligado ao reservatório de destino através de rede de comunicações, mantendo o gerador eletrogéneo de emergência como *backup*, que entrará em funcionamento no caso de produção solar nula durante alguns dias ou funcionamento de emergência em períodos noturnos, caso os níveis de jusante estejam muito baixos.

Projeto MARCLAIMED - Ferramenta integrada de apoio à decisão para uma aplicação da gestão da recarga de aquíferos com recursos hídricos alternativos em planos de gestão de bacias hidrográficas e de secas.

Aprovação do financiamento do projeto MARCLAIMED no âmbito do programa Horizonte Europa. Este projeto tem como objetivo integrar a Gestão da Recarga de Aquíferos nos instrumentos de planeamento dos recursos hídricos, reforçando os sistemas de abastecimento nas vertentes de adaptação às alterações climáticas e resiliência.

As ferramentas desenvolvidas no âmbito do projeto serão validadas em 3 locais de demonstração, sendo no caso de Portugal a ETAR da Comporta, constituindo um dos principais objetivos do projeto a replicação noutros locais das abordagens testadas.

O Consórcio é composto por 11 parceiros provenientes da Áustria, Bélgica, Espanha, França, Países Baixos, Polónia e Portugal, sendo a coordenação assegurada pela CETAQUA - Centro Tecnológico del Agua. Os projetos de demonstração serão desenvolvidos pela AgdA, Aigües de Barcelona (Espanha) e Acacia Water (Países Baixos).



No exercício de 2023 merece também especial referência o desenvolvimento de estudos e a participação em candidaturas num conjunto de projetos e a associação a parcerias, sob diversas perspetivas, que constituem uma oportunidade de reflexão para um conjunto de desafios e de estreitar laços, que confirmam o interesse que o nosso território suscita para o aprofundamento de um conjunto de respostas aos principais desafios climáticos:

- Conclusão do estudo com a Bluefocus para definição dos critérios de salvaguarda da disponibilidade de água para abastecimento humano a partir da albufeira de Santa Clara, incluindo a avaliação de disponibilidades e de consumos, a modelação da albufeira de Santa Clara e a definição de uma estratégia de gestão e alocação de água;
- Conclusão do estudo com o LNEC relativo à avaliação da possibilidade de melhoria do controlo de trihalometanos, cianobactérias e microcistinas na ETA de Monte da Rocha, tendo em vista a avaliação da operação dos sistemas de tratamento de água, otimização de processos e formação técnica;
- Aprovação de projeto no âmbito do 1º Concurso AdP Inovação Proativa, integrando consórcio com a Águas do Norte e a Águas do Vale do Tejo para a criação de uma plataforma colaborativa de licenciamento da produção e utilização de água para reutilização (ApR), tendo em vista a criação de um balcão único de acesso para os potenciais utilizadores e empresas do Grupo AdP de modo promover a procura e customizar a instrução do processo de licenciamento, incluindo o cálculo de estimativas de tarifas;
- Associação a parceria *Joint Master Programme in Groundwater and Global Change - Impacts and Adaptation*, financiada pelo programa Erasmus, que desde 2015 o Instituto Superior Técnico integra com o IHE-Delft e a TU Dresden para que alunos possam completar um semestre em cada uma destas universidades e realizar a sua tese de mestrado numa delas;
- Participação no projeto TORNAQUA "Adaptação às Alterações Climáticas através da Regeneração e Reutilização de Águas Residuais para melhorar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas e reduzir a pressão sobre os aquíferos" como Parceiro Associado, cooperando com o município de Mértola na disponibilização de água para reutilização em rega de jardim e limpeza de ruas;
- Colaboração com equipa de I&D no contexto do programa BFK INNOV@RISE promovido pela Agência Nacional de Inovação, para validação de produto desenvolvido para testar ferro e nitratos em água.

Mais orientados para o futuro, merece ainda referência a celebração de protocolo de colaboração recíproca com o Instituto Politécnico de Beja e com o UNINOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, no sentido de estreitar a cooperação em vários domínios, designadamente os centrados na temática da água, dos sistemas de suporte à operação e cibersegurança.



8. RISCO E CONTROLO

8.1. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO EMPRESARIAL

A Empresa e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP e da empresa, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno (CI) existente nas empresas, no decurso de 2023 foi dada continuidade à FASE 2 do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a organização e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios internos ou externos existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



- **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.



Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

• Atividades de controlo

Correspondem às atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas dos processos de negócio e sobre o ambiente tecnológico. Podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

• Informação e comunicação

Componente instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

• Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das



cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

Em 2023 foi dada continuidade à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, de parte dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

A conclusão deste mapeamento ocorrerá em 2024, sendo esse o momento em que será também efetuada a atualização do Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos que se encontram a ser elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Será efetuada a verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno que permitirá, aferir sobre o cumprimento das mesmas, nas várias componentes do Controlo Interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AgdA sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, prevista nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um SCI conjugado com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirão ao Conselho de Administração da AgdA, um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e que resultam da operação diária desenvolvida.

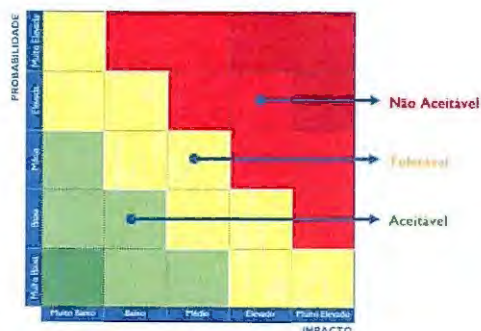
Com efeito, a implementação de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, atendendo à necessidade de evolução identificada, encontra-se em processo de alteração, em todas as suas vertentes, desde a matriz de riscos em vigor no Grupo, a qual foi revista no decurso de 2023, passando pela metodologia implementada e a definição do modelo de governo da gestão de risco que se pretende implementar. Encontrando-se alinhado com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, as quais, de acordo com a nova matriz de risco, são as observam abaixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Assinatura

Assinatura

Assinatura

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita. É a área de auditoria interna da AICR que procede à verificação e validação da implementação e funcionamento dos controlos de modo a aferir a eficácia dos mesmos e a identificação das insuficiências existentes.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AgdA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a sua abordagem, além de ser assegurada pela AgdA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi dada continuidade em 2023 ao projeto de revisão do referido modelo, o qual compreendeu a revisão e atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP, com base no levantamento, análise e sistematização dos riscos, realizado junto de 8 empresas do Grupo AdP.

Será dada continuidade ao projeto já iniciado através das seguintes fases/atividades:

- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno
- A identificação em empresa piloto, dos indicadores de risco e *Key Risk Indicators* a utilizar na avaliação futura dos riscos, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.

Após ter sido realizado em 2022 o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021, foi efetuada a avaliação do risco em 2023, assente na nova matriz de risco, a qual possibilitou também concluir sobre a sua aderência à realidade das empresas do Grupo.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AgdA se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2023:

- **Energético** – Risco de uma ineficiente gestão / otimização do potencial energético nas instalações e insuficiente recursos a novas fontes renováveis, colocando em causa o cumprimento da legislação / regulamentação energética vigente;
- **Gestão da Saúde Pública** – Risco de consequências adversas para a Saúde Pública, decorrentes de falhas, acidentes a nível técnico ou humano ao longo da cadeia de abastecimento ou de saneamento;
- **Água para reutilização** – Risco associado ao atraso na definição do modelo técnico e financeiro para produção e fornecimento de ApR / dificuldades de financiamento / concorrência com investimentos mais prioritários orientados para o cumprimento de legislação;
- **Financiamento e Taxa de Juro** – Risco associado ao reduzido pacote financeiro previsto para o Ciclo Urbano da Água no novo quadro comunitário (PT 2030) / dificuldade do reforço da contratação de empréstimos BEI
- **Regulação e obrigações legais** – Risco de aumento das não conformidades com o quadro legal em vigor, devido ao atraso nos investimentos, na dificuldade da retenção de quadros e atraso na recuperação do passivo de manutenção;
- **Contexto externo** – Risco associado às dificuldades de reporte atempado / dificuldades de sistematização da informação

8.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

8.2.1. FATORES DE RISCO

As atividades da empresa e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

8.2.2. RISCO DE MERCADO

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO			
	31.12.2023	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	1 013 288	1 207 912	797 191
TOTAL	1 013 288	1 207 912	797 191

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AgdA é nula. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da empresa. A AgdA não tem quaisquer transações que possam resultar em risco de taxa de câmbio.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 35% a 40% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.



RISCO DE LIQUIDEZ

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Financiamentos	9 13 815	33 042 522	33 548 387	67 504 724
Fornecedores e outros Passivos	9 952 413	726 313	0	10 678 726
Passivos de Locação	124 798	136 159	0	260 957
TOTAL	10 991 026	33 904 994	33 548 387	78 444 407

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes caso se mostre necessário.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos não correntes	(66 590 909)	(57 045 455)
Empréstimos correntes	(913 815)	(1 189 752)
Disponibilidades	761 820	2 274 488
Dívida	(66 742 904)	(55 960 718)
Subsídios ao investimento	97 688 611	91 177 561
Total do capital próprio	14 411 919	12 763 158
Capital	112 100 530	103 940 719
Dívida/total do capital	60%	54%

O objetivo da empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da empresa é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e em subsídios ao investimento não reembolsáveis.





Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO				
Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2023
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Millennium BCP	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Acionista AdP	Apoio de tesouraria	5 000 000	0	5 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	35 000 000	25 000 000	10 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	2 500 000	2 500 000	0
BEI V	Financiamento MLP	40 000 000	40 000 000	0
TOTAL		86 500 000	67 500 000	19 000 000

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a natureza de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à Ordem	757 787	2 269 638
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
TOTAL	757 787	2 269 638

DEPÓSITOS ORDEM		
	31.12.2023	31.12.2022
Novo Banco	5 851	7 374
Santander Totta	4 320	1 241
Caixa Geral de Depósitos	60 174	594 274
Caixa de Crédito Agrícola	9 605	9 668
Banco Português do Investimento	732	1 003
Millennium BCP	41 380	42 174
Bankinter	8 117	10 522
Instituto de Gestão do Crédito Público	627 607	1 603 383
TOTAL	757 787	2 269 638

RATING'S		
	Moody's Longo prazo Ano 2023	Moody's Longo prazo Ano 2022
Novo Banco	BBB-	Ba2
Banco Santander Totta	A-	A-
Caixa Geral de Depósitos	BBB	Baa2
Caixa de Crédito Agrícola	Baa1	Baa2
Banco Português do Investimento	BBB+	BBB
Millennium BCP	BBB-	BB
Banco Bankinter	A-	A-
Instituto de Gestão do Crédito Público	A-	BBB+

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2024.







8.2.3. RISCO DE EXPLORAÇÃO

Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

9. DESEMPENHO ECONÓMICO – FINANCEIRO

9.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A AgdA encerrou o exercício de 2023 com um resultado líquido de 739 mil euros, acima do valor do ano transato em resultado do aumento de capital social. Nos termos do contrato de gestão a remuneração Acionista é calculada com a rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de uma máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Em 2023, os capitais próprios foram remunerados à taxa de 6,25%.

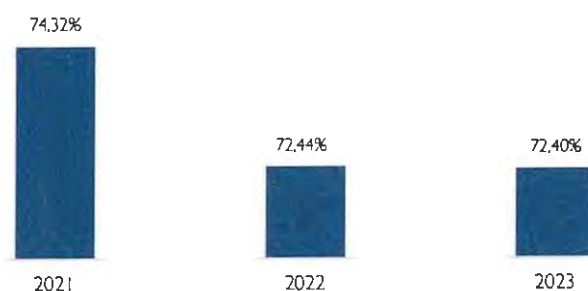


O EBITDA, ajustado do desvio de recuperação de gastos (*deficit*), ascende a 3,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 39,62% relativamente ao ano anterior.



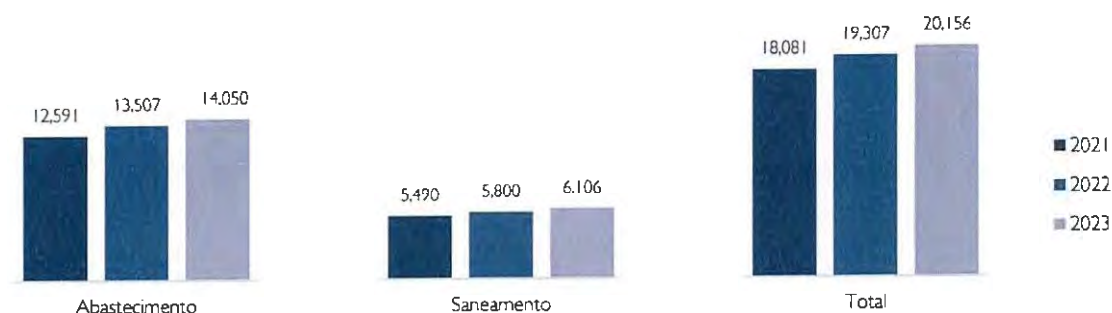
Sem prejuízo, merece destaque a melhoria do rácio de cobertura de gastos operacionais pelo volume de negócios (GO/VN)⁷ face ao passado recente, evidenciando uma consolidação das atividades, num contexto de maior exigência em matéria de eficiência produtiva, conforme se poderá obstar no ponto 14 do capítulo de Cumprimento de Obrigações Legais.

GASTOS OPERACIONAIS / VOLUME DE NEGÓCIOS



O volume de negócios, expurgado do rédito de construção de ativos, ao abrigo da norma IFRIC 12 e do desvio de recuperação de gastos, ascendeu a 20,156 milhões de euros, ou seja mais 4,39% relativamente ao ano anterior.

VOLUME DE NEGÓCIOS POR ATIVIDADE (M€)



O conjunto de gastos de exploração aumentou 2,792 milhões de euros em 2023, passando de 13,630 milhões de euros para 16,423 milhões de euros. A circunstância de ainda nos encontrarmos em fase de execução de investimentos que visam o alargamento e a melhoria da qualidade do serviço prestado antecipam uma margem de crescimento de encargos e volume de negócios, com especial incidência nos serviços de saneamento. Dar particular relevância à variação do custo de energia que em 2023 representou um aumento nos FSE no valor de 2,145 milhões de euros, justificando na sua maioria a variação dos gastos com FSE.

⁷ GO/VN | GO=CMVMC+FSE+GP | VN=VENDAS+PSERV.

Handwritten signature

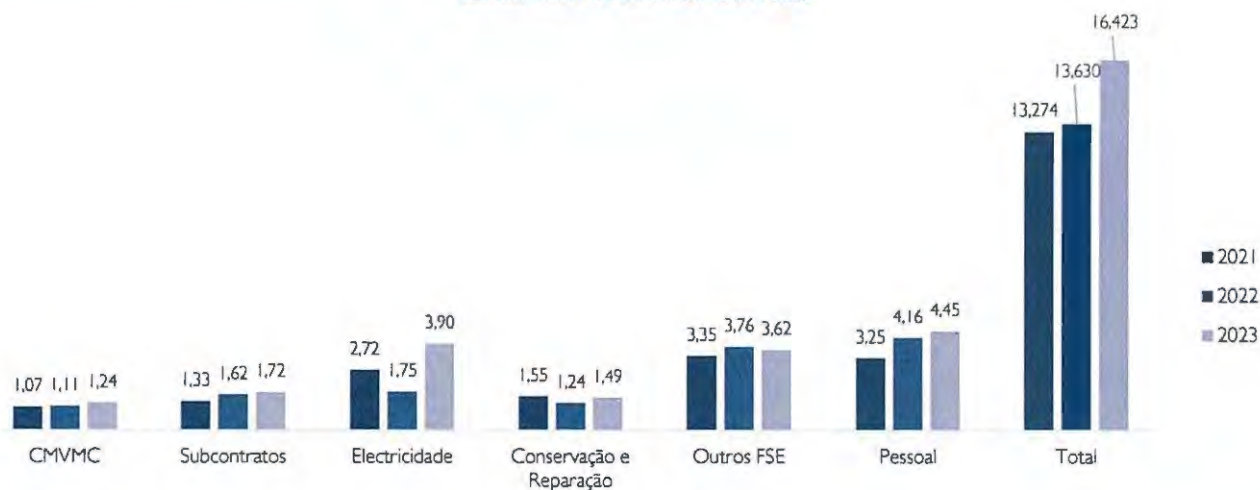
Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten signature

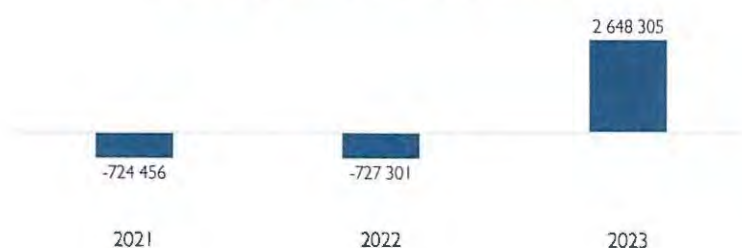
Handwritten signature

ESTRUTURA DE CUSTOS CASH (M€)



O desvio de recuperação de gastos, correspondente à diferença entre a remuneração acionista e o resultado líquido gerado pela respetiva atividade, foi deficitário em 2,648 milhões de euros, circunstância a que não é alheia ao aumento do encargo suportado com energia.

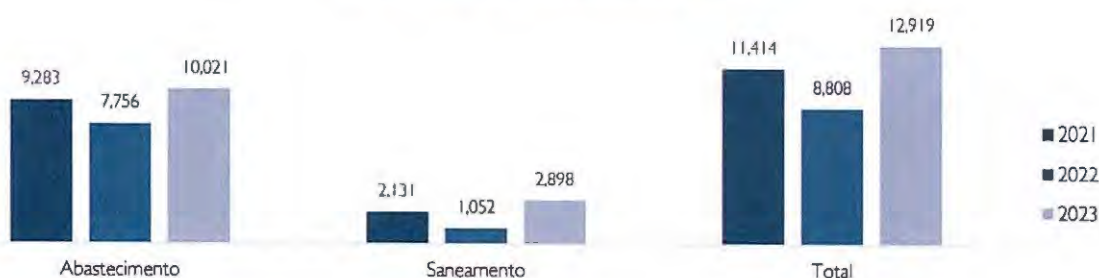
DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (€)



9.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

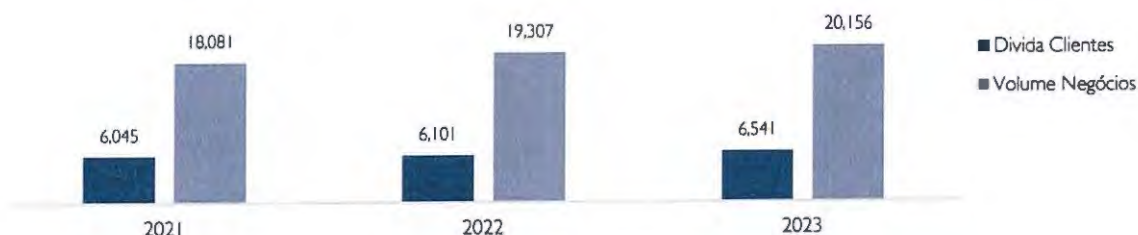
O ativo líquido total aumentou cerca de 10,173 milhões de euros, como resultado das variações conjugadas do ativo corrente (+1,423 milhões de euros) e do ativo não corrente (+8,750 milhões de euros), este último justificado pelo aumento do Ativo Intangível decorrente da execução de investimento programados cujo valor ascendeu a 12,919 M€.

INVESTIMENTO POR ATIVIDADE (M€)



O aumento em ativos correntes justifica-se maioritariamente pelo aumento de outros ativos correntes designadamente pelo reconhecimento do direito a receber de fundos comunitários pela execução de despesa de investimento comparticipada, que ascende a 31 de dezembro de 2023 ao valor de 5 milhões de euros. A carteira de crédito junto de clientes registou uma ligeira subida, associada essencialmente ao aumento do volume de negócios que evoluiu 4,39%.

DÍVIDA TOTAL DE CLIENTES VS VOLUME DE NEGÓCIOS (M€)



A diminuição do montante da dívida vencida de clientes constituiu também um fato a assinalar:

DECOMPOSIÇÃO DA DÍVIDA CLIENTES (M€)

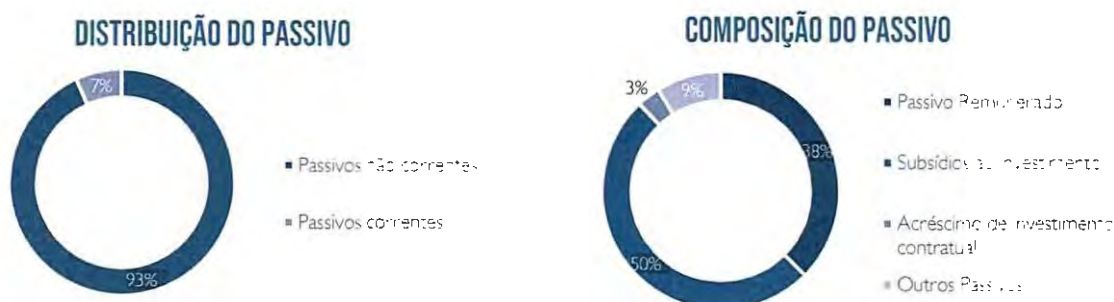


O capital próprio aumentou 1,649 milhões de euros no exercício, para cerca 14,412 milhões de euros, por via do resultado líquido do exercício de 2023, e do aumento de capital social de 0,909 milhões de euros.

DECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO (M€)



O passivo total aumentou 4,98%, passando para 179,8 milhões de euros, decorrente essencialmente do aumento do endividamento em 9,270 milhões de euros. O passivo não corrente, no valor de 167,851 milhões de euros, representa 93,34% do total do passivo sendo composto essencialmente por: (i) empréstimos (no valor de 66,591 milhões de euros) (ii) subsídios ao investimento (no valor de 90,710 milhões de euros); e (iii) acréscimos de gastos de investimento contratual (no valor de 5,637 milhões de euros).

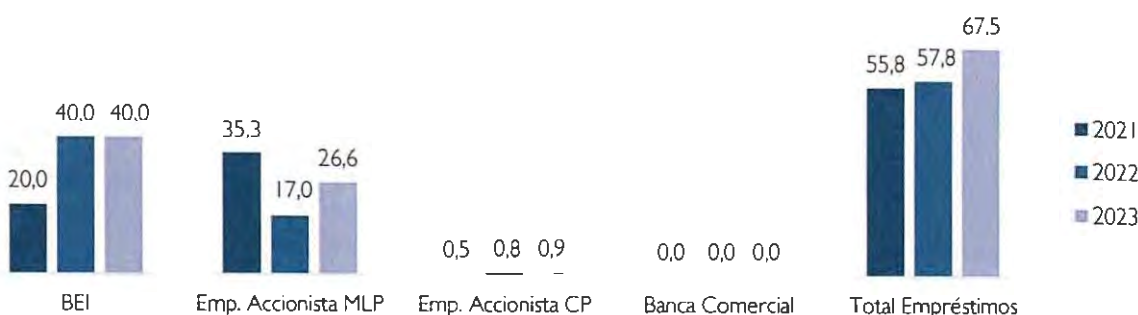


No passivo não corrente salienta-se a expressão do montante associado aos subsídios ao investimento, a reconhecer como rendimento, configurando-se por isso como *quasi-capital*.



O valor de passivo remunerado ascende a 67,045 milhões de euros, ao que acresce o valor de 0,459 milhões de euros de encargos financeiros estimados, tendo-se verificado um aumento em 2023 em resultado da necessidade de assegurar a componente nacional dos investimentos realizados.

Empréstimos (M€)



10. EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração declara que após o termo do exercício de 2023 não se observaram outros quaisquer factos relevantes que justifiquem o seu registo.



11. PERSPECTIVAS FUTURAS

No contexto de provável continuidade da situação de seca e escassez hídrica no território, tendo em conta os cenários de redução da precipitação previstos na proposta de Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Sado e Mira, conjugado com as perspetivas do reduzido financiamento previsto para o Ciclo Urbano da Água no novo quadro comunitário, receia-se o agravamento das condições de abastecimento em determinados sistemas e uma maior dificuldade para a concretização do Plano de Investimentos da empresa. Este facto assume especial relevância, uma vez que a atual versão do Plano de Investimentos já reflete o atraso acumulado na sua concretização, em resultado de eventos ocorridos no passado recente, como o congelamento do investimento verificado no período de intervenção da Troika (2011-2015) e os constrangimentos causados pelo estado de alerta devido à COVID-19 (2020-2022).

No quadro de evolução da AgdA, os dois próximos anos também serão particularmente desafiantes, nomeadamente pela completa internalização da operação dos sistemas de águas residuais, pela implementação do Plano Estratégico de Sistemas de Informação, pela consolidação da área de manutenção, bem como pela participação em projetos de inovação nacionais e internacionais. O desafio também estará associado com o robustecimento do quadro de pessoal, em que para além dos esforços para reter os quadros qualificados, também avançaremos para o recrutamento de cerca de 45 novos trabalhadores, sendo que destes, cerca de 30% são técnicos superiores.

À nível interno, mantém-se o objetivo da consolidação das funções de suporte essenciais, nomeadamente manutenção e compras e logística, indispensáveis para a melhoria do nosso desempenho e redução da degradação das infraestruturas. Por esta via, também é pretendida uma afetação mais otimizada do tempo dos vários intervenientes, de modo a aumentar a eficiência dos processos e a eficácia das intervenções.

A crescente exigência associada à prestação dos serviços de água, focada nas questões da eficiência e do cumprimento do quadro legal, por sua vez cada mais exigente, não se coaduna com análises simplistas e parciais, não suportadas em ferramentas que permitam a integração do vasto conjunto de dados gerados na operação diária dos sistemas. Também a necessidade de adotar abordagens mais inovadoras obriga à criação de condições para a formação e valorização profissional dos principais agentes da mudança na empresa.

No que se refere ao abastecimento, a conclusão do estudo "Abastecimento de Água ao Litoral Alentejano: Zona Costeira de Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Alcácer do Sal e Zona Norte de Odemira" permitirá identificar as necessidades de intervenção nos sistemas de abastecimento para fazer face aos consumos estimados, tendo em conta a capacidade das origens subterrâneas e de superfície e a capacidade dos sistemas de captação, adução e tratamento. Também para os sistemas de Santa Clara e de Monte da Rocha estão previstos investimentos significativos. No caso de Santa Clara, destaca-se o projeto de abastecimento através de captação direta na albufeira e adução por conduta dedicada até à nova ETA de S. Teotónio e desta às restantes ETA do sistema. No caso de Monte da Rocha, destaca-se a consignação pela EDIA da empreitada de ligação do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva à albufeira de Monte da Rocha, que hoje abastece uma população que se aproxima dos 20 mil habitantes de cinco concelhos.

Como resultado das intervenções associadas ao incremento da fiabilidade do abastecimento, tem-se mantido uma tendência decrescente da necessidade de reforço de abastecimento com o recurso de transporte de água por autotanque. No entanto, o agravamento das disponibilidades hídricas conjugado com o atraso na concretização dos investimentos já previstos ou novos, poderá inverter a referida tendência, com especial impacto em aglomerados com histórico de fiabilidade, nomeadamente de Santiago do Cacém, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Grândola e Alcácer do Sal.

No que se refere ao saneamento, a estratégia de internalização faseada dos serviços permitiu já em 2023 a gestão direta de um conjunto de instalações, com resultados bastantes satisfatórios. No processo de internalização de todo o serviço, deverá ser concretizado o recrutamento de cerca de 29 técnicos operativos e a integração nas respetivas equipas. Conscientes do desafio associado com o processo de transição em causa, e no sentido de minimizar os riscos associados, a equipa tem vindo a reforçar o acompanhamento junto do prestador de serviços atualmente responsável pela operação de um conjunto de instalações.

Em relação ao saneamento, também importa realçar a premência da concretização dos investimentos previstos, em que para além das questões ambientais, verifica-se o risco de aumento das situações de contencioso, com implicações financeiras e reputacionais para a empresa.

No percurso já iniciado pela empresa de utilização de ferramentas de apoio à gestão, destaca-se nos próximos anos o reforço da organização funcional e capacitação tecnológica, destacando-se a consolidação e transformação digital da empresa. Este processo de transformação complementa e concretiza o previsto no Plano Estratégico de Sistemas de Informação da empresa, promovendo as melhores práticas de governação tecnológica e sempre tendo por base as prioridades da empresa.

No contexto da agenda de inovação, e pela especificidade de algumas das nossas soluções e abordagens, condicionadas muitas vezes pelas características do território onde estamos inseridos, manter-se-á a aposta na valorização e capacitação da nossa equipa através da participação em projetos e partilha de conhecimento e de melhores práticas com parceiros nacionais e internacionais. Destaca-se a abordagem inovadora da ligação entre economia circular e águas subterrâneas, no âmbito do projeto europeu MARCLAIMED financiado no âmbito do programa Horizonte Europa.

No que se refere à atuação articulada com os parceiros relevantes no território, importa dar continuidade às diligências sentido de uma clarificação da regulação da nossa relação com entidades gestoras de empreendimentos de fins múltiplos e equiparados, e naturalmente, na resolução do único processo de contencioso existente em termos da justa repartição dos encargos.

Em síntese, para além de um conjunto de desafios de organização interna, a capacidade de atuação da empresa está muito condicionada pela garantia e previsibilidade de financiamento. Como referido anteriormente, o pacote financeiro previsto no novo quadro comunitário e a incerteza quanto à sua operacionalização vêm reforçar a necessidade de concretização de compromissos, em linha com o efetuado no passado com os sistemas multimunicipais e sistemas intermunicipais. Também o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo constitui um instrumento em que se depositam expectativas face à pertinência das intervenções infraestruturais previstas e aos antecedentes na região do Algarve.

Por fim, e no contexto da sustentabilidade da empresa, importa destacar a relevância da aprovação do estudo de viabilidade económica e financeira, relativa à 2.ª revisão quinquenal (2021-2025), ainda em discussão pelos parceiros Estado e Municípios.



12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2023, entende o Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- i. O Acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, em representação do Estado Português;
- ii. O Acionista AMGAP, em representação dos 20 Municípios;
- iii. A Comissão da Parceria na sua qualidade de entidade de supervisão da Parceria;
- iv. Os Organismos e Serviços Públicos, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente e respetivos serviços descentralizados: Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos;
- v. O Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (POSEUR);
- vi. Os Fornecedoros, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- vii. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- viii. O Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;
- ix. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;
- x. Os Nossos Trabalhadores pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o nosso desempenho não poderia ter sido o que foi.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2023, no valor positivo de 738 996,37 euros (setecentos e trinta e oito mil, novecentos e noventa e seis euros e trinta e sete cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- 1) 36 949,82 euros (trinta e seis mil, novecentos e quarenta e nove euros e oitenta e dois cêntimos) do resultado líquido de 2023 para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais;
- 2) 702 046,55 euros (setecentos e dois mil, quarenta e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos) do resultado líquido de 2023, para constituição de Reservas Livres nos termos do Contrato de Gestão e respetivo Aditamento.



14. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Ponto I Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

Alínea a) Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2023, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa AgdA são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 21/06/2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2021/2023 a seguir identificados:

Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da AgdA terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- i. Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- ii. Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- iii. Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- iv. Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- v. Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- vi. Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- vii. Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AgdA estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração deverá:

- i. Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- ii. Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- iii. Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- iv. Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- v. Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- vi. Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- vii. Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- viii. Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- ix. Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a Empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam:

- I. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - I.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - I.2. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

- 1.3. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4. Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1. Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2. Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2. No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prossequindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - 6.1. Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - 6.2. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - 6.3. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - 6.4. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP Internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.



Foram ainda definidos os seguintes indicadores de desempenho:

	Indicador	Cálculo	Escala	ApdA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = \{[(GV + FSE + GP) / VN]\}$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Dívida Comercial de devedores municipais	$DCDMA = \{[Saldo da dívida vendida de municípios (Ano N)] / [Saldo da dívida vendida de municípios (Ano N-1)]\} * 100$	1. DCDMA > 105% 2. 95% <= DCDMA <= 105% 3. DCDMA < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$Endividamento = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ao PAO	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia 3. Exceder: quando PMP <= 60 dias Quando PMP > 60 dias ou incumprir com RCM 34/2008, 1. Incumprir: face a ano anterior, x > -15% 2. Cumprir: face a ano anterior, -25% < x < -15% 3. Exceder: face a ano anterior, reduz 25%	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% * excluindo o efeito DRG	10,0%
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto 80% <= x < 90% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% * sem deterioração face ao ano anterior	7,5%
	Neutralidade Energética	Implementação do Plano de Neutralidade Energética	1. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção inferior 75% face ao previsto no PAO 2. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 75% face ao previsto no PAO 3. Lançamento, em cada ano, de concursos para instalações com capacidade de produção igual ou superior a 90% face ao previsto no PAO	7,5%
	Plano de Lamas	Implementação do Plano de Lamas	1. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas previstas no PAO, inferior a 40%, referentes a produção de lamas 2. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 40% previstas no PAO referentes a produção de lamas 3. Lançamento, em cada ano, de concursos empreitadas para 60% previstas no PAO referentes a produção de lamas	7,5%
	Reutilização	Implementação da Reutilização enquanto atividade principal	1. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização após 31.03.2022 2. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.03.2022 3. Entrega de EVEF de atividade principal de reutilização até 31.12.2021	5,0%
	Efluentes Agroindustriais e agropecuários	Implementação de atividade acessória e complementar nos Sistemas em Alta de AR e Implementação da plataforma digital integrada para gestão de atividade de operador de último recurso no território nacional	1. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar após 31.03.2022 2. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.03.2022 3. Entrega de pedido de autorização de atividade acessória e complementar até 31.12.2021 * após verificação dos intervalos de disponibilidade, acrescendo às ACA's existentes	5,0%
Nr de Indicadores				100,0% 12

Em 2023, com a alteração verificada no Conselho de Administração, que representou a eleição da Eng.ª Simone Ferreira Pio através de Declaração Unânime por Escrito de 21 de abril, e em cumprimento do disposto no art.º 18º do Estatuto do Gestor Público, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o gestor submeteu à UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial a proposta de contrato de gestão, respetivos objetivos, indicadores e metas apresentada abaixo.

			Mandato 2021 / 2023 Ano 2023	
Tipo	Objetivo	Cálculo	Escala	Peso
Objetivos específicos do Gestor (alínea c) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)				
Individual	Ineficiência na utilização de recursos hídricos	Evolução Água Não Faturada (Indicador ERSAR AA08a) = $[AA08a \text{ (ano N)} / AA08a \text{ (Ano N-1)}] * 100$	1. $X \geq 100,00\%$ 2. $90,00\% < X < 100,00\%$ 3. $X \leq 90,00\%$	25,00%
Objetivos Setoriais (alínea b) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)				
Sectorial	Qualidade da Água Fornecida	AQA = Indicador ERSAR AA04a	1. AQA < 97,00% 2. $97,00\% \leq AQA < 99,00\%$ 3. AQA $\geq 99,00\%$	10,00%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = Indicador ERSAR AR13a (3ª Geração até 2021) AQAR = Indicador ERSAR AR21a (4ª Geração)	1. AQAR < 90,00% 2. $90,00\% \leq AQAR < 95,00\%$ 3. AQAR $\geq 95,00\%$	10,00%
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva = N° Ações executadas / N° Ações previstas	1. $X < 80,00\%$ 2. $80,00\% \leq X < 90,00\%$ 3. $X \geq 90,00\%$	10,00%
Objetivos estratégico (alínea a) n.º 6 artigo 3 Portaria 317-A/2021)				
Estratégico	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + SE + GP) / VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10 pp 2. $-0,10 \text{ pp} \leq \text{var} \leq +0,10 \text{ pp}$ 3. var < -0,10 pp	10,00%
	Dívida Comercial de devedores municipais	DCDMA = $[\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N)}] / [\text{Saldo da dívida vencida de municípios (Ano N-1)}] * 100$	1. DCDMA > 105% 2. $95\% \leq DCDMA \leq 105\%$ 3. DCDMA < 95%	10,00%
	Limite ao endividamento	Endividamento = $[\text{Stock Dívida (Ano N)} / \text{Stock Dívida (ano N-1)}] * 100$	1. $X > 2\%$ 2. $1,5\% \leq X \leq 2\%$ 3. $X < 1,5\%$ * Investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, sendo a percentagem adotada correspondente ao definido na legislação	0,00%
	Respeito pelos prazos de pagamento	Variação do PMP face ao proposto em PAO	Quando PMP ≤ 60 dias e cumpre com RCM 34/2006 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais do que 1 dia face ao anterior 2. Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando PMP ≤ 60 dias Quando PMP > 60 dias ou incumprir com RCM 34/2006 1. Incumprir: face ao ano anterior, $x > -15\%$ 2. Cumprir: face ao ano anterior, $-25\% < x < -15\%$ 3. Excede: face ao ano anterior, $x \leq -25\%$	7,50%
	Rentabilidade	Variação do Resultado Líquido face ao PAO	Var < -5% 2. $-5\% \leq \text{Var} \leq 5\%$ 3. Var > 5% * excluindo o efeito DRG	7,50%

Em 2023, o grau de cumprimento dos objetivos e indicadores de gestão fixados em 21 de junho de 2021, foi o seguinte:

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO

Objetivos	Ponderadores Iniciais	Ponderadores Redistribuídos 2023	Meta 2023	Real 2023	Variação 2023	Grau de Desempenho 2023	Atingimento 2023
Financeiros							
Eficiência de Gestão	10,00%	13,33%	70,07%	72,44%	2,33	1	0,13
Dívida Comercial de devedores municipais	10,00%	13,33%	2 821 029	2 563 278	90,86%	3	0,40
Limite ao Endividamento	10,00%	13,33%	< 2%	4,99%		1	0,13
Respeito Prazos de Pagamento	10,00%	13,33%	<60	42	-25%	3	0,40
Rentabilidade	10,00%	13,33%	-5 500 715	-1 317 412	76%	3	0,40
Ambientais e de Serviço							
Plano de Manutenção	10,00%	13,33%	>=90%	91,08%		3	0,40
Qualidade da Água Fornecida	7,50%	10,00%	>=99%	99,19%		3	0,30
Qualidade das Águas Residuais	7,50%	10,00%	>95%	95,53%		3	0,30
Neutralidade Energética	7,50%	0,00%					0,00
Plano de Lamas	7,50%	0,00%					0,00
Reutilização	5,00%	0,00%					0,00
Efluentes Agroindustriais e agropecuários	5,00%	0,00%					0,00
Atingimento Global							2,50

Ainda relativamente a 2023, para os objetivos e indicadores de gestão submetidos à UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial com a proposta de contrato de gestão, objetivos, indicadores e metas, na sequência a eleição da Eng.^a Simone Ferreira Pio através de Declaração Unânime por Escrito de 21 de abril, o grau de cumprimento foi o seguinte:

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE GESTÃO | Gestor Simone Pio

Objetivos	Ponderadores Iniciais	Meta 2023	Real 2023	Variação 2023	Grau de Desempenho 2023	Atingimento 2023
Objetivos Estratégicos						
Eficiência de Gestão	10,00%	70,07%	72,40%	2,33	1	0,10
Dívida Comercial de devedores municipais	10,00%	2 821 029	2 563 278	90,86%	3	0,30
Limite ao Endividamento	10,00%	< 2%	4,99%		1	0,10
Respeito Prazos de Pagamento	7,50%	<60	42	-25%	3	0,23
Rentabilidade	7,50%	-5 500 715	-1 317 412	76%	3	0,23
Objetivos Setoriais						
Plano de Manutenção	10,00%	>=90%	91,08%		3	0,30
Qualidade da Água Fornecida	10,00%	>=99%	99,19%		3	0,30
Qualidade das Águas Residuais	10,00%	>95%	95,53%		3	0,30
Objetivos Individuais						
Eficiência na Utilização de Recursos Hídricos	25,00%	7,57%	6,20%	81,9%	3	0,75
Atingimento Global						2,60

A escala de avaliação definida é a seguinte:

Desadequado	<1,8
Adequado	1,8<= Avaliação <2,5
Superado	>=2,5

Sem prejuízo de todos os esforços encetados para cumprir integralmente com todos os indicadores, não foi possível cumprir com os indicadores de Eficiência de Gestão e Limite ao Endividamento.

No que diz respeito ao indicador Eficiência de Gestão, apesar do resultado ser de degradação face ao PAO 2023, a empresa cumpre com a disposição legal, uma vez que melhora face ao ano anterior. Sem prejuízo, o Volume de Negócios (VN) foi influenciado negativamente pelo facto de não ter sido possível aplicar as tarifas previstas em PAO, bem como proceder à alteração de metodologia da faturação de saneamento, ambos previstos em PAO 2023. Deste facto estima-se que o VN ficou abaixo em cerca de € 778 619 face ao esperado (€ 137 496 diferença tarifa e € 641 123 diferença de caudal), o que, caso tivessem sido implementados os pressupostos subjacentes à elaboração do PAO 2023, resultaria num indicador com o resultado de 69,70% e, portanto, com grau de desempenho de 3. A empresa espera que em 2024 seja possível implementar todos os pressupostos subjacentes à preparação do PAO 2024, consolidando o seu posicionamento e cumprimento do contrato de gestão

Relativamente ao indicador de Limite ao Endividamento, foram ultrapassados os limites legais, situação justificada pelo atraso no reembolso de despesa executada e ainda não comparticipada por fundos comunitários. No que se refere ao reembolso, importa referir que a empresa tem uma expectativa de recebimento de 4,950 M€ relativamente a operações concluídas com contrato de financiamento e de 6,979 M€ relativamente a operações que aguardam a disponibilidade de fundos através de contratos de financiamento com valores elegíveis condicionados e operações em *overbooking*. Para 2024 a empresa não espera vir a ter qualquer problema com o indicador, tendo em conta que, em princípio, receberá os montantes acima referidos, permitindo uma redução efetiva do endividamento.

Alínea b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2023, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

ALÍNEA b) DO N.º 1 DO CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Indicadores	PAO 2023	Executado 2023	Desvio (+/-)	Observações
Resultado Líquido €	774 049	738 996	-35 053	Variação da OT
EBITDA ⁽¹⁾ €	1 337 030	3 697 307	2 360 277	Melhoria pela redução do valor da energia
Resultado Operacional ^{(1) (2)} (EBIT)	-4 63 302	-466 974	4 164 327	Melhoria pela redução do valor da energia
Volume de Negócios	21 036 188	20 155 506	-880 682	Não foi possível implementar pressupostos do PAO2023
Endividamento	63 293 924	67 045 455	3 751 531	Atraso no recebimento da comparticipação comunitária dos Investimentos
Dívida Financeira Líquida ⁽²⁾ / EBITDA	4659%	1793%	-2866%	

(1) Ajustado de Desvio de Recuperação de Custo

(2) Resultado operacional líquido de provisões, imobilidades e correções de justo valor

(3) Endividamento deduzido de disponibilidades

Alínea c) No que aos investimentos diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos

ALINEA b) DO N.º I DO CUMPRIMENTOS DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

		Executado 2023							Desvio (PAO vs Executado)
Plano de Investimento	PAO 2023	Fontes de Financiamento							
		Total	Auto Financiamento	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundos comunitários	PRR	Outras	
Total do Investimento	21 011 146	12 923 094	0	0	10 589 690	2 333 404	0	0	(8 088 052)

O valor do investimento ficou abaixo do previsto tendo em conta que para a realização deste não estavam garantidas as condições financeiras para a sua execução, nomeadamente a garantia da comparticipação comunitária.

Ponto 2. Gestão do Risco Financeiro

As atividades da empresa e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO

	31.12.2023	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	1 013 288	1 207 912	797 191
TOTAL	1 013 288	1 207 912	797 191

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AgdA é nula. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da empresa. A AgdA não tem quaisquer transações que possam resultar em risco de taxa de câmbio.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 35% a 40% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

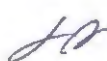
Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ				
	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Financiamentos	9 13 815	33 042 522	33 548 387	67 504 724
Fornecedores e outros Passivos	9 952 413	726 313	0	10 678 726
Passivos de Locação	124 798	136 159	0	260 957
TOTAL	10 991 026	33 904 994	33 548 387	78 444 407

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes caso se mostre necessário.









RISCO DE CAPITAL

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos não correntes	(66 590 909)	(57 045 455)
Empréstimos correntes	(913 815)	(1 189 752)
Disponibilidades	761 820	2 274 488
Dívida	(66 742 904)	(55 960 718)
Subsídios ao investimento	97 688 611	91 177 561
Total do capital próprio	14 411 919	12 763 158
Capital	112 100 530	103 940 719
DÍVIDA/TOTAL DO CAPITAL	60%	54%

O objetivo da empresa em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da empresa é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da empresa assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no capital próprio e em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO

Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2023
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Millennium BCP	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Acionista AdP	Apoio de tesouraria	5 000 000	0	5 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	35 000 000	25 000 000	10 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	2 500 000	2 500 000	0
BEI V	Financiamento MLP	40 000 000	40 000 000	0
TOTAL		86 500 000	67 500 000	19 000 000

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a natureza de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à Ordem	757 787	2 269 638
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
TOTAL	757 787	2 269 638

DEPÓSITOS À ORDEM

	31.12.2023	31.12.2022
Novo Banco	5 851	7 374
Santander Totta	4 320	1 241
Caixa Geral de Depósitos	60 174	594 274
Caixa de Crédito Agrícola	9 605	9 668
Banco Português do Investimento	732	1 003
Millennium BCP	41 380	42 174
Bankinter	8 117	10 522
Instituto de Gestão do Crédito Público	627 607	1 603 383
TOTAL	757 787	2 269 638

RATING'S

	Moody's Longo prazo Ano 2023	Moody's Longo prazo Ano 2022
Novo Banco	BBB-	Ba2
Banco Santander Totta	A-	A-
Caixa Geral de Depósitos	BBB	Baa2
Caixa de Crédito Agrícola	Baa1	Baa2
Banco Português do Investimento	BBB+	BBB
Millennium BCP	BBB-	BB
Banco Bankinter	A-	A-
Instituto de Gestão do Crédito Público	A-	BBB+

Nota: notação de *rating* da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, a AgdA tem depositados 627 607 euros na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da empresa, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	1 800 655	880 250	705 347	887 979	952 634
Taxa Média de Financiamento (%)	2,96%	1,55%	1,30%	1,60%	1,71%

Ponto 3. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos definidos no n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, a qual aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2023 (LOE2023), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 1 do artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 10/2023 de 8 de fevereiro (DLEO2013)

A AgdA não cumpre com os limites de crescimento do endividamento definidos conforme se poderá verificar no quadro abaixo:

LIMITE DO CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO				
Passivo Remunerado	2023	2022	Variação 23/22	
	€	€	€	%
1. Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	67 045 455	57 800 000	9 245 455	16%
2. Capital Social	11 332 560	9 751 600	1 580 960	16%
3. Novos Investimentos com expressão material (valor líquido de subsídio)	5 446 749	2 375 804		
4. Impactos decorrentes de fatores excecionais (*)	2 007 966			
Variação do Endividamento = [Variação (1)+Variação (2)-(3)2023-(4)2023]/[(1)2022+(2)2022]	4,99%			

(*) São considerados fatores excecionais a variação dos gastos com energia entre 2022 e 2023 decorrentes do contexto geopolítico

Conforme já referido no ponto 1 do presente capítulo, foram ultrapassados os limites legais justificado pelo atraso no reembolso de despesa de investimento executada e ainda não comparticipada por fundos comunitários. Relativamente a este importa referir que a empresa tem uma expectativa de recebimento de 4,950 M€ relativamente a operações concluídas com contrato de financiamento e 6,979 M€ relativamente a operações que aguardam a disponibilidade de fundos através de contratos de financiamento com valores elegíveis condicionados e operações em overbooking. Importa referir que se a empresa tivesse recebido pelo menos o valor executado e contratualizado (4,950 M€) teria sido cumprido o indicador. Para 2024 a empresa não espera vir a ter qualquer problema com o indicador tendo em conta que em princípio receberá os montantes acima referidos, permitindo uma redução efetiva do endividamento.

Ponto 4. Evolução dos Prazos Médios de Pagamento (PMP) a fornecedores

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A AgdA cumpre com os prazos médios de pagamento definidos RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS				
	2023	2022	Variação 23/22	
			Valor	%
Prazo (dias)	42	57	-15	-26,32%









Ponto 5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas;

Não foram feitas recomendações por parte do acionista em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

Ponto 6. Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas;

Na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2022 não ocorreram reservas.

Ponto 7. Remunerações/honorários

a) *Órgão Sociais, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023;*

A AgdA deu cumprimento à aplicação de todas as disposições legais vigentes em 2023 relativas a remunerações dos Órgãos Sociais conforme se poderá verificar nos quadros seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Para o mandato de 2021/2023 foram eleitos em reunião de Assembleia Geral, em 15 de março de 2021, os seguintes membros da Mesa de Assembleia Geral e fixadas as seguintes remunerações:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL				
Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixada (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2021-2023	Presidente	António Manuel Ascensão Mestre Bota	500	0
2021-2023	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Paulo Manuel Marques Fernandes	425	425
2021-2023	Secretário ⁽¹⁾	Ana Cristina Rebelo Pereira	350	350
TOTAL				775

(1) Valores faturados pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Em 03 de janeiro de 2024 o Vice-Presidente da Mesa de Assembleia Geral apresentou a sua renúncia, não tendo sido substituído até à presente data.

Conselho de Administração

Para o mandato de 2021/2023 os membros do Conselho de Administração foram eleitos em reunião de Assembleia Geral de 15 de março de 2021, tendo-se sido efetuadas alterações à sua composição através das DUE em 21.04.2023 e em 07.11.2023, conforme quadro seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos ²			N.º Mandatos
			Forma ¹	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2021-2023	Presidente Não Executivo	Francisco José Pinto Silva Narciso	AG	15.03.2021	Sim	AdP, Águas de Portugal, SGPS, SA	O	2
2021-2023	Vice-Presidente Executivo	Simone Ferreira Pio	AG	15.03.2021	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1
2021-2023	Presidente Executiva	Simone Ferreira Pio	DUE	21.04.2023	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1
2021-2023	Vogal Executivo	João Manuel Galhardo Maurício	AG	15.03.2021	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1
2021-2023	Vogal Executivo	Jorge Paulo Colaço Rosa	DUE	07.11.2023	Não	AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA	D	1
2021-2023	Vogal Não Executivo	Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	AG	15.03.2021	Sim	AdP, Águas de Portugal, SGPS, SA	O	1
2021-2023	Vogal Não Executivo	Álvaro dos Santos Beijinha	AG	15.03.2021	Sim	Câmara Municipal de Mértola	O	1

(1) Resolução (R) / AG - Assembleia Geral | DUE Declaração Unanime por Escrito | Cooptação em Conselho de Administração

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP | entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Membro do CA	Entidade	Função	Regime	Data de autorização e Forma
Francisco José Pinto Silva Narciso	AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Gestor de Projetos Especiais	Público (SEE)	AG 15.03.2021
Simone Ferreira Pio ⁽¹⁾	AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Vogal Não Executiva	Público (SEE)	AG 15.03.2021
João Manuel Galhardo Maurício	Assembleia Municipal de Alvão	Presidente	Público	na
Jorge Paulo Colaço Rosa	Assembleia Municipal de Mértola	Presidente	Público	na
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Gestora de Categoria de Compras	Público (SEE)	AG 15.03.2021
Álvaro dos Santos Beijinha	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	Presidente	Público	na

(1) Cessou funções como Vogal Não Executiva da AdTA – Águas do Tejo Atlântico, S.A. em 18 de abril de 2023

DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Francisco José Pinto Silva Narciso ⁽¹⁾	Sim	C	1 193	0
Simone Ferreira Pio (Vice-Presidente)	Sim	C	4 286	1 714
Simone Ferreira Pio (Presidente)	Sim	C	4 773	1 909
João Manuel Galhardo Maurício	Sim	C	3 819	1 527
Jorge Paulo Colaço Rosa	Sim	C	3 819	1 527
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro ⁽¹⁾	Sim	C	955	0
Álvaro dos Santos Beijinha ⁽²⁾	Sim	C	955	0

(1) Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

(2) Remuneração definida para o cargo porém não liquidada ao titular por aplicação da lei autárquica

Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten signature

REMUNERAÇÃO ANUAL 2023

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Redução Remuneratória (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Francisco José Pinto Silva Narciso ⁽¹⁾	16 706	0	16 706	0	16 706
Simone Ferreira Pio	87 248	0	87 248	4 362	82 886
João Manuel Galhardo Maurício	71 789	0	71 789	3 589	68 199
Jorge Paulo Colaço Rosa	10 867	0	10 867	543	10 324
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro ⁽¹⁾	13 365	0	13 365	0	13 365
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	0	0
TOTAL			199 975	8 495	191 480

⁽¹⁾ Remuneração definida para o cargo e cobrada pela AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Membro do CA	Subsídio de Refeição (€)		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro Saúde (€)	Encargo Anual Seguro Vida (€)	Outros
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Entidade	Encargo Anual (€)			
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	n.a.	0	0	0	
Simone Ferreira Pio	7,14	1 742	Seg. Social	19 685	623	1 122	
João Manuel Galhardo Maurício	7,14	1 728	Seg. Social	16 197	2 738	898	
Jorge Paulo Colaço Rosa	7,14	250	Seg. Social	2 452	456	395	
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	n.a.	0	0	0	
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	n.a.	0	0	0	
TOTAL		3 720		38 335	3 817	2 416	

ENCARGOS COM VIATURAS

Nome	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
Francisco José Pinto Silva Narciso	Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Simone Ferreira Pio	Sim	Sim	36 243	AOV	2018	2024	774	9 289	4
João Manuel Galhardo Maurício	Sim	Sim	32 369	AOV	2018	2024	503	6 038	5
Jorge Paulo Colaço Rosa	Sim	Sim	32 369	AOV	2018	2024	507	6 082	5
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Álvaro dos Santos Beijinha	Não	-	-	-	-	-	-	-	-

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (€)

Nome	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificação	Valor	
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	1 920	0	-	0	1 920
Simone Ferreira Pio	0	0	0	-	0	0
João Manuel Galhardo Maurício	0	0	0	-	0	0
Jorge Paulo Colaço Rosa	0	0	0	-	0	0
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	890	0	0	-	0	890
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	-	0	0
TOTAL						2 810

Fiscal Único

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		N.º de anos de funções no Grupo	N.º de anos de funções na Sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Inscrição na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data		
2019-2021	Fiscal Único	PriceWaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda,	183	20161485	AG	8.04.2019	4	4
		representada por José Alves Bizarro Duarte	representada por 1957	20200003			3	3
2019-2021	Fiscal Único - Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	8.04.2019	4	4

⁽¹⁾ - AG - Assembleia Geral | DUE - Declaração Unanime por Escrito

ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO - REMUNERAÇÃO ANUAL

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2023 €			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2023 €			
	Valor (1)	Redução (2)	Valor Final (3)= (1)-(2)	Identificação do Serviço	Bruta (1)	Redução (2)	Valor Final (3)= (1)-(2)
PriceWaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda.	6 799	0	6 799	na	0	0	0
Carlos José Figueiredo Rodrigues	0	0	0	na	0	0	0
TOTAL	6 799	0	6 799		0	0	0

b) Auditor Externo, confirmando a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023;

A AgdA não tem nenhum contrato de prestação de serviços com Auditor Externo, sendo essa atividade assegurada pela SROC e Fiscal Único da Sociedade.

Ponto 8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP, no que se refere:

- a) *À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b) *Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) *Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;*

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

GASTOS COM COMUNICAÇÕES

Membro do CA	Plafond Mensal Definido	Valor Anual (€)	Observações
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	
Simone Ferreira Pio	80	331	
João Manuel Galhardo Maurício	80	331	
Jorge Paulo Colaço Rosa	80	7	
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	
TOTAL		668	

- d) *Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço*

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A VIATURAS

Membro do CA	Plafond Mensal Definido Combustíveis e Portagens (€)	Gastos anuais associados a Viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Francisco José Pinto Silva Narciso	0	0	0	0
Simone Ferreira Pio	477	2 475	2 158	4 634
João Manuel Galhardo Maurício	382	2 804	824	3 628
Jorge Paulo Colaço Rosa	382	571	0	571
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro	0	0	0	0
Álvaro dos Santos Beijinha	0	0	0	0
TOTAL		5 850	2 982	8 832




Ponto 9. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AgdA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

Ponto 10. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina a Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade.

Ponto 11. Elaboração e divulgação no respetivo sítio na Internet do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

A AgdA, reconhece a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, e pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal manteve o seu compromisso com Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género, assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Assim, tendo por base o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e do artigo 3.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, as entidades do setor público empresarial têm de elaborar anualmente o Plano para a Igualdade de género, devendo publicá-lo no respetivo sítio na Internet e enviá-lo à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e para a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) até 15 de setembro do ano anterior a que diz respeito, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.



Face à disponibilização pela CITE de um Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas, com o objetivo de facilitar a elaboração dos Planos anuais, servindo de guia e orientação com vista ao cumprimento dos requisitos e prazos em vigor, a AgdA, realizou, em 2022, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2023, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG.

O Plano para a Igualdade de Género 2023 da AgdA, foi remetido ao SIOE e à CITE.

O Plano para a Igualdade de Género para o ano de 2023 encontra-se publicitado no sítio de Internet da AgdA, podendo ser acedido através do seguinte link: <https://agda.pt/geral/plano-de-igualdade-de-genero>.

Ponto 12. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

Dando cumprimento ao disposto no RGPC criado através do DL n.º 109-E/2021, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), reconhecendo a relevância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

No sentido de assegurar a transparência do exercício de gestão de risco, e em conformidade com o n.º 6 do artigo 6.º do RGPC, o PPRCIC da AgdA, encontra-se disponibilizado na internet em <https://agda.pt/geral/cpc>. Do Plano é igualmente dado conhecimento às Tutelas Setorial e Financeira, às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SISEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

O PPRCIC pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

A elaboração e o acompanhamento do Plano têm uma natureza transversal e um carácter abrangente, alargando o âmbito da análise e avaliação do risco de corrupção a todas as competências por lei atribuídas às entidades públicas, envolvendo assim toda a estrutura organizativa interna e todas as áreas de negócio críticas, tal como identificado no n.º 2 do artigo 6.º do RGPC.



O PPRCIC, adotado na AgdA em 2010, teve a última versão aprovada pelo seu Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2024, por forma a adaptá-lo às obrigações decorrentes da nova legislação, bem como às recomendações emanadas pelo MENAC e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O grupo AdP, no qual se inclui a AgdA reconhece, tal como é referido no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC, que os relatórios de execução intercalar e anual do Plano, que integram o modelo de integridade, são "instrumentos úteis para uma boa gestão pública, com potencial para a promoção de uma cultura sã de prevenção de riscos, para a sistematização de procedimentos, para o incremento da transparência e do rigor, bem como para a promoção da qualidade do serviço público", e contribuem para "o aperfeiçoamento do trabalho já desenvolvido". Os relatórios vêm ainda reforçar a transparência na aplicação dos princípios de boa governação em alinhamento com o enquadramento legal e com as convenções multilaterais neste domínio.

Não se encontrando identificados eventos de risco classificados como elevado no âmbito do PPRCIC em 2023, não foi efetuada qualquer avaliação intercalar nem elaborado o relatório intercalar no qual se identificassem os resultados dessa avaliação.

Da avaliação anual do Plano resulta um relatório sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexos com corrupção ocorridos, identificação dos controlos não implementados, implementados, mas não eficazes e para os quais são definidos planos para a sua mitigação.

Este é remetido ao MENAC, às Tutelas Setorial e Financeira e às respetivas entidades inspetivas e ao MENAC, sem prejuízo do respetivo carregamento no Sistema de Informação do Sector Empresarial Estado (SISEE), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), procedendo-se também à sua publicitação no sítio de internet em <https://agda.pt/geral/cpc>.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdP SGPS uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O Grupo AdP reforça assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, as empresas do Grupo efetuaram a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores visando a definição dos próximos passos, com vista ao robustecimento da Política e a sua integral implementação.

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

Ponto 15. Eficiência operacional, prevista no n.º 1, 2 e 3 do artigo 133.º do DLEO 2023, e evolução dos gastos operacionais, prevista no n.º 4 e 5 do artigo 133.º do DLEO 2023

Em 2023 a AgdA cumpre com as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 133.º do DLEO 2023.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

	2023 Exec	2023 Orç	2022 Exec	2019 Exec	2023/2022		2023/2019	
					Dif. Absol.	Var. %	Dif. Absol.	Var. %
0. EBITDA ajustado	3 697 307	7 240 730	6 123 344	1 639 630	-2 426 036	-39,62%	2 057 677	125,50%
1. CMVMC	1 244 574	1 128 925	1 107 892	678 754	136 682	12,34%	565 820	83,36%
2. FSE	10 833 658	14 245 569	8 597 855	10 366 421	2 235 803	26,00%	467 237	4,51%
3. Gastos com o Pessoal	4 753 937	5 248 707	4 522 315	3 164 062	231 621	5,12%	1 589 875	50,25%
i relativos a órgãos sociais a)	219 335	236 796	137 496	287 808	81 839	59,52%	-68 472	-23,79%
ii Indemnizações pagas por Rescisão a)	0	33 413	0	22 864	0	0,00%	-22 864	-100,00%
iii Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias a)	232 111	224 583	241 617	138 455	-9 505	-3,93%	93 656	67,64%
iv Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais a)	112 472	0	119 530	89 902	-7 058	-5,90%	22 570	25,11%
4. Gastos com o Pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	4 190 018	4 753 915	4 023 673	2 625 034	166 345	4,13%	1 564 984	59,62%
5. Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais b)	2 240 078	5 883 566	241 617	118 992	1 998 461	827,12%	2 121 085	1782,54%
6. Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1) + (2) + (3) - (5)	14 592 092	14 739 634	13 986 446	14 090 245	605 646	4,33%	501 847	3,56%
7. Volume de Negócios (VN)	20 155 506	21 036 188	19 307 130	15 007 638	848 376	4,39%	5 147 868	34,30%
Subsídios à exploração	0	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%
8. Perda de receita decorrente de fatores excecionais b)	0	0	0	0	0	0,00%	0	0,00%
9. Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7)+(8)	20 155 506	21 036 188	19 307 130	15 007 638	848 376	4,39%	5 147 868	34,30%
10. Peso dos Gastos / VN = (6)/(9)	72,40%	70,07%	72,44%	93,89%	-0,04%	-0,06%	-21,49%	-22,89%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	18 672	13 572	16 308	14 483	2 364	14,49%	4 189	28,92%
(ii) Gastos com Ajudas de Custo	475	1 212	1 250	1 737	-775	-62,01%	-1 262	-72,67%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	477 944	555 526	690 530	491 096	-212 586	-30,79%	-13 152	-2,68%
(iv) Gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	33 202	39 610	38 986	7 975	-5 784	-14,84%	25 227	316,33%
11. Total dos Gastos (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr. alínea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	530 293	609 920	747 074	515 291	-216 781	-29,02%	15 002	2,91%
N.º Viaturas	68	68	68	68	0	0,00%	0	0,00%

Ponto 13. Contratação Pública

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

Ponto 14. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.



Ponto 16. Recursos Humanos e massa salarial (art. 131.º do DLEO 2023 | Despacho, de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças).

No quadro seguinte é apresentada a evolução do n.º de trabalhadores da empresa de forma desagregada:

RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL					
	2023 Exec	2023 Orç.	2022 Exec.	2023/2022	
				Var. Abs.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	9	9	9	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	6	7	6	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e CD)	149	173	151	-2	-1%
TOTAL	164	189	166	-2	-1%
N.º Trabalhadores/N.º CD	25	25	25	0	0%
GASTOS COM PESSOAL/TOTAL (OS+CD+T)	28 987	27 771	27 243	1 745	6,40%

No quadro seguinte é apresentada a evolução da massa salarial da empresa e do Grupo AdP relativo ao ano de 2023 conforme previsto nos Despachos de 15 de dezembro de 2022 e de 12 de maio de 2023 dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças:

DESPACHOS DE 15-12-2022 e 15-05-2023, SET e SEF	
Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - AgdA	7,69%
Taxa de Atualização da massa salarial (2023-2022) - Grupo AdP	5,00%

Ponto 17. Princípio de Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 105.º da LOE 2023 e artigo 91.º do DLEO 2023).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

De acordo com o solicitado, junto se identificam as disponibilidades e aplicações que a AgdA mantém junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E., bem como junto da Banca Comercial:

PRINCÍPIO DA UNIDADE DA TESOURARIA DO ESTADO (€)				
IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	493 630	825 150	900 704	627 607
Aplicações financeiras	0	0	0	0
TOTAL	493 630	825 150	900 704	627 607
Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	50 635	62 608	60 174	60 174
Caixa Crédito Agrícola	9 652	9 637	9 621	9 605
Novo Banco	350	8 846	2 349	5 851
Banco Português do Investimento (BPI)	843	806	769	732
Santander Totta	634	196	4 758	4 320
Millennium BCP	41 949	40 715	41 464	41 380
Bankinter	10 107	9 776	9 505	8 117
TOTAL	114 170	132 585	128 640	130 180
Juros Auferidos	0	0	0	0

Ponto 18. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

Ponto 19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º-G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n.ºs 2 dos mencionados artigos.

A referida informação encontra-se disponível no presente relatório, concretamente no capítulo 7.4.11 - Sustentabilidade e Responsabilidade Empresarial.

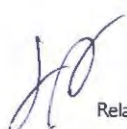
Ponto 20. Informação a constar do site da AgdA a 31 de dezembro de 2023

A AgdA deu cumprimento à publicitação de informações no site da empresa que a seguir se apresentam:

INFORMAÇÃO A CONSTAR DO SITE DA EMPRESA				
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos	x			
Caracterização da Empresa	x			
Função de tutela e acionista	x			
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	x			
Identificação dos órgãos sociais	x			
Estatuto Remuneratório Fixado	x			
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	x			
Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	x			
Apresentação das Sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	x			
Esforço Financeiro Público	x			
Ficha Síntese	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Princípios de Bom Governo				
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	x			
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Outras Transações			x	
Análise da Sustentabilidade da empresa nos domínios:				
Económico		x		(1)
Social		x		(1)
Ambiental		x		(1)
Avaliação do Cumprimentos dos Princípios de Bom Governo	x			
Código de Ética	x			

S – Sim ; N – Não; N.A. - Não Aplicável

⁽¹⁾ A informação será divulgada em 2024 com o cálculo dos dados referentes ao ano de 2023





Ponto 21. Síntese do Cumprimento das Obrigações Legais

A AgdA deu cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS				
Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Justificação
	S	N	N.A.	
Objetivos de Gestão	x			2,6 Ponto 1, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais;
Metas a atingir constantes do PAO2023	x			Ponto 1, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Gestão do Risco Financeiro	x			Ponto 2, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Límites de Crescimento do Endividamento		x		4,99% Ponto 3, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Evolução do PMP a fornecedores	x			42 (-25%) Ponto 4, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			x	Ponto 4, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Recomendações do acionista na aprovação de contas			x	Ponto 5, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Reservas Emitidas na última CLC			x	Ponto 6, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Remunerações:	x			Ponto 7, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023	x			-8 495 € Ponto 7, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP				Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Não utilização de cartões de crédito	x			Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x			Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x			Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x			Ponto 8, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP	x			Ponto 9, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014				Ponto 10, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x			Ponto 12, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratação Pública				Ponto 13, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x			Ponto 13, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			0 Contratos Ponto 13, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			Ponto 14, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x			-0,06% Ponto 15, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)				Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			627 607 € Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			130 180 € Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			0 € Ponto 17, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Auditorias do Tribunal de Contas			x	Ponto 18, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	x			Ponto 11, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais
Apresentação da demonstração não financeira	x			Ponto 19, do Capítulo 14 - Cumprimento das Obrigações Legais

15. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2023.

Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Beja, 1 de março de 2024

Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

16. ANEXO AO RELATÓRIO

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447.º e do n.º 4 do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2023, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2023:

- i. A sociedade não tem ações próprias;
- ii. Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- iii. A sociedade não tem qualquer sucursal.

1. Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir.

2. Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício os acionistas que detinham uma participação igual ou superior a 10% do Capital Social, são os seguintes:

ESTRUTURA ACIONISTA				
Acionista	%	N.º Ações Classe A	Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	1 155 921	5 779 606	5 779 606
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	1 110 591	5 552 954	5 552 954
TOTAL	100%	2 266 512	11 332 560	11 332 560

An aerial photograph of a large dam and reservoir. The reservoir is a deep blue color, and the dam is a long, straight concrete structure. To the right of the dam, there is a small village with several buildings. The surrounding landscape is hilly and covered with green trees and vegetation. The sky is clear and blue.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

1. CONTAS INDIVIDUAIS

1.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	5	167 103 810	161 318 361
Ativos sob direito de uso	6	258 986	89 193
Investimentos financeiros	7	24 420	23 632
Impostos diferidos ativos	30	5 319 722	4 687 809
Desvio de Recuperação de Gastos - Défice Tarifário	8	1 858 072	0
Clientes e outros ativos não correntes	9	303 708	0
Total dos ativos não correntes		174 868 718	166 118 995
Ativos correntes			
Inventários	10	103 506	108 147
Clientes	9	6 237 730	6 100 538
Estado e outros entes públicos	11	593 254	314 557
Imposto sobre o rendimento do exercício	30	308 492	9 410
Outros ativos correntes	12	11 369 198	9 143 481
Caixa e seus equivalentes	13	761 820	2 274 488
Total dos ativos correntes		19 374 000	17 950 622
Total do ativo		194 242 718	184 069 617
Capital próprio			
Capital social	14	11 332 560	10 422 795
Reservas e outros ajustamentos	14	2 340 363	142 067
Resultados transitados	14	0	1 580 096
Resultado líquido do período	14	738 996	618 199
Total do capital próprio		14 411 919	12 763 158
Passivos não correntes			
Empréstimos	17	66 590 909	57 045 455
Passivo da locação	6	136 159	21 252
Fornecedores e outros passivos não correntes	18	726 313	1 440 485
Impostos diferidos passivos	30	4 052 097	3 294 329
Acréscimos de gastos de investimento contratual	15	5 636 553	6 598 667
Subsídios ao investimento	16	90 709 674	91 177 561
Desvio de Recuperação de Gastos - Superavit	8	0	790 232
Total dos passivos não correntes		167 851 705	160 367 982

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Passivos correntes			
Empréstimos	17	913 815	1 189 752
Passivo da locação	6	124 798	43 071
Fornecedores e outros passivos correntes	18	9 952 413	8 670 339
Imposto sobre o rendimento do exercício		0	72 231
Estado e outros entes públicos	11	988 068	963 084
Total dos passivos correntes		11 979 094	10 938 477
Total do passivo		179 830 799	171 306 459
Total do passivo e do capital próprio		194 242 718	184 069 617

S. Manuel Ferreira Vaz

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)

Simone Ferreira Pio

Simone Ferreira Pio
(Presidente do Conselho de Administração)

João Manuel Galhardo Maurício

João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Paulo Colaço Rosa

Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)

Álvaro dos Santos Beijinha

(Vogal do Conselho de Administração)

Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro

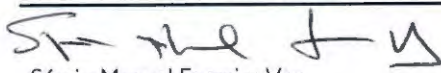
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

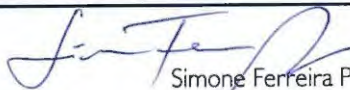
Henrique

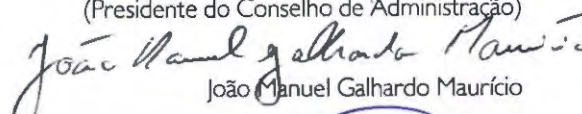
1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

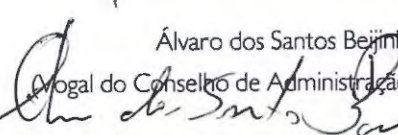
	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Vendas	20	14 049 670	13 506 873
Prestações de serviços	20	6 105 836	5 800 257
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	20	14 532 808	10 465 511
Desvio de Recuperação de Gastos	20	2 648 305	(727 301)
Gasto das vendas/variação dos inventários	21	(1 244 574)	(1 107 892)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21	(14 532 808)	(10 465 511)
Fornecimentos e serviços externos	22	(10 723 547)	(8 366 372)
Gastos com pessoal	23	(4 454 558)	(4 156 099)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	24	(7 938 359)	(7 519 888)
Subsídios ao investimento	25	3 774 374	3 529 847
Outros gastos e perdas operacionais	26	(430 497)	(116 763)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	27	394 680	563 340
Resultados operacionais		2 181 330	1 406 002
Gastos financeiros	28	(1 609 034)	(883 270)
Rendimentos financeiros	29	341 817	286 453
Resultados financeiros		(1 267 217)	(596 817)
Resultados antes de impostos		914 114	809 185
Imposto do exercício	30	(49 263)	(567 876)
Imposto diferido	30	(125 855)	376 890
Resultado líquido do exercício		738 996	618 199
Resultado por ação (básico e diluído)	14	0,33	0,30

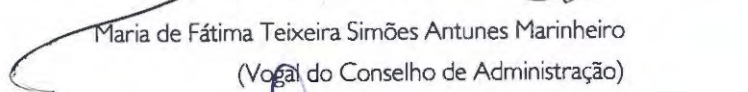

Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista, Certificado n.º 67655)


Simone Ferreira Pio
(Presidente do Conselho de Administração)


João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)


Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)


Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)


Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

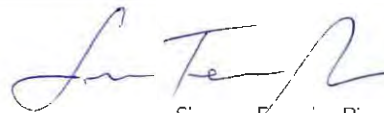
1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

	Capital social	Reserva legal	Reservas Livres	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2022	10 422 795	142 067	0	1 580 096	618 199	12 763 158
Realização de Capital	909 765	0		0	0	909 765
Aplicação do res. líquido do exercício	0	30 910	587 289	0	(618 199)	0
Aplicação dos Resultados transitados	0	0	1 580 096	(1 580 096)	0	0
Distribuição de Dividendos	0	0		0	0	0
Resultado líquido do período	0	0		0	738 996	738 996
Saldo a 31 de dezembro de 2023	11 332 560	172 977	2 167 386	0	738 996	14 411 919



Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)



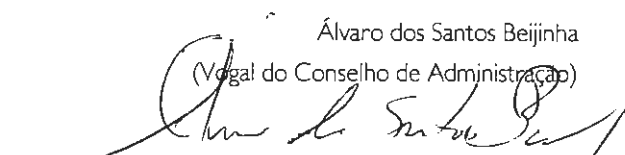
Simone Ferreira Pio
(Presidente do Conselho de Administração)



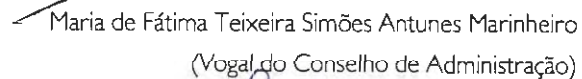
João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)



Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)



Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)



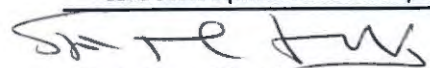
Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)



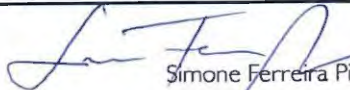
1.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

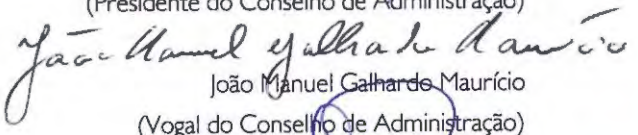
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

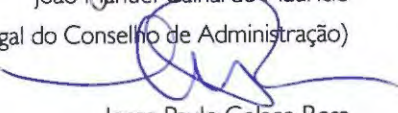
	31.12.2023	31.12.2022
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	21 630 669	21 487 973
Pagamentos a fornecedores	(13 673 984)	(12 005 668)
Pagamentos ao pessoal	(4 790 976)	(4 346 229)
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento	(443 262)	(771 972)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	1 698 332	986 421
Pagamentos de Outros Impostos	(97 406)	(139 229)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4 323 371	5 211 294
Atividades de investimento		
Subsídios de investimento	2 333 404	3 065 827
Outros ativos intangíveis	(1 904 464)	(1 507 951)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis em curso	(15 076 360)	(7 655 306)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(14 647 420)	(6 097 430)
Atividades de financiamento		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	1 580 960	698 600
Financiamentos obtidos	11 000 000	22 500 001
Pagamento de financiamentos obtidos	(1 754 546)	(20 454 546)
Contrato de locação financeira	(111 139)	(157 727)
juros e gastos similares	(1 903 897)	(694 489)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	8 811 378	1 891 839
Resumo de Fluxos por Atividade		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	4 323 371	5 211 294
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(14 647 420)	(6 097 430)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	8 811 378	1 891 839
Variações de caixa e seus equivalentes	(1 512 668)	1 005 703
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 274 488	1 268 785
Caixa e seus equivalentes no fim do período	761 820	2 274 488

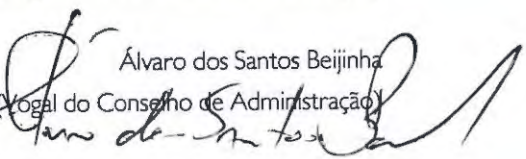

Sérgio Manuel Ferreira Vaz

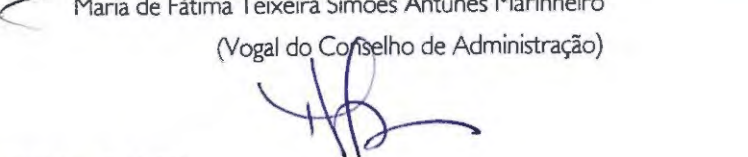
(Contabilista Certificado n.º 67655)


Simone Ferreira Pío
(Presidente do Conselho de Administração)


João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)


Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)


Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)


Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

1.5. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1. Informação geral

Nota 1.1. Identificação da Empresa

A AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. (adiante designada também por AgdA) foi constituída em 25 de setembro de 2009, tendo a sua sede social na Rua Doutor Aresta Branco, n.º 51, Beja. A AgdA, tem como atividade principal a conceção, construção, exploração e gestão do sistema de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais designado por Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Nota 1.2. Atividade económica

A AgdA tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos "a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, doravante SPPIAALENTEJO, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria celebrado em 13 de agosto de 2009 entre o Estado e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvão, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, integrando como utilizadores originários os referidos Municípios". Tendo por base um Contrato de Gestão celebrado entre os Parceiros Estado Português - Municípios e a AgdA em 25 de setembro de 2009, foi atribuída à Sociedade, em regime de exclusividade, a gestão da exploração, incluindo igualmente a conceção e construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do SPPIAALENTEJO, pelo prazo de 50 anos.

Com o Aditamento ao Contrato de Parceria e de Gestão, assinado em 22 de dezembro de 2015 entre o Estado, a AgdA e os Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvão, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vidigueira, foi mantido o âmbito da atividade prestada bem como o prazo da Parceria, tendo o âmbito geográfico da Parceria deixado de incluir o Concelho de Ferreira do Alentejo.

Nota 1.2.1 Atividade Regulada

As entidades gestoras de Sistemas Multimunicipais e Parcerias desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual.

Importa referir que, nos termos do Aditamento ao Contrato de Parceria, assinado em 22 de dezembro de 2015, a revisão dos pressupostos do EVEF ocorrem em períodos quinquenais, nos termos da Clausula 20.ª do Contrato de parceria e da Cláusula 17.ª do Contrato de Gestão, encontrando-se a atual revisão em curso e a aguardar aprovação.



As empresas gestoras de Parcerias estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Os contratos de parceria assinados entre o Estado e as autarquias servidas caracterizam-se por níveis elevados de investimentos a efetuar pelas entidades gestoras das parcerias. O financiamento é obtido através de fundos comunitários, empréstimos bancários, capitais próprios e pelos meios gerados pela atividade, sendo também acionistas os municípios a quem são prestados os serviços. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada pela comissão de parceria.

ATIVIDADE					
Tipo de Serviço	Tipo de Atividade	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa	Incidência
Abastecimento de Água	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reservas
Saneamento	Parceria	50	2009 - 2059	OT (*) 10 Anos + 3%	Capital Social
				OT (*) 10 Anos	Reserva

(*) O cálculo da OT corresponde à média dados valores anuais dos últimos quinze anos da taxa de Obrigações do Tesouro Português a 10 anos após exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. Uma vez que em 2023 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2022, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 1.3. Organização

São acionistas da AgdA, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (51% do Capital social) e a AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública no Alentejo (49% do capital social).

Nota 1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações Financeiras da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 1 de março de 2024. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

Nota 2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

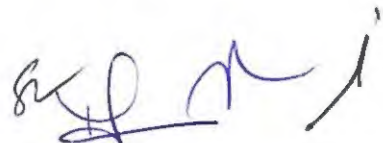
Nota 2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2023.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.







As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

Nota 2.2. Data de referência das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa da AgdA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (e comparativos 31 de dezembro de 2022).

Nota 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AgdA e respetivas notas são apresentadas em euros.

Nota 2.4. Direito de Utilização de Infraestruturas (DUI)

Nota 2.4.1. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato da AgdA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a AgdA como entidade gestora do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAALENTEJO) classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e melhorias às infraestruturas do SPPIAALENTEJO (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica do SPPIAALENTEJO, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Nota 2.4.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações na entidade gestora dos serviços de água e saneamento são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais fornecidos e tratados nesse exercício e os caudais fornecidos e tratados previstos até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de gestão.

As taxas de amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram as seguintes:

INVESTIMENTO CONTRATUAL					
	Total de Investimento do Contrato de Gestão	Número de anos do Contrato de Gestão	Total de Caudais de 2023	Total de Caudais Remanescente previsto em Contrato de Gestão	Taxa Média de amortização do ano 2023
Abastecimento de Água	154 397 518	50	21 246 189	635 402 725	3,34%
Saneamento	98 144 051	50	8 614 718	285 391 166	3,02%
TOTAL	252 541 569	50	29 860 907	920 793 892	

Nota 2.4.4. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de parceria e de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da parceria. Estes acréscimos são calculados com base

no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de parceria.

No caso da AgdA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente) em acréscimos de gastos do investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Nota 2.4.5. Desvio de Recuperação de Gastos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

- a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;
- b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 2.4.6. Rédito - Serviços de Construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão (contrato de gestão no caso da AgdA), a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado aos Parceiros, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12, é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.



Nota 2.5. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 - vida útil e imparidade de ativos intangíveis;
- Nota 6.2 - vida útil de Locações;
- Nota 8.2 - estimativas do desvio de recuperação de gastos;
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros;
- Nota 30.1 – estimativas para impostos e impostos diferidos.

Nota 2.6. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Nota 3 Novas normas e alteração de políticas

Nota 3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

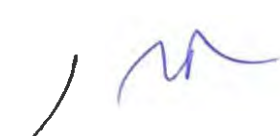
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentada nos comparativos.

Nota 3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2023

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da	1 de janeiro de 2023



NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9. Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IAS 12 – International Tax Reform – Pillar two model rules	Isenção temporária nos requisitos de reconhecimento e divulgação de informação sobre impostos diferidos ativos e passivos relacionados com o Pilar 2 do imposto sobre o rendimento.	Imediatamente ou 1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA.

Nota 3.3. Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2024 e que a AgdA não adotou antecipadamente são as seguintes:

JÁ ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores	Requisitos de divulgação adicionais sobre acordos de financiamento de fornecedores (ou "reverse factoring"), o impacto nos passivos e fluxos de caixa, bem como o impacto na análise de risco de liquidez e como é que a entidade seria afetada caso estes acordos deixassem de estar disponíveis.	1 de janeiro de 2024
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, performance financeira e situação patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AgdA após 1 de janeiro de 2024.







Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft* identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

Nota 4. Políticas de gestão do risco financeiro

Nota 4.1. Fatores de risco

As atividades da AgdA e do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e

realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Nota 4.2. Risco de mercado

Nota 4.2.1. Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AgdA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AgdA ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AgdA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da empresa.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DE JURO			
	31.12.2023	Taxa Média + 1%	Taxa Média - 1%
Juros suportados à taxa variável	1 013 288	1 207 912	797 191
TOTAL	1 013 288	1 207 912	797 191

O impacto da variação de taxa mensurada é calculado num prazo de doze meses.

Nota 4.2.2. Risco do preço das matérias primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AgdA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 39% do total de fornecimentos e serviços externos. A AgdA através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

A expectativa da AgdA é de que no próximo ano os gastos com eletricidade venham a aumentar significativamente, dado a atual conjuntura e o término do contrato que se encontra em vigor.

Nota 4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AgdA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

RISCO DE LIQUIDEZ

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivo				
Financiamentos	9 13 815	33 042 522	33 548 387	67 504 725
Fornecedores e outros Passivos	9 952 413	726 313	0	10 678 726
Passivos de Locação	124 798	136 159	0	260 957
TOTAL	10 991 026	33 904 994	33 548 387	78 444 407

Os empréstimos contratados são maioritariamente BEI e permitiram contratualmente que a AgdA e o Grupo AdP escolhessem tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AgdA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, uma vez que a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes caso se mostre necessário.

O modelo de financiamento da AgdA assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento acionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

RISCO DE CAPITAL

	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos não correntes	(66 590 909)	(57 045 455)
Empréstimos correntes	(913 815)	(1 189 752)
Disponibilidades	761 820	2 274 488
Dívida	(66 742 904)	(55 960 718)
Subsídios ao investimento	90 709 674	91 177 561
Total do capital próprio	14 411 919	12 763 158
Capital	105 121 593	103 940 719
Dívida/total do capital	63%	54%

O objetivo da AgdA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da empresa, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AgdA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

Nota 4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AgdA. A AgdA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

RISCO DE CRÉDITO				
Financiador	Tipo	Plafond	Utilizado	Disponível 31.12.2023
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Millennium BCP	Descoberto Bancário	2 000 000	0	2 000 000
Acionista AdP	Apoio de tesouraria	5 000 000	0	5 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	35 000 000	25 000 000	10 000 000
Acionista AdP - Suprimentos I	Financiamento MLP	2 500 000	2 500 000	0
BEI V	Financiamento MLP	40 000 000	40 000 000	0
Total		86 500 000	67 500 000	19 000 000

Nota 4.4.1. Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AgdA tem essencialmente a naturezas de autarquias locais ou empresa municipal.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas que de imediato têm sido solucionadas. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AgdA entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Nota 4.4.2. Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AgdA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2023 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à Ordem	757 787	2 269 638
Depósitos Prazo	0	0
Fundo de reconstituição do capital	0	0
Outros	0	0
TOTAL	757 787	2 269 638

ATIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Novo Banco	5 851	7 374
Santander Totta	4 320	1 241
Caixa Geral de Depósitos	60 174	594 274
Caixa de Crédito Agrícola	9 605	9 668
Banco Português do Investimento	732	1 003
Millennium BCP	41 380	42 174
Bankinter	8 117	10 522
Instituto de Gestão do Crédito Público	627 607	1 603 383
TOTAL	757 787	2 269 638

RATING'S		
	Moody's Longo prazo Ano 2023	Moody's Longo prazo Ano 2022
Novo Banco	BBB-	Ba2
Banco Santander Totta	A-	A-
Caixa Geral de Depósitos	BBB	Baa2
Caixa de Crédito Agrícola	Baa1	Baa2
Banco Português do Investimento	BBB+	BBB
Millennium BCP	BBB-	BB
Banco Bankinter	A-	A-
Instituto de Gestão do Crédito Público	A-	BBB+

Nota 4.5. Risco de exploração

Nota 4.5.1. Risco de catástrofe

A AgdA está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AgdA tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Nota 4.5.2. Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

Nota 5. Ativos intangíveis

Nota 5.1. Políticas contabilísticas

Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.

– Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

↳ Imparidade

Os ativos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de parceria e de gestão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos respetivos contratos que são reenviados periodicamente para o regulador do sector e Comissão de Parceria.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos do AgdA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a AgdA efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

↳ Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Nota 5.2. Estimativas e Julgamentos

↳ Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.



Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com o respetivo contrato de gestão. No fim da parceria o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. (ver nota 2.4).

Na determinação do investimento contratual a AgdA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e EVEFs (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) em vigor, os quais estão em fase de revisão quinquenal, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

↳ Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Nota 5.3. Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

ACTIVOS INTANGÍVEIS		
	31.12.2023	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	395 103	406 173
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	166 708 707	160 912 189
TOTAL	167 103 810	161 318 361

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO				
Valor Ativo	31.12.2022	Aumentos	Reclassificações	31.12.2023
Despesas de desenvolvimento	567 482	0	0	567 482
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	198 596 477	14 532 808	0	213 129 285
Total Ativo Bruto	199 163 959	14 532 808	0	213 696 767
Amortizações acumuladas	31.12.2022	Aumentos	Reclassificações	31.12.2023
Despesas de desenvolvimento	(161 309)	(11 070)	0	(172 379)
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	(37 684 289)	(6 057 665)	(2 678 625)	(46 420 578)
Total de Amortizações	(37 845 598)	(6 068 735)	(2 678 625)	(46 592 957)
TOTAL ATIVO LÍQUIDO	161 318 362	8 464 073	(2 678 625)	167 103 810

DUI - MOVIMENTO DO PERÍODO

Valor Ativo	31.12.2022	Aumentos	Reclassificações	31.12.2023
Terrenos	2 259 610	0	56 548	2 316 158
Edifícios e outras construções	153 610 962	302 356	11 082 322	164 995 640
Equipamento básico	27 190 075	429 175	1 640 771	29 260 021
Equipamento de transporte	5 441	0	0	5 441
Equipamento administrativo	480 409	0	0	480 409
Outros	409 015	0	0	409 015
Investimento em Curso	14 640 966	13 801 278	(12 779 641)	15 662 602
Total do Ativo DUI Bruto	198 596 477	14 532 808	0	213 129 285
Amortizações acumuladas	31.12.2022	Aumentos	Reclassificações	31.12.2023
Terrenos	0			0
Edifícios e outras construções	(21 020 522)	(4 429 459)	0	(25 449 980)
Equipamento básico	(6 683 617)	(984 071)	0	(7 667 688)
Equipamento de transporte	(5 441)	0	0	(5 441)
Equipamento administrativo	(419 252)	(39 377)	0	(458 629)
Outros	(394 524)	(3 543)	0	(398 067)
Correção das Amortizações Investimento Realizado	(9 160 933)	(601 216)	(2 678 625)	(12 440 773)
Total de Amortizações DUI	(37 684 289)	(6 057 665)	(2 678 625)	(46 420 578)
TOTAL DO ATIVO DUI LÍQUIDO	160 912 189	8 475 143	(2 678 625)	166 708 707

O valor registado em Reclassificações, no montante de 12,779 milhões de euros, corresponde aos investimentos concluídos em 2023, dos quais 10,447 milhões de euros correspondem a infraestruturas de abastecimento de água e 2,332 milhões de euros correspondem a infraestruturas de saneamento água.

Importa destacar que a AgdA se encontra em fase de execução do plano de investimentos previsto no contrato de gestão, tendo realizado em 2023 o valor de 13,801 milhões de euros, incluindo capitalização de encargos. Podemos destacar as obras de Ampliação da ETA do Enxoé; Remodelação da ETA do Alvito, Reforço da Adução a Beja e ETAR de Cuba. A circunstância de se encontrar na transição para um novo ciclo de investimento e programa comunitário, justifica uma menor expressão tendo em conta que parte do investimento resulta ainda da elaboração de projetos.

Nota 6. Locações

Nota 6.1. Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AgdA é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AgdA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AgdA reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AgdA tem locações enquanto locatário.

- Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado quando fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

- Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AgdA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex.: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a AgdA (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

- Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AgdA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

➤ Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

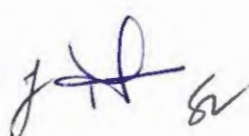
As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1-4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, o Grupo AdP mensura o passivo da locação por:



- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

- Expedientes práticos utilizados pela AgdA enquanto locatária

A AgdA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AgdA é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

Nota 6.2. Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Nota 6.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e o respetivo movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é o seguinte:

MOVIMENTO DO PERÍODO DO ATIVO				
Valor Ativo	31.12.2022	Aumentos	Abates	31.12.2023
Equipamento de transporte	727 311	322 907	0	1 050 218
Licenciamento Microsoft	85 022	0	0	85 022
Total ativo sob direito de uso Bruto	812 333	322 907	0	1 135 239
Amortizações acumuladas	31.12.2022	Aumentos	Abates	31.12.2023
Equipamento de transporte	(664 097)	(127 135)	0	(791 232)
Licenciamento Microsoft	(59 043)	(25 979)	0	(85 022)
Total de Amortizações	(723 139)	(153 114)	0	(876 254)
TOTAL ATIVO SOB DIREITO DE USO LÍQUIDO	89 193	169 792	0	258 986

Nota 6.4. Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

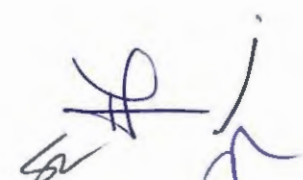
PASSIVOS DE LOCAÇÃO		
	31.12.2023	31.12.2022
Locação financeira equipamentos de transporte	136 159	21 252
Locação Financeira Licenças	0	0
Total não Correntes	136 159	21 252
Locação financeira equipamentos de transporte	124 798	43 071
Locação Financeira Licenças	0	0
Total Correntes	124 798	43 071
TOTAL	260 957	64 324

Nota 7. Outros ativos financeiros

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS		
	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de Compensação do Trabalho	24 420	23 632
TOTAL	24 420	23 632





Nota 8. Desvios de Recuperação de Gastos

Nota 8.1. Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.4.5.

Nota 8.2. Estimativas e julgamentos

Em termos contratuais, a AgdA remunera o capital investido pelo acionista, conforme definido no contrato de gestão, onde se estabelece os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros e também a adequada remuneração dos capitais próprios dos Acionistas.

Considera-se desvio de recuperação de gastos, à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e os impostos sobre o rendimento. O desvio de recuperação de gastos pode assumir duas naturezas:

a) deficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária;

b) superavit, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária.

Nota 8.3. Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (BALANÇO)		
	31.12.2023	31.12.2022
Desvios de Recuperação de Gastos Ativos (Deficit)	1 858 072	0
Desvios de Recuperação de Gastos Passivos (Superavit)	0	790 232
TOTAL	1 858 072	(790 232)

A AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos custos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios (nota 35), e o valor dos rendimentos efetivos em cada um dos exercícios económicos.

Em 31 de dezembro de 2023 a AgdA apresentou um défice tarifário acumulado na demonstração da posição financeira de 1.858.072 euros que corresponde ao valor do desvio de recuperação de gastos (superavit tarifário) acumulado entre 2016 e 2017 e entre 2020 e 2022 no montante de 2.259.115 euros, ao desvio de recuperação de gastos negativo (défice tarifário) de 2018 e 2019 no montante de 1.468.882 euros e ao desvio de recuperação de gastos (défice tarifário) verificado em 2023, no valor de 2.648.305 euros que será ainda objeto de validação por parte da Comissão de Parceria.

Nota 9. Clientes

Nota 9.1. Políticas contabilísticas

– Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a AgdA apenas detém ativos financeiros pelo custo.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, nomeadamente de crédito a clientes.

– Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

– Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o AgdA determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AgdA não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Rêditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AgdA valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AgdA apenas são detidos ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AgdA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AgdA no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

... Crédito abatido ao ativo (write-off)

A AgdA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AgdA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

... Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes e outros ativos correntes", a AgdA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AgdA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

... Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AgdA decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

... Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

Nota 9.2. Estimativas e julgamentos

– Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outras contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AgdA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras.



Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AgdA.

Conforme já referido, face à tipologia de clientes da AgdA para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na empresa serem considerados como um gasto aceite no desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AgdA.

Nota 9.3. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de Clientes é o seguinte:

CLIENTES		
	31.12.2023	31.12.2022
Clientes Não Correntes		
Clientes Municipais	303 708	0
Total em Clientes Não Correntes	303 708	0
Clientes Correntes		
Clientes Municipais	5 337 607	5 140 990
Clientes Grupo		4 494
Outros Clientes		0
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	900 123	955 055
Total em Clientes Correntes	6 237 730	6 100 538
TOTAL	6 541 438	6 100 538

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos corresponde à especialização da venda de água no mês de dezembro no montante de 583 mil euros, à especialização da prestação de serviços de saneamento no valor de 228 mil euros que compreende à tarifa do serviço de saneamento e ao ressarcimento das despesas de saneamento incorridas na AgdA no 4º trimestre de 2023 das ETAR ainda não licenciadas e que irão sofrer intervenções no âmbito do plano de investimentos no valor de 89 mil euros.

De acordo com os procedimentos em vigor na Empresa, a faturação das componentes variáveis de abastecimento de água e de saneamento referente ao mês de dezembro será efetuada no mês de janeiro de 2024 e o ressarcimento dos gastos do 4º trimestre de 2023 das ETAR ainda não licenciadas durante o mês de fevereiro de 2024.

O saldo corrente de Clientes apresenta o seguinte detalhe por vencimento de dívida em 31 de dezembro de 2023:

CLIENTES - TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO

	Por faturar	Vencido	Não Vencido	Acordo de Pagamento	Total
Clientes	900 123	2 563 278	2 635 925	442 112	6 541 438
TOTAL	900 123	2 563 278	2 635 925	442 112	6 541 438

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

CLIENTES – TOTAL DA DÍVIDA POR VENCIMENTO s/ ACORDO DE PAGAMENTO

	mais de 150 dias	60 a 150 dias	Até 60 dias	Total Vencido	Não Vencido	Total	Total Faturado 2023
Alcácer do Sal	0	0	0	0	0	0	1 569 954
Aljustrel	0	124 703	245 988	370 691	335 546	706 237	1 338 890
Almodôvar	0	0	99 148	99 148	88 907	188 054	538 606
Alvito	0	0	0	0	52 451	52 451	297 428
Arraiolos	0	0	0	0	0	0	568 554
AVT	0	0	0	0	0	0	261 507
Barrancos	0	0	0	0	9 992	9 992	182 470
Castro Verde	0	59 164	117 674	176 838	108 898	285 736	634 911
Cuba	0	0	49 538	49 538	77 783	127 321	494 616
EMAS	0	0	587 540	587 540	559 302	1 146 843	3 276 738
Grândola	0	45 183	220 324	265 508	205 979	471 486	1 336 973
Mértola	0	0	0	0	0	0	574 122
Montemor-o-Novo	0	-2 513	0	-2 513	12 863	10 350	908 972
Moura	0	0	224 302	224 302	260 998	485 300	1 548 038
Odemira	0	20 251	38 009	58 260	249 273	307 533	2 482 615
Ourique	60 753	0	35 712	96 465	67 136	163 601	387 316
Santiago do Cacém	4 188	0	13 971	18 160	191 275	209 434	1 794 904
Serpa	0	125 070	318 345	443 414	287 109	730 523	1 766 845
Vendas Novas	0	0	0	0	0	0	1 327 180
Viana do Alentejo	6 740	0	0	6 740	25 772	32 512	563 205
Vidigueira	169 186	0	0	169 186	102 644	271 830	634 667
TOTAL	240 868	371 858	1 950 552	2 563 278	2 635 925	5 199 203	22 488 510

Nota 10. Inventários

Nota 10.1. Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

Nota 10.2. Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

INVENTÁRIOS (SALDO ACUMULADO)		
	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias		0
Matérias-primas / Matérias-subsidiárias	103 506	108 147
Produtos acabados	0	0
TOTAL	103 506	108 147

O movimento ocorrido nos inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e o apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
TOTAL EM INVENTÁRIOS A 31 DE DEZEMBRO 2022	0	108 147	108 147
Compras	0	1 239 933	1 239 933
Regularização de Inventários	0	0	0
Custo das vendas/variação dos inventários	0	(1 244 574)	(1 244 574)
TOTAL EM INVENTÁRIOS A 31 DE DEZEMBRO 2023	0	103 506	103 506

As matérias-primas e matérias subsidiárias registadas em inventários correspondem aos reagentes químicos utilizados no processo de tratamento de águas para abastecimento e de tratamento de águas residuais.

Nota 11. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de estado e outros entes públicos é como segue:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
	31.12.2023	31.12.2022
IVA a receber	593 254	314 557
Outros	0	0
EOEP ATIVO	593 254	314 557
Retenções - IRS	42 926	45 824
Retenções - Segurança social	78 565	78 969
Outras Tributações - Outros	8 710	9 650
Outras Tributações - TRH	857 867	828 641
EOEP PASSIVO	988 068	963 084

Nota 12. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de outras contas a receber é como segue:

OUTROS ATIVOS CORRENTES		
	31.12.2023	31.12.2022
Devedores Diversos - Fundos Comunitários	4 949 875	3 888 981
Devedores Diversos - EDIA	1 117 336	1 080 144
Adiantamentos a fornecedores	764 631	795 775
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	2 332 690	728 691
Outros devedores	85 408	138 807
Outros devedores - Subscritores Capital	0	671 195
Acréscimos de Rendimentos	1 879 778	1 600 874
Gastos a Reconhecer	239 480	239 013
TOTAL	11 369 198	9 143 481

O valor registado em Devedores Diversos – Fundos Comunitários diz respeito aos pedidos de pagamento para reembolso de despesa de investimento executado e abrangidos pelos contratos de financiamento com o POSEUR.

Ainda na rubrica de devedores diversos encontra-se registado o valor da comparticipação da EDIA para a construção da ETA da Magra que será amortizado ao longo de 15 anos conforme previsto em protocolo celebrado entre as entidades.

Relativamente ao valor registado em adiantamentos efetuados a fornecedores, diz respeito ao adiantamento efetuado à Associação de Regantes do Roxo pela execução dos processos de injunção efetuados pela Autoridade Tributária enquanto órgão executivo. Prevê-se, no entanto, que o adiantamento seja regularizado com a celebração de um acordo entre as entidades, para a comparticipação das despesas de manutenção com a barragem do Roxo, à semelhança do acordo celebrado em 2020 com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado.

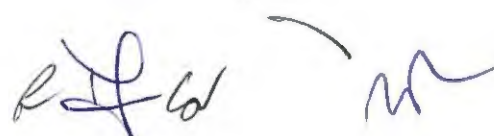
A rubrica de adiantamento a fornecedores de investimento, que corresponde ao adiantamento efetuado aos Municípios pela retribuição do património integrado no SPPIAALENTEJO, foi parcialmente amortizada em 2023 pelo pagamento da respetiva retribuição do ano. Encontra-se ainda registado o adiantamento efetuado para execução dos contratos de empreita de Remodelação da ETA da Magra, Construção da ETAR de Cuba e Sistema Intercetor de Ermidas.

O valor registado na rubrica de acréscimo de rendimentos respeita essencialmente à especialização dos juros de mora a debitar a clientes pelo atraso de pagamento de faturas conforme disposto no Contrato de Gestão e legislação aplicável, prevendo-se que esta faturação ocorra no primeiro semestre de 2024.

Nota 13. Caixa e seus equivalentes

Nota 13.1. Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Nota 13.2. Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

CAIXA E BANCOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Caixa	4 033	4 850
Depósitos à ordem	757 787	2 269 638
Depósitos a prazo	0	0
TOTAL	761 820	2 274 488

Nota 14. Capital próprio

Nota 14.1. Políticas contabilísticas

↳ Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

↳ Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

↳ Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Nota 14.2. Capital Social

O capital no montante de 11.332.560 euros é constituído por 2.266.512 ações de 5 euros cada e a 31 de dezembro de 2023, encontrando-se totalmente realizado.

CAPITAL SOCIAL					
	%	Capital subscrito 31.12.2023	Capital realizado 31.12.2023	Capital subscrito 31.12.2022	Capital realizado 31.12.2022
AdP - Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51%	5 761 415	5 761 415	5 315 630	5 315 630
AMGAP - Associação de Municípios para Gestão de Água Pública do Alentejo	49%	5 571 145	5 571 145	5 107 165	4 435 970
TOTAL	100%	11 332 560	11 332 560	10 422 795	9 751 600

Nota 14.3. Variações de Capital

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as variações das rubricas de capital são as seguintes:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO						
	Capital social	Reserva legal	Reservas Livres	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	10 422 795	142 067	0	1 580 096	618 199	12 763 158
Realização de Capital	909 765	0	0	0	0	909 765
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	0	30 910	587 289	0	(618 199)	0
Aplicação dos Resultados transitados	0	0	1 580 096	(1 580 096)	0	0
Distribuição de Dividendos	0	0	0	0	0	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	738 996	738 996
SALDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023	11 332 560	172 977	2 167 386	0	738 996	14 411 919

Nota 14.4. Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o resultado líquido por ação é o seguinte:

RESULTADO POR AÇÃO		
	31.12.2023	31.12.2022
Resultado Líquido	738 996	618 199
Número médio de ações (5,00 Eur/cada)	2 266 512	2 084 559
Resultado por Ação	0,33	0,30





Nota 14.5 Reservas e outros ajustamentos

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

RESERVAS		
	31.12.2023	31.12.2022
Reservas legais	172 977	142 067
Reservas livres	2 167 386	0
TOTAL	2 340 363	142 067

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no Capital próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Nota 15. Acréscimo de gastos de investimento contratual

Nota 15.1. Políticas contabilísticas

Esta rubrica respeita aos acréscimos de gastos de investimentos contratuais por realizar. O reconhecimento destes acréscimos de gastos (amortizações) permite uma estabilização da tarifa, balanceando, durante o prazo da parceria, os rendimentos (tarifas) e os gastos (incorridos e a incorrer). Considerou-se em investimento contratual o valor de 252 milhões de euros a que corresponde o investimento total de Abastecimento de Água e de Saneamento previsto em Aditamento ao Contrato de Gestão.

O valor desta rubrica corresponde ao valor das amortizações acumuladas de investimento previsto na parceria ainda não realizado à taxa de amortização calculada em cada ano pelo método da soma das unidades de produção.

Nota 15.2. Detalhe e movimento

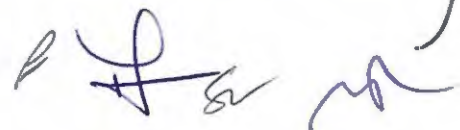
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe e movimento do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL				
	31.12.2022	Aumento	Diminuições	31.12.2023
Acréscimos de gastos de investimento contratual	6 598 667	1 716 510	(2 678 625)	5 636 553
TOTAL	6 598 667	1 716 510	(2 678 625)	5 636 553

Nota 16. Subsídios ao investimento

Nota 16.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AgdA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento

relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Nota 16.2 Detalhe e Movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO					
	31.12.2022	Pedidos de Pagamento	Integração	Reconhecimento de Proveitos	31.12.2023
Candidaturas - POVT - AA	16 449 554	0	0	548 513	15 901 041
Candidaturas - POVT - AR	14 693 716	0	0	444 908	14 248 808
Candidaturas - POSEUR - AA	43 933 280	1 276 895	0	1 618 081	43 592 094
Candidaturas - POSEUR - AR	11 286 875	(729 629)	0	923 537	9 633 709
Candidaturas - COMPETE - AA	(54 260)	681 406	0	22 098	605 048
Candidaturas - COMPETE - AR	0	2 077 814	0	54 451	2 023 363
Candidaturas - Outros Subsídios - EDIA	865 119	0	0	28 927	836 192
Subtotal	87 174 285	3 306 486	0	3 640 515	86 840 256
Reconhecimento da Integração Barragem do Enxoé	4 003 276	0	0	133 859	3 869 417
TOTAL	91 177 561	3 306 486	0	3 774 374	90 709 674

Em 2023 foi reconhecido em subsídios ao investimento os pedidos de pagamento das despesas efetuadas no âmbito dos contratos de financiamento do POSEUR e COMPETE. Pelo direito ao subsídio, a empresa reconhece em rendimentos, a percentagem do subsídio correspondente às unidades produzidas no exercício comparativamente com a soma das unidades de produção previstas até ao final da parceria.

Assim, em 2023 foi reconhecido o direito ao subsídio através de pedidos de pagamento efetuados no montante de 3,306 milhões de euros. Foi ainda reconhecido em rendimento o montante de 3,641 milhões de euros que correspondem à quota-parte do subsídio. Encontra-se por reconhecer em rendimentos relativos a subsídios o montante de 86,840 milhões de euros.

Pela assinatura do contrato de captação na barragem do Enxoé, uma vez que a AgdA é o único utilizador da albufeira, conforme definido no contrato, em 2021 foi efetuada a integração em ativo do valor estimado pela barragem. Como contrapartida foi constituído um passivo de igual valor que será reconhecido em rendimento na mesma proporção da amortização uma vez que não será feito qualquer pagamento pela respetiva utilização. Desta forma, em 2023 foi registado o reconhecido um rendimento de 134 mil euros, permanecendo por reconhecer o valor de 3,869 milhões de euros que se equipará ao valor do ativo líquido.

Nota 17. Empréstimos

Nota 17.1. Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Fornecedores e Outros passivos não correntes" e "Fornecedores". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AgdA apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

↳ Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e acionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AgdA liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Nota 17.2. Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe dos empréstimos obtidos é o seguinte:

EMPRÉSTIMOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos bancários BEI	40 000 000	40 000 000
Empréstimos - Empresa-mãe	26 590 909	17 045 455
Empréstimos Não correntes	66 590 909	57 045 455
Empréstimos - Empresa-mãe	454 545	754 545
Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	459 270	435 207
Empréstimos Correntes	913 815	1 189 752
TOTAL	67 504 725	58 235 207

➤ Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é o seguinte:

EMPRÉSTIMOS	31.12.2023			31.12.2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	57 045 455	1 189 752	58 235 207	55 300 000	611 132	55 911 132
Reclassificação de não corrente para corrente	(454 545)	454 545	0	(454 545)	454 545	0
Obtenção de empréstimos	11 000 000	0	11 000 000	22 200 000	300 000	22 500 000
Reembolso de capital de empréstimos	(1 000 000)	(754 545)	(1 754 545)	(20 000 000)	(454 546)	(20 454 546)
Varição nos descobertos bancários	0	0	0	0	0	0
Varição na especialização de juros nominais	0	24 063	24 063	0	278 621	278 621
Saldo final	66 590 909	913 815	67 504 725	57 045 455	1 189 752	58 235 207

Não existiram outras variações nos empréstimos tais como variação de justo valor ou alterações.

➤ Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

MATURIDADE DOS EMPRÉSTIMOS	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 ano	913 815	1 189 752
De 1 a 2 anos	26 099 707	15 454 545
De 2 a 3 anos	1 744 868	1 099 707
De 3 a 4 anos	2 390 029	1 744 868
De 4 a 5 anos	2 807 918	2 390 029
Superior a 5 anos	33 548 387	36 356 305
TOTAL	67 504 725	58 235 207

➤ Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de juro variável		
Até 1 anos	913 815	1 189 752
De 1 a 2 anos	25 454 545	15 454 545
De 2 a 3 anos	454 545	454 545
Superior a 3 anos	681 818	1 136 365
Subtotal	27 504 725	18 235 207
Taxa de juro fixa		

EMPRÉSTIMOS POR TIPO DE TAXA DE JURO

	31.12.2023	31.12.2022
Até 1 anos	0	0
De 1 a 2 anos	645 161	0
De 2 a 3 anos	1 290 323	645 161
Superior a 3 anos	38 064 516	39 354 839
Subtotal	40 000 000	40 000 000
TOTAL	67 504 725	58 235 207

☞ Empréstimos contratados e não utilizados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos contratados e não utilizados são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS NÃO UTILIZADAS

	31.12.2023	31.12.2022
Expira num ano (taxa variável)	9 000 000	8 700 000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	10 000 000	20 000 000
TOTAL	19 000 000	28 700 000

☞ Linhas de crédito contratadas por tipo de aval

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos contratados por tipo de aval são os seguintes:

LINHAS DE CRÉDITO CONTRATADAS POR TIPO DE AVAL

Entidade	Tipo de Financiamento	Valor	Garantia/Aval
Caixa Geral de Depósitos	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
Millennium BCP	Descoberto Bancários	2 000 000	Aval AdP
BEI	Financiamento MLP	40 000 000	Aval AdP
TOTAL		44 000 000	

Decorrente do Decreto-Lei n.º 133/2013, a AgdA tem vindo a financiar-se essencialmente com financiamento BEI, uma última recebida em dezembro de 2022 no valor de 20 milhões de euros, com suprimentos da AdP SGPS e com linhas de financiamento de curto prazo igualmente contratadas com a AdP SGPS e banca comercial através de contratos grupados. Consciente de que o endividamento foi contraído para suprir necessidades de tesouraria da atividade de investimento, cuja recuperação económica será através da tarifa, o contrato de suprimentos celebrado com a AdP SGPS é amortizável em Médio e Longo Prazo permitindo desta forma criar um equilíbrio financeiro entre o passivo e o ativo de curto prazo.

Referir ainda que são mantidas algumas linhas contratadas, nomeadamente com a Caixa Geral de Depósitos e Banco Comercial Português que, apesar de não se encontrarem utilizados a 31 de dezembro de 2023, permitem uma gestão corrente da empresa. De referir ainda que a AgdA minimiza as disponibilidades financeiras com a amortizações das contas correntes de curto prazo.

Nota 18. Fornecedores e outros passivos

Nota 18.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AgdA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Nota 18.2. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de fornecedores e outros passivos é o seguinte:

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores e outros passivos não Correntes		
Fornecedores de investimentos (Retribuição Património)	726 313	1 440 485
Total em Fornecedores e outros passivos Não Correntes	726 313	1 440 485
Fornecedores e outros passivos Correntes		
Fornecedores gerais	1 479 868	1 574 175
Fornecedoras empresas do Grupo	1 106 922	72 565
Fornecedoras faturas em receção e conferência	1 032 557	1 056 599
Fornecedores de investimentos	1 755 663	2 194 528
Acréscimos Gastos-Férias e Subs. de Férias (ano n+1)	563 438	522 955
Pessoal - Out Oper./Pessoal-Desc.Judiciais	176	217
Sindicatos	166	182
Credores Acréscimos Gastos-Seguros	5 936	11 556
Acréscimos Gastos-Eletricidade	324 450	244 409
Acréscimos Gastos-Outros	2 862 513	2 982 728
Acréscimos Gastos-Juros Encargos Liquidar	0	0
Cauções Fornecedores	0	0
Outras Regularizações - Locação	6 367	10 423
Outros Credores Diversos	814 357	0
Outros Diferimentos	0	0
Total em Fornecedores e outros passivos Correntes	9 952 413	8 670 339
TOTAL	10 678 726	10 110 824

A rubrica de outros acréscimos de gastos diz respeito ao reconhecimento de gastos incorridos com a atividade até 31.12.2023 que ainda não foram faturados pelas respetivas entidades, prevendo-se que venha a ocorrer durante 2024. Neste contexto, assume maior expressão de necessidade de detalhe o valor registado em Acréscimos Gastos-Outros que diz respeito à comparticipação nos encargos com a manutenção e operação da albufeira do Roxo, aos serviços partilhados e não faturados por empresas do Grupo AdP e ainda em outros, respetivamente nos com os seguintes montantes: 1,454 M€, 1,020 M€ e 0,388M€.

Nota 19. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA						
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2023	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos / Passivos financeiros ao justo valor	Total da demonstração da posição financeira a 31.12.2022
Cientes Correntes	6 237 730	0	6 237 730	6 100 538	0	6 100 538
Outros ativos correntes	11 672 906	0	11 672 906	9 143 481	0	9 143 481
Caixa e seus equivalentes	761 820	0	761 820	2 274 488	0	2 274 488
TOTAL DO ATIVO	18 672 456	0	18 672 456	17 518 507	0	17 518 507
Empréstimos Não Correntes	66 590 909	0	66 590 909	57 045 455	0	57 045 455
Empréstimos correntes	913 815	0	913 815	1 189 752	0	1 189 752
Fornecedores	10 678 726	0	10 678 726	10 110 824	0	10 110 824
TOTAL DO PASSIVO	78 183 450	0	78 183 450	68 346 031	0	68 346 031

Nota 20. Rédito de contratos com clientes

Nota 20.1. Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AgdA. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AgdA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AgdA, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

➤ Prestação de serviços

O rédito é reconhecido com base nos volumes recolhidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

➤ Venda de bens

O rédito é reconhecido com base nos volumes fornecidos e a população e alojamentos potencialmente servidos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre cada componente da tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados e a população e alojamentos potencialmente servidos.

➤ Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.6.

➤ Desvios de recuperação de gastos

Ver política contabilística descrita na nota 2.4.5.

Nota 20.2. Detalhe e movimento

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresenta o seguinte detalhe:

VOLUME DE NEGÓCIOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Vendas	14 049 670	13 506 873
Prestações de Serviços	6 105 836	5 800 257
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	14 532 808	10 465 511
Desvios de recuperação de Gastos (Défice)	2 648 305	(727 301)
TOTAL	37 336 619	29 045 340

Em 2023 verificou-se um aumento de 4% do valor registado em vendas justificado pelo aumento de volumes fornecidos. Este aumento permitiu acomodar a redução da atualização da tarifa, em julho de 2023, uma vez que a atualização desta pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) se cifrou em -0,7352%.

No que respeita a prestação de serviços, em 2023 começou-se a praticar a tarifa de saneamento de águas residuais à ETAR de Sabóia e ETAR de Campo Redondo pelo que, a variação respeita ao aumento da população/alojamentos servidos e aos volumes tratados. É de referir que a tarifa de saneamento foi igualmente atualizada em julho de 2023 pelo IPF em -0,7352%.

Para as restantes infraestruturas, que ainda não foi praticada a tarifa contratual e que serão objeto de intervenção no âmbito do plano de investimentos da AgdA, em 2023 manteve-se o ressarcimento dos gastos suportados com a operação e manutenção das infraestruturas, sendo o rédito deste reconhecido na rubrica de outros rendimentos e ganhos operacionais.

Na sequência do disposto no Contrato de Gestão, a AgdA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como a diferença entre o valor de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o valor de rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2023 a empresa gerou um défice tarifário de 2,648 milhões de euros parcialmente justificado pelo forte aumento de gastos com energia, que representou um aumento em FSE no valor de 2 milhões de euros, pelo reconhecimento de uma estimativa de encargos por processos de contencioso, no valor de 264 mil euros, correspondendo o remanescente ao facto de se considerar que os caudais de saneamento faturados estão abaixo dos efetivamente tratados, pelo que haverá necessidade de aumentar os volumes faturados em 2024. Referir que relativamente a esta matéria, por deliberação da Comissão de Parceria, em 2024 os volumes de saneamento corresponderão a 64% dos volumes fornecidos em "Alta" à mesma população abrangida, em vez dos atuais 54%.

O rédito de serviços de construção diz respeito ao serviço prestado aos parceiros pela conceção e construção de infraestruturas encontrando-se plasmado na análise a plena fase de investimento em que a AgdA se encontra tendo executado em 2023 o montante de 14,533 milhões de euros. O referido montante é anulado na Demonstração de Resultados na rubrica de gastos de construção em ativos concessionados, conforme se poderá observar na nota 2.4.6.

☞ Vendas e prestações de serviços por tipo de clientes

VOLUME DE NEGÓCIOS POR TIPO DE CLIENTE

	Empresa Mãe	Associadas	Municípios	Total
Vendas	0	244 661	13 805 009	14 049 670
Prestações de Serviços	0		6 105 836	6 105 836
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0		14 532 808	14 532 808
Desvios de recuperação de Gastos	0		2 648 305	2 648 305
TOTAL	0	244 661	37 091 958	37 336 619

☞ Vendas e prestações de serviços por mercado

VOLUME DE NEGÓCIOS POR MERCADO

	Nacional	Internacional	Total
Vendas	14 049 670	0	14 049 670
Prestações de Serviços	6 105 836	0	6 105 836
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	14 532 808	0	14 532 808
Desvios de recuperação de Gastos	2 648 305	0	2 648 305
TOTAL	37 336 619	0	37 336 619

» Vendas e prestações de serviços por área de negócios

VOLUME DE NEGÓCIOS POR ÁREA DE NEGÓCIO

	Produção	Saneamento	Serviços	Desvios de Recuperação de Gastos	Total
Vendas	14 049 670	0	0	0	14 049 670
Prestações de Serviços	0	6 105 836	0	0	6 105 836
Rend. de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	0	0	14 532 808	0	14 532 808
Desvios de recuperação de Gastos	0	0	0	2 648 305	2 648 305
TOTAL	14 049 670	6 105 836	14 532 808	2 648 305	37 336 619

Nota 21. Gastos das vendas / variação de inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

GASTO DAS VENDAS/VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS

	31.12.2023	31.12.2022
Matérias-primas (Aquisição de Água bruta)	624 676	600 496
Matérias Subsidiárias (Reagentes)	619 899	507 397
Subtotal	1 244 574	1 107 892
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	14 532 808	10 465 511
Subtotal	14 532 808	10 465 511
TOTAL	15 777 383	11 573 403

Os gastos com vendas compreendem o custo suportado com a aquisição de água bruta e matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo para garantia de qualidade de água para consumo humano e tratamento de água residual para rejeição no meio efluente.

Nota 22. Fornecimentos e serviços externos

Nota 22.1. Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

Nota 22.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS		
	31.12.2023	31.12.2022
Subcontratos	1 721 803	1 615 499
Trabalhos Especializados	3 316 083	3 265 208
Materiais	41 068	92 430
Energia e Fluidos	4 237 750	2 132 262
Deslocações, Estadas e Transportes	181 814	195 640
Serviços Diversos	881 642	862 404
Fee's de Gestão	453 499	434 410
SubTotal	10 833 658	8 597 855
FSE capitalizados	(110 112)	(231 483)
TOTAL	10 723 547	8 366 372

Contrariamente ao verificado em 2022, o contexto Geopolítico internacional, levou a que em 2023 o gasto registado com energia aumentasse significativamente, cerca de 2 milhões de euros em atividade comparável, resultando deste facto um aumento significativo dos FSE.

As rubricas de Subcontrato mantem igualmente um crescimento que resulta da necessidade de atualização de preços por equilíbrio do contrato em vigor pela alteração da Remuneração Mínima Garantida.

Nota 23. Gastos com pessoal

Nota 23.1. Detalhe

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

GASTOS COM PESSOAL		
	31.12.2023	31.12.2022
Remunerações Órgãos Sociais	178 581	180 307
Remunerações Pessoal	3 403 324	3 244 151
Indemnizações	(1 899)	0
Pensões	2 366	0
Encargos sociais sobre remunerações	797 379	751 063
Gastos de Ação Social	21 403	26 000
Outros custos com pessoal	355 258	320 795
Subtotal	4 756 411	4 522 315
Capitalização custos c/ Pessoal	(301 853)	(366 217)
TOTAL	4 454 558	4 156 099

Nota 23.2. Variação do Quadro de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o quadro de pessoal tem a seguinte composição:

QUADRO DE PESSOAL		
Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2023	31.12.2022
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	155	153
TOTAL	164	162
Número de colaboradores a 31 de dezembro	31.12.2023	31.12.2022
Órgãos sociais	9	9
Trabalhadores efetivos e outros	155	157
TOTAL	164	166

A rubrica de Gastos com o Pessoal representa um aumento do número médio de trabalhadores em resultado da contratação de novos trabalhadores previstos nos Planos de Atividades e Orçamento (PAO) de 2022 uma vez que apesar de aprovado o PAO 2023, em outubro de 2023, não foi possível concretizar as contratações previstas ainda em 2023.

Comparativamente com o exercício de 2022, é ainda observado um aumento do encargo relativo às medidas de progressão previstas em Acordo Coletivo de Trabalho, e ainda das valorizações previstas no compromisso de valorização dos trabalhadores do grupo AdP com a valorização de 3%, e com o valor mínimo de 52 euros.

De referir que apesar de a AgdA substituir os trabalhadores que saem da empresa por dispor dos Planos de Atividades e Orçamento aprovados, em 2022 ficaram por substituir/contratar 7 trabalhadores, situação que se prevê ser regularizada no início de 2024.

Nota 24. Amortizações e depreciações do exercício

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as amortizações e depreciações do exercício têm o seguinte detalhe:

DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO		
	31.12.2023	31.12.2022
Amortizações de ativos intangíveis	6 068 735	5 132 417
Amortizações de ativos sob direito de uso	153 114	148 781
Acréscimos de custos do investimento contratual	1 716 510	2 238 689
TOTAL	7 938 359	7 519 888

As depreciações, amortizações e reversões do exercício são registadas de acordo com o peso da soma das unidades produzidas nas unidades previstas em EVEF.

Para base deste cálculo foi considerado todo o investimento previsto em aditamento ao contrato de gestão acrescido do Património Integrado e dos ativos adquiridos diretamente para rubricas de Ativo Intangível, deduzido das amortizações acumuladas. Em resultado do exposto, as amortizações do exercício tiveram como base de cálculo um investimento total líquido de abastecimento de água de 154,397 milhões de euros a uma taxa de depleção de 3,3437%, e um investimento total

líquido de saneamento de 98.144 euros a uma taxa de amortização de 3,0186%. Acresce a este valor as amortizações do património integrado de abastecimento de água e de saneamento de 475.171 euros e 271.608 euros.

De referir que a variação dos montantes entre exercícios está relacionada com a variação de caudal verificado em 2023 nas atividades de abastecimento e saneamento.

Foram ainda registadas as amortizações dos ativos sob o direito de uso, conforme previsto na IFRS 16, no valor de 153 mil euros. Conforme anteriormente referido, pela integração da barragem do Enxoé, foram reconhecidas em amortizações o valor de 133,859 mil euros que são anulados pelo reconhecimento do rendimento de igual valor em subsídios ao investimento.

Nota 25 Subsídios ao Investimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os subsídios ao investimento do exercício têm o seguinte detalhe:

RECONHECIMENTO DE SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO		
	31.12.2023	31.12.2022
Rec. do Subsídio da Candidatura POVt - AA	548 513	521 658
Rec. do Subsídio da Candidatura POVt - AR	444 908	411 019
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR - AA	1 618 081	1 538 860
Rec. do Subsídio da Candidatura POSEUR - AR	923 537	849 234
Rec. do Subsídio da Candidatura COMPETE - AA	22 098	
Rec. do Subsídio da Candidatura COMPETE - AR	54 451	54 260
Rec. do Subsídio da Candidatura Outros Subsídios (EDIA)	28 927	27 511
Reconhecimento da Integração Barragem do Enxoé	133 859	127 305
TOTAL	3 774 374	3 529 847

Para base de cálculo do reconhecimento do subsídio no exercício foi considerada a comparticipação efetivamente verificada no âmbito dos contratos com o POVt e no que diz respeito ao POSEUR, foi considerada a taxa de comparticipação comunitária contratualizada. Para o restante investimento contratual programado que não se encontra atualmente abrangido por programa de apoio comunitário, foi considerada a taxa de média de comparticipação prevista em EVEF, ou seja, 70% com o limite máximo de subsídio previsto em EVEF em vigor.

Nota 26. Outros gastos e perdas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS		
	31.12.2023	31.12.2022
Impostos	81 040	93 302
Multas e Penalidades	265 540	13 122
Donativos	1 700	5 614
Quotizações	6 280	5 980
Indemnizações	3 405	0
Correções de Exercícios Anteriores	152	0

OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Garantias	27 284	0
Perdas Locações Antecipadas	38 846	0
Teletrabalho	6 143	0
Outros gastos operacionais	107	(1 256)
TOTAL	430 497	116 763

Nota 27. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

	31.12.2023	31.12.2022
Rendimentos suplementares (Saneamento)	305 727	561 072
Outros Rendimentos e Ganhos	88 953	2 268
TOTAL	394 680	563 340

Conforme referido na nota 20, a AgdA assume a responsabilidade pela atividade de saneamento em substituição dos Municípios nas infraestruturas que serão alvo de intervenção programada no âmbito do plano de investimentos da empresa.

Em consequência do acima referido, os gastos suportados pela AgdA no exercício desta atividade, uma vez que nestas infraestruturas não é aplicada a tarifa do respetivo serviço, são debitados aos municípios, sendo os gastos mensurados de acordo com a natureza e os proveitos em outros rendimentos.

Em resultado, foi registado em Outros Rendimentos Operacionais pela atividade de saneamento nas referidas infraestruturas, o valor de 305.727 euros.

Nota 28. Gastos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

GASTOS FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Juros suportados	1 874 705	934 202
Juros Locação Financeira (Património)	33 923	43 989
Juros Locação Financeira (Outros)	7 600	4 250
Comissões bancárias	163 739	87 465
Outros gastos financeiros	2 537	30 337
Sub total	2 082 505	1 100 244
Gastos financeiros capitalizados	(473 471)	(216 974)
TOTAL	1 609 034	883 270

↳ Taxa média de financiamento

Em 2023 os gastos financeiros suportados aumentaram comparativamente com períodos homólogos justificado pelo aumento da média de endividamento ao longo dos meses bem como do aumento das taxas de financiamento. Importa referir que o contexto Geopolítico em 2023 levou a um aumento significativo das taxas de referência, nomeadamente a Euribor, levando a que a taxa média de financiamento aumentasse comparativamente com períodos homólogos, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

TAXA MÉDIA DE FINANCIAMENTO					
Anos	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	1 800 655	883 270	705 347	887 979	952 634
Taxa Média de Financiamento (%)	2,96%	1,55%	1,30%	1,60%	1,71%

Contribui para este aumento a contratualização junto do BEI, em dezembro de 2022, de mais 20M€ em substituição de linhas de apoio de tesouraria da AdP que permitiram a estabilização de uma taxa de juro fixa para os próximos 25 anos a 3,251%

A AgdA reconhece ainda em juros a atualização financeira da dívida de capital pela retribuição aos municípios das infraestruturas integradas no SPPIAALENTEJO e o reconhecimento de locações financeiras relativas a viaturas e licenciamento Microsoft.

Nota 29. Rendimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

RENDIMENTOS FINANCEIROS		
	31.12.2023	31.12.2022
Juros de Mora	288 471	173 351
Juros Financeiros	16 154	113 102
Outros Juros	37 193	0
TOTAL	341 817	286 453

Os Rendimentos Financeiros correspondem ao reconhecimento de juros pela mora de pagamento de clientes após os 60 dias da emissão das faturas.

É ainda de destacar o reconhecimento de juros financeiros pelo financiamento à EDIA para a comparticipação da construção da ETA da Magra conforme protocolo estabelecido entre as entidades.

Nota 30. Imposto sobre o rendimento

Nota 30.1. Políticas contabilísticas

– Imposto sobre o rendimento

A AgdA, enquanto entidade com sede em Portugal encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na matéria coletável e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,35% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

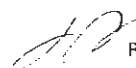
O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AgdA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AgdA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

– Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.



São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos, exceto quando a AgdA seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Nota 30.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imposto do exercício a pagar apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO DO EXERCÍCIO - IMPOSTO CORRENTE		
	31.12.2023	31.12.2022
Estimativa de imposto a pagar	49 263	567 876
Pagamento Especial por Conta	(43 239)	0
Pagamento por Conta	(314 516)	(495 645)
Retenção de Capitais	0	0
Passivo - Total do Imposto a Pagar	0	72 231
Ativo - Total do Imposto a Receber ano n	308 492	0
Ativo - Total do Imposto a Receber ano n-1	0	9 410
TOTAL	308 492	(62 820)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a carga fiscal registada apresenta o seguinte detalhe:

IMPOSTO DO EXERCÍCIO			
	Taxa	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Tributável		0	2 364 170
Prejuízos fiscais		1 272 931	0
Matéria Coletável		0	2 364 170
Imposto a pagar	21,00%	0	496 476
Derrama	1,35%	0	31 916
Derrama estadual	3,00%	0	25 925
Tributação Autónoma		49 263	13 559
IRC estimado no exercício		0	0
Provisão para imposto		0	0
Total do Imposto Corrente		49 263	567 876
Imposto Diferido		125 855	(376 890)
Total do Imposto Diferido		125 855	(376 890)
TOTAL		175 117	190 986

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

RECONCILIAÇÃO ENTRE TAXA NORMAL E TAXA EFETIVA DE IMPOSTO		
	31.12.2023	31.12.2022
Resultado antes de Imposto	914 114	809 185
A acrescentar		
Amortizações de Investimento realizado não aceites fiscalmente	2 421 542	2 858 353
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações	265 540	13 122
Indeminizações por eventos seguráveis	3 405	0
Insuficiência de estimativas de imposto	152	0
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Superavit)	0	727 301
A acrescentar	2 690 639	3 598 777
A deduzir		
Proveitos de reconhecimento de subsídios QREN não aceites fiscalmente	1 532 388	1 899 344
Outros Proveitos Não Aceites Fiscalmente (Desvios de recuperação de gastos - Défice tarifário)	2 648 305	0
Benefícios fiscais	696 991	144 447
A deduzir	4 877 684	2 043 791
Lucro Tributável do ano n	0	2 364 170
Prejuízos do ano n	(1 272 931)	0
Dedução de prejuízos fiscais anos anteriores	0	0
Matéria Coletável	(1 272 931)	2 364 170
Imposto à taxa de 21%	0	496 476
Derrama à taxa de 1,35%	0	31 916
Derrama estadual (art 87.º - A) 3% se lucro tributável > 1.500.000	0	25 925
Tributação Autónoma	49 263	13 559
Pagamento por Conta	(357 755)	(495 645)
Passivo - Total do Imposto a Pagar	0	72 230
Ativo - Total do Imposto a Receber	(308 492)	0
Imposto do exercício	(49 263)	(567 876)
Imposto diferido	(125 855)	376 890
Total de Imposto	(175 117)	(190 986)
Taxa efetiva de imposto	19,16%	23,60%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e o movimento ocorrido nos exercícios findos naquelas datas é a seguinte:

IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS					
	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%
Prejuízos	0	0	1 272 931	0	1 272 931
Outros	0	0	0	0	0
Amortizações não aceites / investimento contratual não realizado	20 184 304	0	2 421 542	0	22 605 846
Reconhecimento da IFRS 16	0	0	0	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos Passivos	790 232	0	0	(790 232)	0
Base de incidência	20 974 537	0	3 694 473	(790 232)	23 878 778
IRC	4 404 653	0	775 839	(165 949)	5 346 441
Derrama	283 156	0	32 691	(10 668)	326 515
TOTAL	4 687 809	0	808 530	(176 617)	5 319 722

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	Saldo Inicial	Correções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21%	21%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%	1,35%
Outros					
Amortizações/subsídios - inv. contratual não realizado	14 739 728	0	1 532 388	0	16 272 116
Reconhecimento da IFRS 16	0	0	0	0	0
Desvio de Recuperação de Gastos Passivos	0	0	1 858 072	0	1 858 072
Base de incidência	14 739 728	0	3 390 460	0	18 130 189
IRC	3 095 343	0	711 997	0	3 807 340
Derrama	198 986	0	45 771	0	244 758
TOTAL	3 294 329	0	757 768	0	4 052 097

Nota 31. Saldos e transações com partes relacionadas

Nota 31.1. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as partes relacionadas da AgdA são as seguintes:

- Acionistas (AdP, SGPS, S.A. e AMGAP)
- Empresas do Grupo AdP

Nota 31.2. Saldos e transações com partes relacionadas

TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Entidade	2023				2022			
	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos	Ativo	Passivo	DR Rendimentos	DR Gastos
AdP SGPS, S.A.	0	27 495 866	149	1 593 223	1 500	18 414 261	0	1 308 449
AMGAP - Ass. Mun. Gest. Águas Públicas do Alentejo	0	0	0	0	0	144 803	0	144 803
AdP Valor, S.A.	0	220 857	0	37 566	0	160 891	0	74 253
AdP Energias, S.A.	0	6 978	0	24 929	0	10 094	0	24 094
AdA - Águas do Algarve, S.A.	148	917 311	149	456 122	0	290 254	0	416 060
Simarsul, S.A.	0	0	149	0	0	149	0	149
AdSA - Águas de Santo André, S.A.	5 130	704 787	0	188 594	5 130	540 207	0	183 406
Simdouro, S.A.	0	297	594	743	0	0	149	0
Águas da Região de Aveiro, S.A.	0	4 515	0	4 515	0	0	0	0
Águas do Centro Litoral, S.A.	0	0	446	149	0	0	0	0
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	0	0	446	594	0	0	0	0
Águas do Douro e Paiva, S.A.	0	0	149	149	0	0	0	0
Águas do Norte, S.A.	0	0	149	149	0	0	149	0
EPAL, S.A.	0	16 297	0	16 297	0	11 200	0	48 820
AdVT - Águas de Vale do Tejo, S.A.	17 096	43 625	244 661	0	17 857	62 771	213 865	0
TOTAL	22 374	29 410 533	246 888	2 323 029	24 487	19 634 630	214 162	2 200 034

Nota 32. Compromissos

A empresa tem assumido os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração da posição financeira apresentada:

a) Contrato de Gestão

Consideram-se como compromissos assumidos os investimentos previstos em aditamento ao contrato de gestão no primeiro e segundo períodos tarifários, no montante de 252,541 milhões de euros. Do investimento previsto realizar a 31 de dezembro de 2023 já se encontravam realizados cerca de 186 milhões de euros.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, a 31 de dezembro de 2023 existiam um conjunto de contratos em vigor, conforme consta do quadro seguinte:

COMPROMISSOS ASSUMIDOS			
Entidade	Ano	Valor Adjudicado	Designação
A2O - ÁGUA, AMBIENTE E ORGANIZAÇÃO, LDA	01/02/2023	25 740,00	Adicional ao contrato 16/AgdA/2023 - Aquisição de Licenças e Suporte para plataforma de Gestão Operacional
MIL - MENDES & IRMÃO S.A.	07/12/2023	48 510,00	Aquisição de bombas de recirculação e recuperação de água e material de canalização diverso
CONSÓRCIO DST/DTE	31/08/2022	15 116,14	"Empreitada de Conceção e Construção da ETAR da Comporta - 1.º Adicional"
RIPÓRTICO ENGENHARIA	01/09/2022	23 223,00	1.º adicional - Prestação de Serviços de Fiscalização, Gestão de Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra, Coordenação de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico da Empreitada de Conceção Construção do Sistema Elevatório e ETAR de São Teotónio
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	16/10/2023	50 000,00	Acondicionamento, recolha e deposição de Lamas de ETA, Areias e Gradados de ETAR do SPPIAA
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA	18/06/2020	121 966,08	Aluguer Operacional de Veículos e Serviços Associados para a AgdA - Lote AQ59
LEASE PLAN PORTUGAL, LDA	10/11/2021	22 121,28	Aluguer Operacional de Veículos Operacionais e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 10 - Comercial Ligeiro - Pick-up 4x2 e cabine extra
HT - INTERNATIONAL WATER TECHNOLOGY CONTROL, S.A.	17/07/2023	50 000,00	doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção Lote 1
ALBOMBAS - SOCIEDADE DE BOMBAS DO SUL, LDA	22/12/2022	101 914,42	doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção Lote 1 - Bombas e kits de manutenção para bombas doseadoras Grundfos
KLINGER PORTUGAL, LDA	05/06/2023	13 500,00	doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção Lote 2
HT - INTERNATIONAL WATER TECHNOLOGY CONTROL, S.A.	17/07/2023	10 000,00	doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção Lote 3
ALBOMBAS - SOCIEDADE DE BOMBAS DO SUL, LDA	05/04/2023	7 090,05	doseadoras, tubagens e kits de reparação e manutenção Lote 3
EVCE POWER, LDA	07/11/2022	4 456,12	Energia Elétrica para Carregamento de Veículos Elétricos da Frota do Grupo AdP em Postos de Abastecimento Públicos em Portugal Continental
INFORMANTEM - INFORMÁTICA E MANUTENÇÃO, S.A. /// MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÉDIA, S.A.	08/02/2021	19 053,80	Equipamento Informático para as empresas do Grupo Águas de Portugal
HACH LANGE - CONTROLE E ANÁLISE DE ÁGUAS, UNIPessoal, LDA	20/12/2022	17 346,42	Equipamentos de Laboratório e Peças de Desgaste - Lote 2 - Peças de desgaste
HACH LANGE - CONTROLE E ANÁLISE DE ÁGUAS, UNIPessoal, LDA	20/12/2022	22 632,06	Equipamentos de Laboratório e Peças de desgaste - Lote 1 - Equipamentos Laboratório
BASEDOIS - INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA	29/08/2022	1 950,00	Equipamentos Informáticos para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Lotes 1/2/6 2022_002CP
PAMAFE - INFORMÁTICA, LDA	29/08/2022	24 285,65	Equipamentos Informáticos para as empresas do Grupo Águas de Portugal - Lotes 3/4/5 2022_002CP
A2O - ÁGUA, AMBIENTE E ORGANIZAÇÃO, LDA	24/03/2021	122 250,00	licenças e suporte para plataforma de Gestão Operacional
VILABO - VIDROS DE LABORATÓRIO, Lda	07/02/2022	2 306,86	Material Plástico, Vidros e Filtros para análise de águas pelas empresas do Grupo AdP
LABINOX EQUIPAMENTOS ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LDA	29/11/2021	21 470,83	Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 10
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	29/11/2021	13 924,96	Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 3
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	29/11/2021	35 028,25	Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 4

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Ano	Valor Adjudicado	Designação
VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA	29/11/2021	8 676,00	Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 5
FRILABO II, LDA	29/11/2021	737,00	Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 7
ENZYMATIC, S.A.	29/11/2021	884,00	Material Plástico, Vidros e Filtros para análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 8
FRANKLAB PORTUGAL - MATERIAL DE LAVAGEM, DESINFECÇÃO E DESCONTAMINAÇÃO, LDA	26/03/2021	17 927,20	Reagentes e Materiais de Análise de Águas - lote 7
IBERLAB & IMUNOREAGE - SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIOS, LDA	17/01/2021	12 685,30	Reagentes e Material para Análises de Águas pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 1
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	02/08/2023	665 041,20	Serviços Acondicionamento, Recolha, Transporte e Deposição de Lamas de ETAR dos municípios abrangidos pelo Lote 2
PERENE, S.A.	09/06/2023	145 091,40	Serviços Complementares de Limpeza e Desmatação de Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento_Lote 1
PERENE, S.A.	19/07/2023	130 799,36	Serviços Complementares de Limpeza e Desmatação de Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento_Lote 2
PERENE, S.A.	09/06/2023	25 210,52	Serviços Complementares de Limpeza e Desmatação de Infraestruturas de Abastecimento e Saneamento_Lote 3
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	08/03/2023	647 856,00	Serviços de Acondicionamento, Recolha, Transporte e Deposição de Lamas de ETAR do SPPIAA_Lote 1
RIPÓRTICO ENGENHARIA	27/02/2023	42 420,00	Serviços de Apoio Técnico à área da Manutenção
CONTIMETRA INSTALAÇÕES MECÂNICAS, LDA	30/03/2023	36 760,00	Serviços de Campanha Medição de Caudal
CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA	01/08/2022	9 921,00	serviços de Controlo de Pragas - Lote 4
CONTROLO XXI - COMÉRCIO E SERVIÇOS LDA	28/03/2023	4 860,00	Serviços de Controlo de Pragas - Lote 4_Adicional
LUSO - ROUX AVALIAÇÕES, LDA	19/08/2022	299 750,00	Serviços de Execução de Expropriações e Servidões-Grupo IX
VODAFONE	12/03/2021	11 070,00	Serviços de Geolocalização de Viaturas
DETAILNUMBERS COPIERS, S.A.	29/12/2020	25 000,00	Serviços de Impressão
NOS COMUNICAÇÕES,S.A.	21/02/2022	11 340,00	Serviços de internet com a tecnologia fibra ótica 500/500 MBPS
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	20/09/2023	91 503,60	Serviços de limpeza de leitos de secagem de Estações de Tratamento de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)_Lote 1
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	20/09/2023	66 980,40	Serviços de limpeza de leitos de secagem de Estações de Tratamento de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)_Lote 2
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	21/09/2023	53 196,00	Serviços de limpeza de leitos de secagem de Estações de Tratamento de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)_Lote 3
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	21/09/2023	81 628,40	Serviços de limpeza de leitos de secagem de Estações de Tratamento de Águas Residuais do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)_Lote 4
ECOFIRMA - GESTÃO DO AMBIENTE, SA	17/03/2023	26 743,90	Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em exploração pela AgdA _ Lote III
REDECOR - REVESTIM. DE PROTECÇÃO E DECORAÇÃO, S.A.	17/03/2023	24 838,72	Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em exploração pela AgdA _ Lote IV
MANUSYSTEMS	13/03/2023	82 950,00	Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em exploração pela AgdA_Lote I
MANUSYSTEMS	13/03/2023	41 625,00	Serviços de Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios em exploração pela AgdA_Lote 2
ACTIPAIL - ACTIVIDADES DE PISCINAS E ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS	14/10/2022	9 657,60	Serviços de Manutenção Preventiva e Correctiva dos Geradores de Dióxido de Cloro_Lote 2
MOINHOS ÁGUA E AMBIENTE, LDA	29/04/2022	132 020,00	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Ozonização - Lote 1
LNEC-LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL, LP.	25/01/2023	8 400,00	serviços de verificação e calibração de caudalímetros portáteis
SILVASUB, UNIPessoal LDA	04/12/2023	19 910,00	Serviços Manutenção Corretiva e Preventiva das UCPT da ETAR de Vila Nova de Milfontes
SIA - SOCIEDADE DE INOVAÇÃO AMBIENTAL, LDA	21/09/2023	12 200,00	Serviços para a Identificação dos Requisitos Legais e Análise à Conformidade Legal
CEGELEC - INSTALAÇÕES E SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO, LDA	29/11/2023	9 010,00	Serviços para Alteração da Adução de São Pedro da Gafanhoeira - Lote 2: Automação
AUDITGREEN, SOCIEDADE UNIPessoal LDA	11/04/2023	24 513,00	Serviços para Auditorias Energéticas
SECO CENTRIFUGAÇÃO, LDA	10/11/2023	19 940,00	Serviços para Reabilitação do Filtro de Bandas da ETAR da Zambujeira do Mar
ACTIPAIL - ACTIVIDADES DE PISCINAS E ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS	29/08/2022	59 082,80	Serviços para "Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos de Tratamento com Cloro Gás"
ACTUASYS	29/03/2022	9 402,50	Sistemas de Gestão de Assiduidades e Controlo de Acessos
ACTUASYS	19/09/2022	12 540,00	Sistemas de Gestão de Assiduidades e Controlo de Acessos para a AdP Serviços
SAPEC QUÍMICA, SA	27/09/2021	11 520,00	Sulfato de Alumínio pelas Empresas do Grupo Águas de Portugal - Lote 2
PRN INFORMÁTICA, LDA	19/04/2022	21 175,00	Tablets e acessórios

COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Entidade	Ano	Valor Adjudicado	Designação
ALGARDATA - SISTEMAS INFORMÁTICOS, S.A.	24/05/2021	30 360,70	instalação de servidores
AMBIFLOW - SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, LDA	30/11/2023	13 873,00	Requalificação e Melhoria da Desodorização da ETAR de Vila Nova de Milfontes
AON PORTUGAL - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.	16/05/2023	224 761,35	Seguros de Saúde e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal - II
CASAVANT, LDA	16/05/2022	87 168,00	Aluguer Operacional de Veículos Operacionais, das Tipologias «Furgões» e «Pick-up», e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal - [2021_082CP] - Lote 4 - Comercial Ligeiro - Furgão de Mercadorias I
SGALD AUTOMOTIVE, S.A.	17/05/2022	22 176,00	Aluguer Operacional de Veículos Operacionais, das Tipologias «Furgões» e «Pick-up», e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal - [2021_082CP] - Lote 8 - Comercial Ligeiro - Pick-up 4x2-Cabine Dupla
KINTO PORTUGAL, S.A.	24/05/2022	127 475,52	Aluguer Operacional de Veículos Operacionais, das Tipologias «Furgões» e «Pick-up», e Serviços Associados para Empresas do Grupo Águas de Portugal - [2021_082CP] - Lote 9 - Comercial Ligeiro - Pick-up 4x4-Cabine Simples e Lote 10 - Comercial Ligeiro - Pick-up 4x4-Cabine Extra
FERREIRA DE MACEDO, S.A.	28/04/2020	112 500,00	Contrato de Cedência de Direito de Superfície de Parcelas de Terreno das Herdades dos Moinhos e do Estevalinho
CLSBRANDS, LDA	16/11/2022	59 265,75	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) Lote 2_EPI Vestuário
CONSÓRCIO NORAQUA / HIDROFUNÇÃO / GATENGEL / 3 ENGENHARIAS	03/04/2023	96 060,00	Estudos e Projetos Sistemas de Transporte e Tratamento de Águas Residuais – Lote 5
TABIQUE ENGENHARIA, LDA	03/04/2023	115 860,00	Fiscalização Empreitada reforço da Fiabilidade de Adução a Beja
TABIQUE ENGENHARIA, LDA	31/10/2022	94 830,00	Fiscalização, Gestão da Qualidade, Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Ambiental da Empreitada de Conceção-Construção da Reabilitação da ETA de Alvito
NESTLÉ PORTUGAL, UNIPessoal, LDA	11/07/2022	43 488,00	Fornecimento de café, açúcar, colheres e copos com disponibilização de máquina de café
GALP ENERGIA - PETRÓLEOS DE PORTUGAL – PETROGAL, S.A.	16/06/2023	243 182,50	Fornecimento de combustíveis em postos de abastecimento públicos em Portugal continental e aquisição de serviços associados_2023_045CP
ET-EMPRESA DE EXPORT-IMPORT E COOPERAÇÃO INDUSTRIAL, LDA	23/03/2021	68 689,25	Fornecimento de Fardamento
LINHA D'ÁGUA - ENGENHARIA E TÉCNICAS DO AMBIENTE, LDA	20/09/2023	56 683,51	Fornecimento e Montagem de Ponte Raspadora da ETA do Monte da Rocha
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	27/09/2023	270 000,00	Gestão de resíduos_ Lote 1 – resíduos não perigosos
PAXGEO - CAMPO, LDA	06/04/2023	1 750,00	Leituras topográficas na Barragem do Enxoé
AQUASIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S. A.	28/11/2023	15 797,82	Manutenção Evolutiva de Produtos de Software da Solução G/InterAqua
C.T.G.A.- CENTRO TECNOLÓGICO DE GESTÃO AMBIENTAL, LDA	07/12/2022	11 569,08	Op.Manutenção Sistemas Águas Residuais SPPIAA_Lote 3_1º Adicional_ETAR A do Pinto
AMISF, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, UNIPessoal, LDA	28/02/2023	59 706,00	Pintura de Infraestruturas em exploração pela AgdA_ Lote 2
AMISF, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, UNIPessoal, LDA	28/02/2023	79 113,10	Pintura de Infraestruturas em exploração pela AgdA_Lote 1
BIOSMART - SOLUÇÕES AMBIENTAIS, S.A.	16/11/2023	34 317,10	Remoção de Sedimentos Contaminados na Albufeira do Monte da Rocha
ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.	22/12/2023	190 199,45	Análises de Águas para Consumo Humano e de Assessoria na gestão dos dados analíticos a desenvolver no âmbito do Plano de Monitorização da Qualidade da Água
AGS - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, SA	31/10/2023	45 000,00	Operação das infraestruturas de abastecimento
MULTIPESSOAL - SERVIÇOS S.A.	27/11/2023	130 000,00	Recrutamento e seleção de trabalhadores
AMBIPAR CONTROL CONSULTORIA ANÁLISES E AMOSTRAGEM AMBIENTAL, LDA	18/12/2023	313 967,14	Colheitas e Análises de Águas para Consumo Humano, Águas Naturais e Águas Residuais e Determinação de parâmetros in situ"

Nota 33. Ativos e Passivos Contingentes

Nota 33.1 Garantias prestadas

GARANTIAS PRESTADAS						
Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00379525	Suspensão de processo executivo	AT	10/10/2012	Sem prazo	13 508
NBanco	N00375956	Suspensão de processo executivo	AT	21/05/2012	Sem prazo	534 602
NBanco	N00381686	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/2013	Sem prazo	4 696
NBanco	N00381685	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/2013	Sem prazo	5 116
NBanco	N00381687	Suspensão de processo executivo	AT	14/01/2013	Sem prazo	11 319
NBanco	N00382515	Suspensão de processo executivo	AT	18/02/2013	Sem prazo	158 949
NBanco	N00389042	Suspensão de processo executivo	AT	29/10/2013	Sem prazo	186 115
NBanco	N00390293	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	23/12/2013	Sem prazo	1 000
NBanco	N00394601	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/08/2014	Sem prazo	1 000
NBanco	N00388657	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	04/10/2013	Sem prazo	5 000
NBanco	N00388883	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	18/10/2013	Sem prazo	10 000
NBanco	N00394853	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	25/09/2014	Sem prazo	10 000
NBanco	N00396254	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	23/02/2015	Sem prazo	10 000
Santander	962300484018339	Suspensão de processo executivo	AT	16/11/2015	Sem prazo	106 516
NBanco	N00408057	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	136 089
NBanco	N00408058	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	188 251
NBanco	N00408059	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	360 671
NBanco	N00408060	Suspensão de processo executivo	AT	22/06/2018	Sem prazo	81 251
NBanco	N00408546	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	03/08/2018	Sem prazo	15 000
NBanco	N00408682	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408683	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00408684	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Sem prazo	1 150
NBanco	N00408685	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 180
NBanco	N00408686	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	3 000
NBanco	N00408687	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Sem prazo	5 150
NBanco	N00408688	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/08/2018	Condicionado pelo relatório de vistoria definitiva	1 000
NBanco	N00409051	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	24/09/2018	Sem prazo	1 450
NBanco	N00409343	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00409342	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	25/10/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00409677	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	26/11/2018	Sem prazo	4 960
NBanco	N00409870	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	13/12/2018	Sem prazo	1 000
NBanco	N00410135	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/01/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	44 280
NBanco	N00410474	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	19/02/2019	Sem prazo	1 600
NBanco	N00410723	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	14/03/2019	Sem prazo	1 827
NBanco	N00410775	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	20/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00410637	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	04/03/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	2 000

GARANTIAS PRESTADAS

Emitente	Nº/Identificação	Descrição	Beneficiário	Início	Prazo	Valor
NBanco	N00410955	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00410956	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	08/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 750
NBanco	N00411179	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	30/04/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 500
NBanco	N00411444	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	27/05/2019	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00411740	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	24/06/2019	Sem prazo	1 850
NBanco	N00411823	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	01/07/2019	Sem prazo	1 800
NBanco	N00411822	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	ip	01/07/2019	Sem prazo	5 200
NBanco	N00412387	Suspensão de processo executivo	AT	29/08/2019	Sem prazo	411 107
NBanco	N00412647	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	ip	02/10/2019	Sem prazo	1 000
NBanco	N00413901	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	27/02/2020	Em vigor até 5 anos, após conclusão dos trabalhos	1 000
NBanco	N00414088	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	16/03/2020	Sem prazo	1 250
NBanco	N00415025	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	22/07/2020	Sem prazo	1 000
NBanco	N00415834	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	29/10/2020	Sem prazo	1 450
NBanco	N00416154	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	02/12/2020	Sem prazo	2 250
NBanco	N00416155	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	02/12/2020	Sem prazo	20 000
Bankinter	46081	Suspensão de processo executivo	AT	28/02/2022	Sem prazo	186 460
Bankinter	46379	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	06/05/2022	Sem prazo	1 710
Bankinter	46902	Suspensão de processo executivo	AT	30/09/2022	Sem prazo	151 574
Bankinter	46901	Suspensão de processo executivo	AT	30/09/2022	Sem prazo	95 687
Bankinter	48559	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	SPER	12/09/2023	Sem prazo	20 000
Bankinter	48857	Suspensão de processo executivo	AT	30/10/2023	Sem prazo	22 151
Bankinter	48858	Suspensão de processo executivo	AT	30/10/2023	Sem prazo	37 215
Bankinter	48859	Suspensão de processo executivo	AT	30/10/2023	Sem prazo	83 581
Bankinter	48860	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	IP	30/10/2023	Sem prazo	1 500
TOTAL						2 965 714

Nota 33.2. Processos judiciais

1. APA – EEAR Alcáçovas / Viana do Alentejo

Processo n.º 00576.2014-DJUR.DCCO, contraordenação ambiental, a decorrer os termos na APA.

2. CCDR Alentejo – Fossa de S. Teotónio

Processo n.º 68/15, contraordenação ambiental, a correr os termos na CCDR Alentejo.

3. IGAMAOT – ETAR de Odemira

Processo n.º CO/001192/14, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT.

4. ERSAR, I.P.-2

Processo n.º 20395/2013, contraordenação ambiental, a correr os termos na Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, despacho de 14 de março de 2013

5. IGAMAOT – ETAR da Bacia do Guadiana – Beja

Processo n.º CO/000119/16, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT.

6. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 97.12.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo.

7. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 280.12.9BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo.

8. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 375.15.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

9. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 23.16.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

10. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 450.16.0BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

11. Particular

Processo n.º 193/15.2T8MRA, constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo;

12. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 431.17.7BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

13. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00100.2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

14. IGAMAOT – ETAR de Sobral da Adiça

Processo n.º NUI/CO/001291/17.3.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

15. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Emissário de Ciborro

Processo n.º DJUR.DCCO.00294/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

16. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Sistema Intercetor de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00215/2017, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

17. IGAMAOT – ETAR de Boavista do Pinheiro

Processo n.º NUI/CO/001187/17.9.CAJ, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

18. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 477.18.8BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

19. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente – Emissário de Montemor-o-Novo

Processo n.º DJUR.DCCO.00373/2018, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

20. IGAMAOT – ETAR de São Luís

Processo n.º NUI/CO/001488/18.9.CGI, contraordenação ambiental, a correr os termos na IGAMAOT;

21. Particular

Processo n.º 6.18.3BEBJA, processo comum movido por Maria Germina Raposo Loureiro contra a AgdA e Município de Santiago do Cacém;

22. IGAMAOT – ETAR de Cavaleiro

Processo n.º NUI/CO/001078/19.9.CAJIC, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT

23. Habitãmega

Processo n.º 2032/19.6BEBJA - Ação administrativa comum intentada por Habitãmega, pedindo o reconhecimento de direito a compensação por sobrecustos na execução de empreitada

24. Associação de Beneficiários do Roxo

Reclamação dos atos de liquidação da TEC por parte da Associação de Beneficiários do Roxo

25. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 215.20.5BEBJA, contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

26. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 274/21.3BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

27. IGAMAOT – ETAR de Vendas Novas

Processo n.º NUI/CO/000635/21.8.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT

28. ERSAR

Processo n.º 27428/2021, contraordenação a correr termos na ERSAR;

29. ERSAR

Processo n.º 27384/2021, contraordenação a correr termos na ERSAR;

30. IGAMAOT -

Processo n.º NUI/CO/001423/21.7.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

31. IGAMAOT – ETAR de Odemira

Processo n.º NUI/CO/001439/22.6.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

32. IGAMAOT – ETAR de Vendas Novas

Processo n.º NUI/CO/001434/22.5.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

33. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DDAC.00039.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

34. SOCOPUL

Processo n.º 88205/22.3YIPRT - Injunção intentada por SOCOPUL, entretanto convertida em Ação Administrativa comum com o n.º 344/22.0BEMDL - retenção de faturas contratação pública;

35. CASUR

Processo n.º 304/22.1BEBJA - Ação Administrativa comum intentada por CASUR - Indemnização por não liberação atempada de garantias - contratação pública;

36. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 369/22.6BEBJA, Contestação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

37. WAVE

Processo n.º 435/22.8BEBJA - impugnação de decisão de adjudicação em concurso público para fornecimento de carvão ativado granular;

38. IGAMAOT –

Processo n.º NUI/CO/000363/22.7.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

39. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DCCO.00065.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

40. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DCCO.00119.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

41. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DCCO.00131.2022, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

42. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 626/16.0BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

43. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 250/17.5BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

44. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 325/17.6BEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

45. Particular

Processo n.º 59/23.2BEBJA, Impugnação do despacho que proferiu a DUP de Relvas Verdes – Aldeia dos Chãos;

46. IGAMAOT

Processo n.º NUI/CO/000083/23 5 CGI, Contraordenação ambiental;

47. ACT

Processo n.º 102300237 - Falta de afixação de horário de trabalho ou acordo de isenção em viatura da Diretora de Operação;

48. Bonito Ramos

Processo n.º 1803/22.0T8BJA - Tribunal do Trabalho de Beja;

49. Privado

Processo n.º 52/23.5T8ODM - Constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo;

50. Privado

Processo n.º 454/22.4T8ODM - Constituição de servidão de aqueduto público subterrâneo;

51. Associação de Beneficiários do Roxo

Processo n.º 341/23.9TBEBJA, Impugnação de faturas emitidas pela Associação de Beneficiários do Roxo;

52. IGAMAOT

Processo n.º NUI/CO/004273/23.2.CGI, contraordenação ambiental a correr termos na IGAMAOT;

53. APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente

Processo n.º DJUR.DDAC.00157/2023, contraordenação ambiental, a correr os termos na APA;

54. ERSAR

Processo n.º 28044/2022, contraordenação a correr termos na ERSAR

Nota 34. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

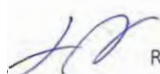
Relativamente aos seus administradores, a AgdA, não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A AgdA., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro,

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2023, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.



Nota 35. Rendimento garantido

RENDIMENTO GARANTIDO		
	31.12.2023	31.12.2022
Capital social subscrito	11 332 560	10 422 795
Reservas	2 340 363	142 067
Base de incidência	13 672 923	10 564 862
Taxa de juro OT	3,25%	3,40%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
Total de Taxa de Remuneração	6,25%	6,40%
TOTAL	738 996	618 199

O contrato de gestão determina que a remuneração dos capitais próprios (remuneração acionista) a recuperar por via tarifária seja estimada em resultado da aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade, ou outra equivalente que a venha a substituir que melhor traduza a ausência de risco, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas, acrescida de um spread máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que em 2023 não ocorreu nenhum fator que tivesse reduzido o risco do capital social investido, foi mantido neste exercício o prémio de risco de 2022, ou seja, 3 pontos percentuais.

Nota 36. Eventos Subsequentes

À data de assinatura do Relatório & Contas de 2023 não existem Eventos Subsequentes a identificar.

É expectativa do Conselho de Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos reconhecido em 2023 seja aprovado pela Comissão de Parceria em 2024.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos; e
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1050-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 2016 1485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., pertence a rede de entidades que são membros do PricewaterhouseCoopers International Limited, sendo uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

1 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com nº 20200003



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 194.242.718 euros e um total de capital próprio de 14.411.919 euros, incluindo um resultado líquido de 738.996 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

i) Conforme divulgado nas notas 8 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Parceria, Contrato de Gestão e respetivos aditamentos, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023, na rubrica de "Desvios de Recuperação de Gastos" da demonstração dos resultados e do rendimento integral, a Entidade apresenta um défice de 2.648.305 euros. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pela Comissão de Parceria. Conforme divulgado na nota 36 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que a referida estimativa é a melhor na presente data e que será aprovada pela Comissão de Parceria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1050-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 505 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 193 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, uma rede das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

ii) Tal como divulgado nas notas 1.2 e 2.4 do Anexo, as demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da parceria, caudais e as próprias tarifas aprovadas. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF), associado ao Aditamento ao Contrato de Parceria e Gestão assinado em 22 de dezembro de 2015. A revisão dos pressupostos do EVEF, que deveria ocorrer numa base quinquenal nos termos da Cláusula 20ª do Contrato de Parceria e da Cláusula 17ª do Contrato de Gestão, ainda se encontra em curso não tendo sido objeto de aprovação até à presente data.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2023

AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.
PwC 2 de 3

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

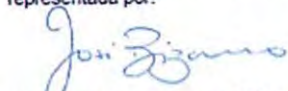
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

1 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com n.º 20200003

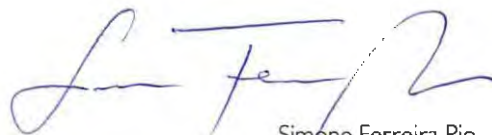
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2023

AgDA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.
PwC 3 de 3

Beja, 1 de março de 2024



Sérgio Manuel Ferreira Vaz
(Contabilista Certificado n.º 67655)



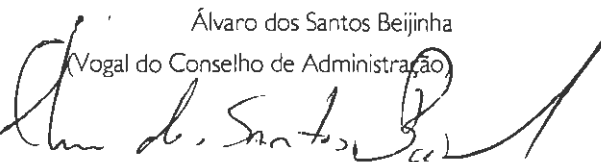
Simone Ferreira Pio
(Presidente do Conselho de Administração)



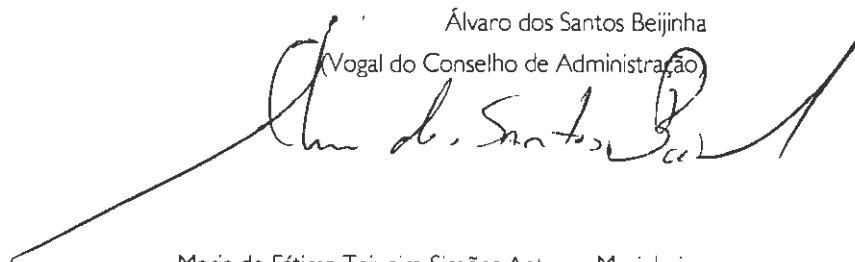
João Manuel Galhardo Maurício
(Vogal do Conselho de Administração)



Jorge Paulo Colaço Rosa
(Vogal do Conselho de Administração)



Álvaro dos Santos Beijinha
(Vogal do Conselho de Administração)



Maria de Fátima Teixeira Simões Antunes Marinheiro
(Vogal do Conselho de Administração)

